

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

LEONILDA ADELINO ANTÓNIO SANVECA MUATIACALE

ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DOS TELEJORNAIS DE MOÇAMBIQUE
Análise crítica do Jornal Nacional e do Jornal da Noite

MESTRADO EM COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA

São Paulo

2007

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

LEONILDA ADELINO ANTÓNIO SANVECA MUATIACALE

ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DOS TELEJORNAIS DE MOÇAMBIQUE
Análise crítica do Jornal Nacional e do Jornal da Noite

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE em Comunicação e Semiótica sob orientação do Professor Dr. José Luiz Aidar Prado, na Área de Concentração-Signo e Significação nas Mídias e Linha de Pesquisa - Análise das Mídias.

São Paulo

2007

BANCA EXAMINADORA

São Paulo, _____ de _____ de 2007.

Aos meus pais, Adelino Sanveca Muatiacale (*in memoriam*), e
Maria de São José António, meus eternos educadores.

Agradecimentos

Às Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria que me acompanharam incondicionalmente nesta formação acadêmico-profissional em Moçambique e no Brasil. Ao Professor Dr. José Luiz Aidar Prado pela disponibilidade e paciência em orientar-me nesta pesquisa. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo apoio financeiro que possibilitou a realização desta pesquisa. Aos Professores Arlindo Machado e Laurindo Leal Filho pela colaboração no desenvolvimento deste projeto. Ao Raúl Chambote pela ajuda na recolha de dados em Moçambique. Aos colegas e amigos brasileiros pela amizade, acolhida e convivência fraterna. Aos amigos e conterrâneos: António Braço, Hildizina Dias, Luís Chambal e Basílio Nipwesa - estudantes da PUC-SP, pelos momentos de partilha de experiências e dos desafios profissionais e pelo sonho comum de contribuir com a produção acadêmica em Moçambique. À coordenação, aos professores, funcionários e colegas do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica pela acolhida e pela contribuição incondicional na realização deste projeto.

Resumo

Esta pesquisa investiga as estratégias discursivas construídas pelos telejornais *Jornal Nacional* e *Jornal da Noite*, respectivamente da rede pública e privada de Moçambique com objetivo de compreender o tipo de contrato midiático que as emissoras estabelecem com os telespectadores para garantir audiência. A noção de contrato midiático é entendida na sua acepção ampla, como a relação de confiança e confiança que se cria sutilmente entre enunciador e enunciatário como protagonistas do discurso. Para percebermos até que ponto as estratégias discursivas desses telejornais podem tornar-se reprodutoras de estruturas de poder, esse estudo fundamenta-se no arcabouço teórico-conceitual de Norman Fairclough, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe segundo o qual o discurso deve ser entendido em seu contexto de emergência porque o significado de qualquer texto não reside apenas no que diz o enunciador ou na percepção do enunciatário, mas na relação que se estabelece entre essas instâncias da enunciação e do contexto em que estão inseridas. Nesse prisma, a pesquisa dissecou a noção de discurso, do ponto de vista de sua capacidade persuasiva e da sua relação intrínseca com os conceitos de ideologia e hegemonia que influenciam as relações dos agentes do discurso. O *corpus* analisado é composto por edições do *Jornal Nacional* e do *Jornal da Noite* gravados na semana de 08 a 16 de abril de 2006. Para o estudo adotamos o método de análise televisual sustentado por Arlindo Machado (2003), Beatriz Becker (2005) e outros pesquisadores de televisão, além de contarmos com o aporte de alguns elementos da semiótica discursiva.

Palavras-chave: televisão, telejornalismo, discurso, ideologia, Moçambique.

ABSTRACT

This research investigates the discourse strategies built by news programmes: *Jornal Nacional* and *Jornal da Noite*, public and private networks of Mozambique, respectively, that enables the establishment of the media contracts between the broadcasting channels and viewers. The notion of media-contract is broadly understood as the relationship of trust and confidence that is subtly created between enunciator and viewer while protagonists of the discourse.

The research is based on the theoretical concept of Norman Fairclough, Ernesto Laclau and Chantal Mouffe whose approaches defend the thesis the discourse must be understood in its context of source because the meaning of any text does not lie only on what the enunciator says or on the perception of the viewer but on the relationship that is established between these two instances of the enunciation and the context in which they are inserted.

Under these circumstances, the research dissects the notion of discourse, from the point of view of its persuasive capacity and its intrinsic relationship with the ideological concepts and supremacy that influence the relationship of agents of discourse that, many times, become multipliers of power structures.

The corpus analysed structure is formed with editions of *Jornal Nacional* and *Jornal da Noite* recorded in the week from 8th to 16th April-2006. For the analysis, we adopted the televisional approach sustained by Arlindo Machado (2003), Beatriz Beeker (2005) and by other television researchers, besides counting on some elements of discursive semiotic.

Keywords: television, television news, discourse, ideology, Mozambique.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| CAPÍTULO 1: A televisão em Moçambique | 15 |
| 1.1 Trajetória histórica da televisão | 15 |
| 1.2 Estrutura, regulamentação e controle da televisão..... | 38 |
| CAPÍTULO 2: O telejornal | 46 |
| 2.1 Características gerais do telejornal..... | 46 |
| 2.2 O telejornal como espaço de manifestação dos discursos em Moçambique..... | 52 |
| 2.3 O perfil do Jornal Nacional e Jornal da Noite..... | 55 |
| 2.4 Principais anunciantes no Jornal Nacional e Jornal da Noite..... | 62 |
| CAPÍTULO 3: Articulação discursiva no Jornal Nacional e Jornal da Noite | 69 |
| 3.1 Discurso..... | 69 |
| 3.2 Discurso-ideologia-hegemonia..... | 74 |
| 3.3 <i>Agenda Setting</i> e construção do ponto nodal..... | 86 |
| CAPÍTULO 4: Análise do Jornal Nacional e Jornal da Noite | 93 |
| 4.1 Metodologia..... | 93 |
| 4.2 <i>Corpus</i> da pesquisa..... | 94 |
| 4.3 Estrutura dos noticiários..... | 97 |
| 4.4 O cenário e as vinhetas dos telejornais..... | 105 |
| 4.5 Temáticas e critérios de noticiabilidade..... | 108 |
| 4.6 Agentes do discurso do Jornal Nacional e Jornal da Noite | 112 |
| 4.7 Enquadramentos e escolhas de foco nas notícias..... | 128 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 137 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 144 |
| ANEXOS | 149 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMEP- Associação Moçambicana de Empresas de Marketing, Publicidade e Relações Públicas

BBC- British Broadcasting Corporation

FACIM- Feira Internacional de Maputo

FRELIMO- Frente da Libertação de Moçambique

GABINFO- Gabinete de Informação

IGEPE- Instituto de Gestão das Participações do Estado

INAV- Instituto Nacional de Viação

INSS- Instituto Nacional de Segurança Social

LOCV- Locutor ao vivo

MISA- Media Institute of Southern Africa

MISAU- Ministério da Saúde

MCA- Multichoice Africa

OGE- Orçamento Geral do Estado

PALOP- Países Africanos de Língua Portuguesa

PCA- Presidente do Conselho de Administração

PGR- Procurador Geral da República

PR- Presidente da República

RCM- Rádio Clube de Moçambique

RTP- Rádio e televisão Portuguesa

RTK- Rádio e Televisão klint

RTM- Rádio e Televisão Miramar

RENAMO- Resistência Nacional de Moçambique

SABC- South African Broadcasting Corporation

STV- Soico Televisão

TVM- Televisão de Moçambique

TDM- Telecomunicações de Moçambique

URTNA- União das Rádios e Televisões Nacionais

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

| | |
|---|-----|
| 1. Organograma do Gabinete de Informação de Moçambique..... | 41 |
| 2. Organograma do Grupo Soico..... | 43 |
| 3. Tabela e mapa de áreas de cobertura da TVM..... | 44 |
| 4. Tabela e mapa de áreas de cobertura da STV..... | 44 |
| 5. Amostra da programação diária da TVM..... | 97 |
| 6. Amostra da programação diária da STV..... | 98 |
| 7. Amostra de script do Jornal Nacional..... | 102 |
| 8. Amostra de script do Jornal da Noite..... | 103 |
| 9. Quadros de apresentação do Jornal Nacional..... | 105 |
| 10. Quadros de apresentação do Jornal da Noite..... | 106 |
| 11. Tabela de temáticas dos noticiários do Jornal Nacional e Jornal da Noite..... | 109 |

INTRODUÇÃO

O estudo do telejornalismo é fundamental não só em razão da emergência da televisão como veículo que está ganhando espaço e aceitação na vida da população, mas pela importância que esse meio de comunicação de massa vem adquirindo pelo seu caráter de mediação entre as diversas esferas da sociedade moçambicana caracterizada pela diversidade cultural multiétnica e lingüística. Com a entrada da televisão em Moçambique ampliaram-se para o público os horizontes do conhecimento sobre o país e o mundo que até então chegavam apenas através do rádio e de outros meios de comunicação interpessoal e tradicionais.

Nessa perspectiva, ao longo desta dissertação buscaremos compreender que tipo de estratégias discursivas e contratos midiáticos os telejornais Jornal Nacional e Jornal da Noite estabelecem com seus públicos para garantir audiência diária.

Para isso, no primeiro capítulo nos debruçaremos sobre o contexto histórico, político e social em que a televisão foi criada, em conexão com as transformações ocorridas no país e no mundo, decorrentes do fim da guerra fria. Com a independência de Moçambique em 1975, o governo tomou o controle dos veículos de comunicação de massa (rádio, jornais impressos e revistas e posteriormente a televisão). Esse processo marcou o início de uma relação de dependência entre a mídia e a política que se traduziu, ao longo de várias décadas, na subordinação dos órgãos de informação às formas de poder político instituído.

Na década de 90, ao entrar em vigor a nova Constituição da República, baseada nos ideais da democracia multipartidária, o cenário da comunicação social se ampliou com a criação de veículos de comunicação independentes, o que trouxe mudanças nas dinâmicas do funcionamento dos diversos órgãos de informação tanto públicos quanto privados, pelo acirramento da disputa pela audiência.

A partir dessa configuração encontramos um cenário de diversidade de veículos de comunicação cujos modelos de funcionamento se caracterizam em público-estatais, tratam-se de sistemas mistos em que o governo ainda exerce certo poder sobre eles, apesar de ter delegado essas funções às autoridades públicas. Há, ainda, os meios de comunicação de iniciativa privada, cujos objetivos são mais comerciais, e os comunitários, também considerados alternativos, que são mantidos pelas Igrejas e por organizações civis e humanitárias que atuam em Moçambique.

Cabe, então, ao Gabinete de Informação (GABINFO), diretamente vinculado ao Primeiro Ministro a regulação e a autorização do funcionamento de todos os meios de comunicação.

No segundo capítulo dedicaremos especial atenção para o estudo do telejornal enquanto espaço midiático de manifestação dos discursos das diversas esferas sociais. A análise de suas dimensões macro e micro-estrutural possibilitou-nos ampliar a abordagem sobre as estratégias discursivas adotadas pelo Jornal Nacional e pelo Jornal da Noite. De fato, esses telejornais não podem ser estudados isoladamente e aquém do contexto social moçambicano e global. Ambos apresentam intertextualidades e interconexões com jornais impressos, com rádios, com outros programas da mesma emissora e até com produtos recebidos de outras emissoras estrangeiras e de agências de notícias com as quais se relacionam constantemente.

A estrutura inicial e a concepção do papel dos meios de comunicação de massa em Moçambique estiveram ligadas à conjuntura histórico-social e política marcadas por um sistema monopartidário de governação, sustentado por uma ideologia marxista-leninista. Com base nesses dados históricos resgatamos a influência desse pensamento no contexto midiático, sobretudo dos telejornais, para compreendermos como essas bases ideológicas ainda persistem nos discursos dos telejornais e também perpassam as organizações textuais tanto do Jornal Nacional, da emissora público-estatal quanto do Jornal da Noite, da emissora privada. Mas não podemos nos esquecer de que na contramão desses discursos hegemônicos estão os veículos de comunicação comunitária, além de outros meios alternativos, como *sites* individuais, de associações e de Organizações Não Governamentais que servem como fóruns de discussões sobre as notícias veiculadas na mídia hegemônica.

Essa possibilidade de ampliação de discussões fora dos espaços hegemônicos possibilita ao telespectador construir seus pontos de vista, a tomar uma postura mais crítica em relação às versões dos acontecimentos apresentadas pelos telejornais e pela mídia em geral.

No terceiro capítulo procuraremos dissecar o conceito de discurso, sua inter-relação com os conceitos de hegemonia e ideologia com base no arcabouço teórico de Norman Fairclough (2001), Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985) em suas Teorias do Discurso, pois os autores defendem, entre outros aspectos fundamentais,

a tese de que o discurso só pode ser compreendido em seu contexto de emergência.

De acordo com Thompson (1995), “na sociedade moderna, a mídia ocupa um papel central na definição de pautas e de conteúdos do discurso público. As formas simbólicas integram a realidade social de forma a criar e manter relações de dominação”. Nesse contexto, os discursos são compreendidos como forma de difusão de significados que exercem papel não somente para a difusão e reprodução de significados, mas também para legitimar o poder instituído, como é o contexto moçambicano.

Tais asserções nos moveram a analisar o tipo de estratégias discursivas que os telejornais mobilizam para se fazerem compreender por seu público-alvo, levando em consideração a diversidade étnico-linguística e cultural da população moçambicana.¹ Sendo assim, é importante discutir a abrangência dos telejornais no que se refere à visibilidade dos problemas sociais na esfera nacional, em si heterogênea. Pois se espera uma postura mais crítica dos telespectadores e uma redefinição das políticas públicas no setor da comunicação social por parte do governo, de forma a beneficiar as populações de todas as regiões do país.

O quarto capítulo é de análise empírica do *corpus* composto por várias edições do Jornal Nacional e Jornal da Noite. A apreciação levou em consideração não só os aspectos e tendências gerais do telejornalismo (análise macro-estrutural), como também os fragmentos textuais de temáticas particulares (análise micro-estrutural).

Para compreender essas dinâmicas analisaremos quais das três dimensões do sentido: cognitiva (que articula formas de saber); pragmática (que estrutura seqüências de ações) e passional (que organiza processos afetivos) são mais valorizadas nos noticiários de cada telejornal para garantir audiência e se, a partir dessas características, é possível conhecer-se a identidade de cada emissora.

Assim, para o estudo de caso adotamos o método de análise televisual sustentado por Arlindo Machado (2003) e desenvolvido também por Beatriz Becker (2005), que investiga a linguagem do telejornal e contamos com o aporte de alguns elementos da Semiótica Discursiva.

¹ O censo populacional de 1980 realizado pelo Instituto Nacional de Estatísticas identificou 16 grupos étnicos com hábitos, tradições e costumes diferentes e 24 línguas nacionais.

Para facilitar o estudo elegemos alguns elementos específicos do telejornal que possibilitam a sua realização: apresentadores, repórteres e entrevistados; temáticas; critérios de noticiabilidade; estrutura dos noticiários; cenários e vinhetas; recursos gráficos; instalação dos agentes do discurso nas notícias; enquadramentos e principais anunciantes nos telejornais.

Apesar da exigüidade de trabalhos anteriores sobre o telejornalismo moçambicano e da dificuldade de obtenção de dados que pudessem enriquecer este trabalho, consultamos algumas pesquisas e reflexões em torno da imprensa em geral, que possibilitaram a nossa compreensão sobre o funcionamento e os desafios dos meios de comunicação de massa no cenário moçambicano e da África Austral.

Nesse sentido vale ressaltar a contribuição da pesquisa pioneira de João Miguel (2003)², além dos relatórios anuais do anuais do MISA (Media Institute of Southern África), organismo que vela sobre a atividade jornalística e a liberdade de imprensa em Moçambique e em toda região da África Austral. Nesses relatórios destacam-se as contribuições analíticas de pesquisadores moçambicanos, entre os quais: Celestino Vaz Tomás, Luís Loforte.

Além desses autores reconhecemos as contribuições de pesquisadores brasileiros como Yvana Fachine, Ana Sílvia Médola, Sérgio Mattos, Valério Cruz Brittos, Antônio Fausto Neto, Muniz Sodré e Sérgio Caparelli, cujas pesquisas versam amplamente sobre as dinâmicas dos formatos e gêneros televisuais e o impacto de seus discursos na sociedade. Esses estudos foram pertinentes para a compreensão da relação da televisão e seus produtos na sociedade contemporânea, de uma maneira, especial em Moçambique.

² Desenvolveu a primeira pesquisa sobre o telejornalismo em Moçambique, intitulada *Televisão e espaço público em Moçambique: o público e o privado, na ótica da Economia Política da Comunicação*, defendida na Unisinos.

Capítulo 1 - A televisão em Moçambique

1.1 Trajetória histórica da televisão

A história da televisão moçambicana assim como a própria história do país enquanto Estado nação independente não nos remete a um passado tão distante. As primeiras emissões de televisão em Moçambique tiveram início em agosto de 1979. Dados da emissora referem que a iniciativa surgiu “durante a Feira Internacional de Maputo (FACIM), onde foi improvisado um estúdio para testar o equipamento ali exposto por uma empresa italiana e que viria a ficar em Maputo”³.

De acordo com Arlindo Lopes (*apud* Miguel, 2003), tudo começou quando uma empresa italiana expôs, na referida feira, equipamento de captação e transmissão de imagens e som. Este equipamento, instalado inicialmente num estúdio improvisado no recinto do evento, viria a ser usado, a partir de 1981, para a formação dos primeiros profissionais moçambicanos de televisão.

Nos seus primeiros anos as transmissões eram de carácter experimental, apenas para a capital do país, Maputo, e arredores e, só mais tarde, a rede de recepção foi ampliada para outras capitais provinciais.

Essas experiências se inserem no contexto da guerra civil no início da década de 80 e no auge da ideologia marxista-leninista assumida pelo partido político no poder. Desde então, a emissora passou a ser denominada de Televisão Experimental de Moçambique (TVE) e funcionou sob os moldes do sistema estatal.

Leite Vasconcelos⁴ refere que nessa época pós-colonial “a comunicação social era entendida como parte de um sistema centralizado, com tarefas que deviam integrar-se numa estratégia global. O jornal não era considerado diferentemente da escola ou do posto de saúde”. Nesse período, a mídia era monopólio do Estado, sob o comando do partido único no poder, que controlava todo fluxo de informações e definia as políticas editoriais dos poucos veículos disponíveis através do Ministério da Informação.

As principais ações desse Ministério, de acordo com Miguel (2003:38), consistiam em: (1) orientar a ação de todos os órgãos de informação,

³ Dados disponíveis em www.tvm.co.mz acessado em 03 de março de 2007.

compreendendo a imprensa, o rádio e a imagem; (2) promover a formação de profissionais de informação e regulamentar o exercício de sua atividade; (3) organizar e controlar a difusão de notícias e publicações para o exterior; (4) coordenar, centralizar e difundir a informação do Governo e estruturas governamentais; (5) controlar e orientar a atividade editorial e definir a respectiva política de importação e exportação; (6) controlar e orientar a ação de publicidade, promoção e propaganda de todos os níveis.

Não faltam relatos sobre a atuação da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) em sua posição de movimento revolucionário. Serra *apud* Miguel (2003:38) aponta que

[...] o frelimismo revolucionário tenta aparecer perante as “massas” como uma permanente e possante máquina de produção de legitimidade, máquina que é eficaz e que recebe indiscutivelmente um grande apoio popular [...], mas que, também, constrange, intimida e pune severamente.

Para compreendermos a evolução da televisão e suas características é fundamental realizar uma breve análise da história da imprensa, no sentido mais amplo (rádios, jornais e revistas) que caminha *pari e passu* com as transformações políticas, sócio-culturais do país. Nessa conjuntura distinguem-se quatro etapas principais.

A primeira em que se estabeleceram os primeiros jornais impressos em 1854⁵ que serviam os interesses da metrópole (Portugal) que ditava suas regras à imprensa da colônia. A segunda compreende ao surgimento da imprensa de combate em 1909 que durou até à década de 50. Capela *apud* Ribeiro (1996:13) relata que “a imprensa africana⁶ era produzida por africanos, e levava em conta muito particular os problemas dos africanos e que foi a ponto de utilizar as línguas africanas”. A função

⁴ VASCONCELOS, Leite. Algumas reflexões sobre a imprensa pós-independência. In RIBEIRO, Fátima; SOPA, António. 140 anos de imprensa em Moçambique. Maputo: AMOLP, 1996. p. 139-143.

⁵ Como quer se seja, estava o meio século dobrado quando prelos e tipógrafos desembarcaram na Ilha de Moçambique, aí onde letrados tão eminentes como Luís de Camões, Diogo de Couto, Tomás António Gonzaga estanciam, se inspiraram e, certamente, escreveram. Foi já em plena “regeneração”, isto é, definitivamente estabelecido o capitalismo em Portugal, que se tornou possível dotar a colônia longínqua com meios de imprensa. (CAPELA *in* RIBEIRO, 1996:11).

⁶ Em princípios do século surgem os jornais *O Africano* (1909/20) e o *Brado Africano* (1918/32). *O Africano* foi o primeiro jornal de Moçambique a editar não só em português como também em ronga (língua local). Entretanto, o *Brado Africano* era considerado um dos expoentes do desafio ao colonialismo através da intervenção intelectual mudando literalmente a sua linha quando, nos anos 50, veio a ficar sob a direção e controle do Estado Novo de Salazar.

Esses jornais “jamais deixaram de se manter na primeira linha de defesa dos africanos enquanto trabalhadores e enquanto pessoas” (CAPELA *in* RIBEIRO, 1996:14).

dessa imprensa era contestar a presença colonial no território moçambicano e promover a instrução e a emancipação dos povos nativos.

A terceira etapa é a da imprensa no período pós-independência (1975 a 1990), usada pelo governo para a mobilização das massas, cuja concepção era de que “os órgãos de informação deviam informar, educar e mobilizar o povo para o combate à miséria, à ignorância, ao subdesenvolvimento, ao tribalismo e ao racismo” (Vasconcelos *apud* Ribeiro, 1996:142).

Depois da independência, os objetivos do novo governo giravam em torno da construção do país baseado na ideologia marxista-leninista a partir da centralização do poder. Com essa prática, a política da Frelimo aspirava derrubar o sistema tribal tradicional em nome da unidade nacional e da construção do “homem novo”. Para levar adiante esse processo, o partido utilizou a imprensa como uma das estratégias mais qualificadas na propagação de seus ideais nacionalistas. Assim,

a urgência de construir uma pátria convocou a imprensa em volta da utopia, que se vê hoje derrocada, tendo esta servido então como bandeira das proclamadas e lídimas aspirações do povo. A Frelimo, usando estrategicamente essa adesão à causa libertadora, empregou todos os artifícios para construir o seu regime, inspirado nos modelos que importara do Leste. A imprensa, a rádio e, posteriormente, a televisão foram os instrumentos privilegiados para tornar eficaz a propaganda dos valores prezados pelo regime. (Saúte *apud* Ribeiro, 1996:158).

Essa postura já mostrava a relação ambígua dos meios de comunicação de massa com o poder político que, na década de 80, se acirrou ainda mais com a entrada da televisão. Esse veículo veio a ser o espaço privilegiado do governo para se mostrar ao público. Lipovetsky (2005), oferece-nos algumas contribuições críticas sobre a necessidade de superexposição do poder político na mídia, sobretudo na atualidade. O autor designa como *cena política* o cenário em que os políticos comparecem para propalar suas idéias e ocupar o centro dos noticiários, sobretudo televisivos, no intuito de serem vistos e reconhecidos como bons governantes e salvadores da pátria. Por isso, não são raras as críticas quanto a essa vinculação da imprensa aos ideais do único partido no poder no período pós-independência.

Para Vasconcelos *apud* Ribeiro (1996:140)

o dirigismo partidário imprimiu à imprensa uma vocação maniqueísta. Idéias, valores, sistemas políticos, econômicos e sociais, comportamentos, costumes e, mesmo, grupos sociais eram arrumados em gavetas dualistas: o velho e o novo; o reacionário e o revolucionário; o antipopular e o popular; o mal e o bem. (...)

Inicialmente, o dirigismo que caracterizou a imprensa pós-independência assentava menos na autoridade individual do que na obediência a um programa e a uma estratégia. Porém foram-se impondo mecanismos burocráticos do dirigismo, que degeneraram em múltiplas interferências autoritárias.

A quarta etapa constitui o período dos anos 90 até a atualidade, caracterizada pela ampliação do espaço de atuação dos meios de comunicação de massa no âmbito nacional e pela entrada dos chamados “independentes”, sobretudo, de emissoras privadas de televisão.

Para esta pesquisa levamos em consideração o período dos anos 90 até o momento presente, 2007, por ser caracterizado por grandes mudanças ocorridas como resultado do estabelecimento de uma nova ordem política, instaurada pela promulgação da primeira constituição democrática, em 1990. Com essa constituição, o país enveredou por um caminho do multipartidarismo e ampliaram-se os direitos políticos e sociais dos cidadãos, como se pode constatar no artigo 74, que garante a liberdade de expressão e de imprensa, bem como o direito do povo à informação.

O fim da guerra civil em 1992, que há dezesseis anos envolvia o governo (Frelimo) e a oposição política (Renamo), acelerou o processo de mudanças políticas no país. No quadro desse processo democrático foram realizadas duas eleições gerais para presidente da república e de deputados, ambas vencidas pelo partido no poder, a Frelimo.

Em 1993, foi estabelecida na cidade de Maputo a emissora privada RTK - Rádio e Televisão Klink. Foi o primeiro veículo de propriedade privada pertencente a um único indivíduo, o engenheiro Carlos Klint, ex-membro da Frelimo. A emissora teve uma experiência inovadora, pois transmitia o noticiário em duas línguas - Português e Tsonga (língua local de Maputo). Isso permitia ao público não alfabetizado em português entender as notícias. A RTK foi à falência por falta de fundos, depois da morte de seu proprietário.

Em 1994 a então Televisão Experimental de Moçambique (TVE), através da promulgação do Decreto Ministerial 19/94 passou a denominar-se Televisão de Moçambique-Empresa Pública (TVM-EP), e a ter como objetivo principal, “a prestação do serviço público de radiodifusão televisiva através de ondas eletromagnéticas, propagando-se no espaço ou por meio de cabos, destinados à recepção direta pelo público em geral”.⁷

⁷ Idem.

Além da Itália, que apoiou na implantação da emissora, em sua primeira fase, Portugal também teve uma participação importante no período em que essa foi transformada em empresa pública.

É importante salientar que em Moçambique a designação dos veículos estatais de comunicação como empresas públicas é conferida pelo artigo 11 da Lei de Imprensa N° 18/91 de 10 de agosto: “constituem o sector público da imprensa a radiodifusão nacional, a televisão nacional, a agência noticiosa nacional e as demais empresas e instituições criadas para servir o interesse público neste domínio”. Portanto, esses órgãos são propriedade do Estado moçambicano, que têm a missão de prestar o serviço público à população.

Embora a televisão de Moçambique seja designada “pública”, apresenta suas particularidades que a diferenciam do modelo público concebido na Europa ocidental, como é o caso da BBC, na Inglaterra. Sobre esse modelo, Laurindo Leal Filho (1997:18) explica que é importante ressaltar as palavras que formam o conceito de “serviço público”:

trata-se, em primeiro lugar, de um serviço, o que indica a existência de uma necessidade da população que precisa ser atendida. E público porque, segundo os idealizadores do modelo, é um atendimento especial que não pode ser feito por empresas comerciais ou órgãos estatais. Os veículos prestadores desse serviço devem ser públicos e por isso mantidos total ou parcialmente pelo próprio público. A segunda razão é de ordem técnica e está apoiada no fato de os Estados nacionais deterem o controle do espaço por onde transitam as ondas de comunicação e, mais do que isso, serem responsáveis pelo ordenamento do seu uso, caso contrário a superposição de freqüências tornaria todo o sistema caótico.

Na abordagem sobre o funcionamento do modelo de serviço público britânico e de outros países da Europa ocidental, Leal Filho (1997:60) apresenta oito princípios considerados fundamentais para que toda a sociedade se beneficie. É importante analisarmos se esses princípios são observados, no caso de Moçambique, cujo modelo público de radiodifusão inspirou-se no modelo europeu.

O princípio da *Universalidade geográfica* – da idéia de que todos os cidadãos têm acesso ao serviço de rádio e televisão da mesma forma que, por direito, têm acesso aos serviços de água e outros. Em Moçambique, a lei garante a todos o direito aos serviços radiofônicos e televisivos, mas o que na prática não acontece pelas razões que já apresentamos no início deste trabalho.

O princípio do *Apelo universal* – de que as ofertas dos serviços possam abranger todos os gostos e interesses. No caso moçambicano isso é difícil pelo fato do país ser caracterizado por uma grande diversidade cultural, com segmentos étnico-lingüísticos distintos. Em alusão ao modelo da BBC, Leal Filho critica o fato desse princípio ainda estar carregado de um sentimento muito homogêneo de nação.

O princípio da *Universalidade de pagamento* - da idéia de que o acesso aos serviços públicos de rádio e televisão seja pago, assim como acontece com outros serviços públicos, como água e correio. Argumenta-se que esse seja o único meio de evitar os riscos de quebra de independência que possam ser causados pela propaganda (na medida em que a programação pode submeter-se às vontades dos anunciantes) e pela subscrição que gera o risco de acabar com a igualdade de acesso. Em Moçambique, a população paga uma taxa anual de radiodifusão que é inclusa na taxa de luz e nos impostos de automóveis, mas a mesma norma ainda não foi estipulada para a televisão. No entanto, a Rádio Moçambique (RM) e a TVM veiculam anúncios pagos em suas programações.

O princípio da *Independência* - prevê distanciamento entre os interesses particulares e principalmente partidários dos órgãos públicos. Há uma longa tradição britânica na qual os conselhos públicos, formados por pessoas reconhecidamente não partidárias, servem para impedir que os produtores de rádio e televisão sofram interferências políticas e comerciais. Nesse aspecto, o caso moçambicano é muito diferente, pois, o poder político exerce muita influência sobre os veículos públicos de comunicação e interfere na escolha dos Presidentes dos Conselhos de Administração e no funcionamento desses meios.

O princípio da *Identidade nacional e comunidade* – baseia-se na construção do sentimento de pertença a uma nação e comunidade local. Em Moçambique existe um grande esforço de produção de programas de âmbito nacional e local, mas, ainda é notória a dependência aos programas estrangeiros, sobretudo, de entretenimento. Esse fato é criticado por pesquisadores que se dedicam ao estudo da mídia no país.

O princípio das *Minorias* – que dá atenção especial às camadas desfavorecidas e aos assuntos a esses relacionados. Em Moçambique existe essa tendência, mas tais ações são poucas daí a necessidade de dar-se maior visibilidade à diversidade étnica e cultural do país como riqueza e patrimônio nacional.

O Princípio da *Competição* – sob o propósito de encorajar e estimular a melhoria da programação, do ponto de vista da competência na produção e da abrangência, vista não sob a perspectiva financeira. O importante é a contribuição para a formação da consciência crítica do telespectador e levá-lo a uma reflexão mais profunda a respeito dos programas recebidos. Se isso acontecesse em Moçambique, com maior freqüência, possibilitaria a ampliação dos espaços de debate em torno dos anseios da população em relação à suas preferências em termos de programas.

E, o princípio da *Criação* – de que as orientações públicas para a radiodifusão possam servir para dar liberdade aos projetos dos produtores, e não para restringi-los na criatividade. Percebemos que são poucos os incentivos para as produções culturais televisivas no país, tanto na emissora pública quanto no canal privado, com o agravante da falta de profissionais especializados e de equipamentos.

Esses princípios básicos de funcionamento do serviço público de radiodifusão adotados na Inglaterra podem permitir a compreensão do modelo de serviço público adotado em Moçambique. Percebermos algumas semelhanças, dentre essas, a que consta na própria lei de imprensa que define que tais veículos exercem sua atividade com a função de: (1) Promover o acesso dos cidadãos à informação em todo o país; (2) Garantir uma cobertura noticiosa imparcial, objectiva e equilibrada; (3) Reflectir a diversidade de idéias e correntes de opinião de modo equilibrado; (4) Desenvolver a utilização das línguas nacionais.

O problema é que além dessas funções, em seu funcionamento, os órgãos públicos moçambicanos também contemplam determinadas ações que são tipicamente de emissoras comerciais, como, por exemplo, a inclusão da publicidade na grade de programação diária disputando com as emissoras privadas.

Por esses fatores, em Moçambique, o modelo de funcionamento dos chamados órgãos públicos de comunicação, embora conste na Lei apenas a designação de “órgãos públicos”, é misto, ou seja, é público-estatal, porque ao mesmo tempo, que é propriedade do Estado, o que lhe dá o atributo de estatal, é pública porque se propõe a oferecer serviços de interesse público de tal forma que uma parte do seu orçamento advém de taxas cobradas diretamente à população.

Apesar dessa mistura de modelos a Lei de Imprensa moçambicana especifica que nos domínios de radiodifusão e televisão, o setor público deve ainda: (1) Conceber e realizar uma programação equilibrada, tendo em conta a diversidade de

interesses e de preferências da sua audiência; (2) Promover comunicação para o desenvolvimento e; (3) Promover a cultura e a criatividade, de modo a que estas ocupem um espaço de antena crescente, através da produção e da difusão de realizações nacionais.

A mesma Lei de Imprensa criou o Conselho Superior de Comunicação Social (CSCS), “órgão através do qual o Estado garante a independência dos órgãos de informação, a liberdade de imprensa e o direito à informação, bem como o exercício dos direitos de antena e de resposta”.⁸ Mais adiante detalharemos as competências desse conselho no setor de comunicação.

Outra mudança verificada nesse ambiente democrático, sobretudo no setor da comunicação foi a extinção do Ministério da Informação e sua substituição pelo Gabinete de Informação (Gabinfo), subordinado ao Primeiro Ministro. Cabe ao Gabinfo: (1) facilitar a articulação entre o Governo e os meios de comunicação social; promover, em articulação com os porta-vozes dos ministérios, a divulgação pública das atividades oficiais; (2) facilitar o acesso dos órgãos de comunicação social e do público em geral à informação sobre as atividades governamentais; (3) propor iniciativas de apoio do Governo aos órgãos de comunicação do setor público, privado e cooperativo; (4) exercer a tutela do Estado sobre as instituições estatais e órgãos de comunicação do setor público nos termos da Lei da Imprensa.

Na visão de Miguel⁹, a nova conjuntura política e econômica mundial e nacional abriu espaço para o surgimento de novas emissoras de TV, do setor privado, e marcou uma nova fase da mídia eletrônica moçambicana com a multiplicidade de oferta proporcionada pela entrada de outras operadoras abertas e comerciais no país.

Ainda na metade da década de 90 começou a ganhar espaço um novo setor de veículos de comunicação constituído pelas rádios e TVs comunitárias que direcionaram suas atividades para as regiões rurais. Destaca-se, nesse setor, o Instituto de Comunicação Social (ICS), uma instituição do governo moçambicano que produz e divulga programas para as comunidades rurais. Também desenvolvem trabalhos dessa natureza Igrejas e algumas organizações da sociedade civil que

⁸ASSEMBLÉIA DA REPÚBLICA. Lei nº 18/91 de 10 de agosto: artigo 35. Maputo: Imprensa Nacional, 1991.

⁹Moçambique e Brasil: a TV e a Multiplicidade da Oferta. ANUÁRIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO LUSÓFONA 2004. Disponível em www.revcom2.port.intercom.org.br acesso em 05 de março de 2007.

difundem programas de informação, de entretenimento e de discussão de assuntos que têm como foco essa gama da população que não tem acesso aos meios de grande porte como a televisão, por exemplo.

A presença de uma variedade de canais de televisão, e de outros meios de comunicação num país que só contava com uma emissora pública elitizada e politizada constitui uma vantagem para o público, pela possibilidade de escolha e de estabelecer comparações em relação ao conteúdo e à programação de cada veículo.

Diante do cenário democrático, de alguma maneira, diminuíram os privilégios na emissão de um ideário político, antes atribuído a voz do partido único, a Frelimo, pois outros partidos se formaram e procuraram ter seu espaço.

Em 1998, a partir de um acordo bilateral entre Moçambique e Portugal, a RTP - África começou suas transmissões regulares e de cobertura nacional, e assumiu o compromisso de cooperar na produção de alguns programas da TVM. Essas transmissões são por via satélite, da sede em Lisboa para os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa): Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Os programas são produzidos em parceria com os serviços públicos de televisão desses países. Esse projeto visa, sobretudo o intercâmbio cultural e a troca de programas de notícias entre Lisboa e as capitais dos PALOP.

Segundo Miguel (2003:47) a RTP-África sobrevive apenas da verba proveniente do orçamento do Estado português. Não insere comerciais em sua programação, que é, majoritariamente, produzida a partir de Lisboa, com exceção de alguns programas:

1. Música africana: 60 minutos/semana;
 2. RTP – África esportes: 25 minutos/semana;
 3. Fórum (um convidado fala sobre determinado tema): 25 minutos/semana;
 4. Participação no telejornal Repórter – RTP – África: 2 minutos/dia (média);
 5. Repórter sete dias (programa informativo): 60 minutos/semana;
-

6. Arte espetáculo: 30 minutos/semana.

No mesmo ano foi criada a TV Miramar, emissora privada, de caráter comercial que “juntamente com as Rádios Miramar de Maputo, Beira e Nampula faz parte da Rede Comunitária Miramar” (Miguel, 2003:56). Possui forte ligação com a rede Record do Brasil da qual procede a boa parte de programas que retransmite, além de contar com uma pequena programação local que inclui curtos espaços noticiosos, cultos e de entretenimento.

Salientamos a entrada de duas operadoras de TV por assinatura. Em julho de 1999 foi criada na cidade de Maputo a TV Cabo Moçambique, a primeira estação de televisão por cabo no país com finalidade basicamente comercial. Formou-se a partir de uma associação entre a empresa pública TDM (Telecomunicações de Moçambique) e o Grupo Visabeira¹⁰ de Portugal. A TV Cabo disponibiliza cerca de 55 canais de TV, incluindo grandes redes européias e norte-americanas, asiáticas, brasileiras e africanas.

De acordo com Miguel (2003:49), além de disponibilizar serviços televisivos via-cabo, “a TV Cabo oferece outros produtos, de caráter multimídia, através de tecnologia mais recente, como é o caso da Net-cabo, que possibilita o acesso à Internet em banda larga”.

A Multichoice África (MCA) é outra operadora de televisão por assinatura que fornece seus serviços para qualquer parte de Moçambique, através de satélite. Trata-se de uma plataforma televisiva multicanal, com canais da África, da Grã-bretanha e dos Estados Unidos. São cerca de 100 canais oferecidos para uns 50 países africanos, pela Digital Satellite TV (DStv), uma multinacional que conta com a subscrição de grande quantidade de canais mundiais.¹¹

A MCA tem seus escritórios regionais em Johannesburg, na África do Sul, e tem sucursais em seis países da África Austral, além de Moçambique. Para obter os serviços básicos da MCA, o usuário paga uma mensalidade de US\$ 47.50, além dos gastos com a compra e instalação do equipamento (US\$ 549) que permite a recepção do sinal. Diferentemente do que acontece em alguns países, como o Brasil,

¹⁰ Visabeira é uma *holding* criada em 1980 que atua nas áreas das telecomunicações, construção, turismo, indústria e imobiliária de Portugal. Atualmente está presente em nove países incluindo Moçambique.

¹¹ A pesquisa de João Miguel debruça com mais detalhes sobre esse assunto em sua dissertação de Mestrado. Ver mais em Miguel (2003:49).

o sistema de TV por assinatura não está ligado a redes televisivas, mas a empresas de telecomunicações. (Miguel, 2003:49).

Portanto, como se pode notar, o setor de televisão continua a se expandir em Moçambique. Recentemente, em junho de 2006 entrou no ar o Canal nove TV, do brasileiro Netinho de Paula, que transmite sua programação em sinal aberto para capital do país.

Outra emissora recém criada em Maputo é a TV Maná, do Grupo Mana, ligado à Igreja Maná, fundada em 1984 em Portugal. O grupo possui uma TV digital via satélite com dois canais de acesso: um com transmissão 24 horas por dia e outro em determinados períodos do dia. Disponibiliza sua programação para mais de 80 países onde a Igreja está implantada, nos três continentes: europeu, sul-americano e africano com forte atuação no Brasil, em Moçambique, na África do Sul, e em Cabo Verde.¹²

Num mercado, cada vez mais diversificado em termos do número de canais de televisão, surge um fenômeno inerente a essa variedade de veículos que é a convergência de serviços informativos e de entretenimento. Independentemente de sua natureza há uma característica comum que é sua atuação no espaço público como agentes prestadores de serviços informativos aos cidadãos. A grande diferença reside na forma como cada setor ou cada emissora tira proveito dessa atividade para a autopromoção e a afirmação nesse mercado que está em expansão.

Novas tendências surgem no mercado moçambicano de televisão, com características bem diferentes. Essas são movidas pela busca de visibilidade, o principal objetivo almejado pelos detentores de poder. Para isso, a todo custo, as elites moçambicanas procuram desenfreadamente aparecer na televisão e fazer valer seus discursos em busca de aprovação incondicional do público. Segundo João Miguel,

o empresariado nacional formado, majoritariamente pelos membros da ala governista, e o empresariado transnacional, passaram a utilizar a televisão como alavanca de rentabilização de seus negócios. Os políticos, agora com o direito de se filiar a qualquer agremiação política e ideológica, de acordo com a nova constituição, também perceberam que, quanto mais visibilidade adquirissem, maiores seriam as possibilidades de conquistar a opinião pública. (In Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, 2004).

¹² www.manasat.com acesso em 22 de fevereiro de 2007.

As entidades da sociedade civil, embora de forma tímida, também se têm mobilizado em busca de espaço para o debate de assuntos menosprezados pela elite econômica e política, como é o caso da propagação do vírus da aids, das desigualdades sociais e da pobreza nas periferias das grandes cidades e nas zonas rurais.

Em 2002 entrou no “ar” uma nova emissora privada, a STV (Soico Televisão), que segundo Miguel (2003:48) “pertence a Daniel David, ex-trabalhador da TVM. Inicialmente transmitia toda a programação em inglês, que era proveniente da CTV África, emissora sul-africana com a qual estabelece uma forte parceira”.

A STV tem se apresentado como principal concorrente da TVM, pelo menos em termos de grade de programação, pois parece possuir maior liberdade de criação de novos programas em relação à primeira. Essa concorrência levou à reestruturação do setor público de comunicação social. A TVM reformulou sua política editorial e reestruturou a grade de programação como forma de acompanhar as transformações supracitadas, no entanto, ela continua dependente do orçamento do Estado que tem sido insuficiente para atender às demandas da emissora na perspectiva de melhoria de qualidade técnico-profissional de que necessita.

Na atualidade o desenvolvimento de um país está estritamente ligado ao da comunicação social, que é um espaço de opinião decisiva que pode favorecer o debate sobre os problemas do país e sobre a configuração social em todos os níveis.

Sobre o número de veículos de comunicação autorizados, a Primeira Ministra, Luísa Diogo, divulgou que “já foram registrados no país 336 títulos e designações de órgãos de informação dentre rádios, televisões, jornais, revistas, boletins e outras publicações gráficas”¹³.

O setor da televisão ainda enfrenta muitos desafios. Primeiro pelo fato de que nem todas as regiões do país têm energia elétrica. Segundo, a própria televisão pública não tem recebido investimentos capazes de ampliar a sua rede de distribuição do sinal de recepção em todo o país. Terceiro, a maioria da população suburbana, apesar de ter acesso à energia elétrica, se depara com a falta de recursos financeiros para a compra de televisor. Quarto, a falência precoce de alguns

¹³ Discurso da Primeira Ministra por ocasião do lançamento do Debate Público do Anteprojeto de Revisão da Lei de Imprensa. Maputo, 02 de novembro de 2006. Disponível em www.portaldogoverno.gov.mz/informacao/imprensa. Acesso em 30 de agosto de 2007.

desses órgãos por problemas de gestão e de falta de recursos para sobrevivência no mercado cada vez mais disputado.

São visíveis as dificuldades de integração nacional e os contrastes regionais, em termos de desenvolvimento. O universo cultural e étnico moçambicano é muito diverso. “Na sua composição, o país tem contrastes de tipo demográfico, econômico, lingüístico e religioso” Mazula (1995:123). Outros dados mostram ainda que para a maioria da população, as línguas autóctones são as mais utilizadas na comunicação quotidiana.

As dificuldades acima mencionadas fazem com que o rádio tenha grande vantagem em relação à televisão porque, desde a independência, veicula programas e noticiários nas línguas nacionais mais representativas e, dessa maneira, promove a aproximação e a integração nacional e regional, uma vez que algumas dessas línguas também são faladas nos países vizinhos. Seguindo a mesma experiência, há cerca de dois anos, a TVM começou a incluir línguas nacionais nos noticiários provinciais, o que já é um passo significativo que pode facilitar as pessoas na compreensão das notícias e de outros programas.

Embora nossa pesquisa não seja sobre o rádio em Moçambique, não podemos deixar de mencionar, ainda que de uma forma resumida, o valor histórico e atual desse meio de comunicação de massa que é um dos mais antigos no país.

As primeiras experiências do rádio começaram em 1933, ainda durante a colonização portuguesa, com a instalação de uma estrutura radiofônica. “A inauguração de tal empreendimento foi possível graças ao interesse e dedicação de alguns cidadãos portugueses¹⁴ que impulsionaram a criação do chamado Grêmio dos Radiófilos da Colônia de Moçambique”. (Massingue, 2000:38). O objetivo inicial desse meio de comunicação era atender a população portuguesa que vivia na então Província Ultramarina.

Massingue (idem) refere que, em julho de 1937 a Assembléia Geral do Grêmio substituiu o nome de Grêmio dos Radiófilos pelo de Rádio Clube de Moçambique (RCM), por imposição do Governo de Lisboa, que determinou que grêmios só poderiam ser instituições do Estado. Já naquele ano foi reconhecido o papel fundamental do rádio em manter o seu público informado sobre os acontecimentos

¹⁴ “(Aniano Mendes Serra, Augusto Neves Gonçalves e Firmino Lopes Sarmento) que impulsionaram a criação do chamado Grêmio dos Radiófilos da Colônia de Moçambique.

do mundo, principalmente num contexto de relações entre Metrópole e colônia, além de produzir programas de entretenimento.

Em 1938 foi instalado na cidade da Beira o Aero clube da Beira, do engenheiro português Jorge Jardim. Em 1954 a Arquidiocese da Beira também instalou a Rádio Pax sob controle do Arcebispo Dom Sebastião de Resende. Nesse período, com apoio do Estado Português, o RCM cresceu e começou a estabelecer outros emissores pelas regiões do território moçambicano, priorizando a região norte e as cidades de maior número de população. De 1953 a 1974, pouco antes da independência, foram criados, respectivamente, os emissores de Nampula, Zambézia, Beira (Dondo), Tete, Niassa, Inhambane e Manica.¹⁵

As iniciativas para se atingirem os ouvintes de origem não portuguesa (a larga maioria negra) começaram a desenhar-se em meados da década de 50, com a introdução da música negra. Em abril de 1958 foi ao ar o primeiro programa em língua africana, a Hora Nativa. Tratava-se do ronga¹⁶, ao domingos a partir das 18 horas e com três horas de duração. Este programa passou a figurar como a quinta língua utilizada pelo RCM, a par do Português, Inglês/Afrikanner e Francês, este último, dirigido ao então Congo Belga. (Massingue, 2000:39).

Relatos sobre a história do rádio em Moçambique referem que a “Hora Nativa era bem recebida pelo público, pois além de emitir a música portuguesa divulgava também a moçambicana, notícias e temas religiosos” (idem). Esse programa deixou de pertencer ao RCM em 1962 e passou ao controle direto dos Serviços da Psicossocial do governo português passando a denominar-se *A Voz de Moçambique*. A alteração veio em resposta às mudanças políticas em Moçambique, pois nesse mesmo ano havia sido criada a Frelimo, em Dar-es-Salaam, Tanzânia.

A expansão da RCM foi rápida na década de 70 em conseqüências dessas mudanças políticas em Moçambique e em Portugal, por isso, de acordo com Massingue (2000:42), “para toda a imprensa e particularmente para a Rádio a mão forte do Governo colonial sempre se impôs, particularmente com o avanço da Luta Armada de Libertação Nacional”, e, como podia se esperar, a censura dos conteúdos a serem publicados passou a ser velada.

¹⁵ MASSINGUE (2000:39), entrevista ao António Alves Fonseca, ex-Técnico e Diretor da Rádio Moçambique em janeiro de 1997-Maputo.

¹⁶ Ronga é uma das línguas nacionais, falada na Província e cidade de Maputo.

Com a independência de Moçambique foi criada a Rádio Moçambique (RM) em outubro de 1975 através do decreto 16/75 e ficou sob a tutela do Estado como resultado da nacionalização dos órgãos de produção e emissão radiofônica então existentes no país.

Desde então, apesar de alguns problemas técnicos de qualidade dos emissores, a RM continuou a oferecer diariamente ao seu público “informação, formação e recreação, com cerca de 150 horas/dia de emissões em 16 línguas, dos quais o português, inglês e 14 línguas nacionais”. (Massingue, 2000:42). Dessa forma a RM passou a ser o maior e o único órgão radiofônico com uma rede nacional de emissores.

Além de noticiários, a RM produzia programas como “A Voz da Frelimo”, dedicado à conscientização política das “massas”; “Opinião Pública” e programa dos Conselhos de Produção, da Juventude, da Mulher. Vale ressaltar que esses programas eram concebidos e difundidos num ambiente em que se via os órgãos de informação como instrumentos a serviço do partido único no poder. Outros programas eram destinados à educação (Alfabetização; Um País; Uma data na História; Sentido das Palavras), além dos recreativos (Cena Aberta, musicais e folhetins radiofônicos).

Na década de 80, ao nível externo, a RM contribuiu também para a consolidação do Estado moçambicano e para a integridade do país na região da África Austral, através das emissões dirigidas ao exterior. “Duas experiências dignas de realce aconteceram com o atual Zimbábwe e a África do Sul em que a RM criou uma emissão informativa virada para os países da região para possibilitar a divulgação da voz dos líderes daqueles países, uma vez que eram passíveis de procedimento criminal” pelos regimes políticos vigentes¹⁷.

¹⁷ Com a independência de Moçambique e a sua opção por uma orientação socialista, o governo minoritário da Rodésia do Sul (atual Zimbábwe) via o seu regime ameaçado, devido às influências que Moçambique poderia ter para com o povo zimbabweno. Por isso, Moçambique passou a constar na agenda rodesiana, como um alvo a abater. Com a criação do programa a “Voz do Zimbábwe”, o governo moçambicano em colaboração com a ZANU-FP, criava um apoio à luta pela independência e democratização do Zimbábwe. Uma vez vencido o regime rodesiano e instalada a democracia, deixava de haver uma ameaça à integridade e subsequente democratização de Moçambique. Através de programas da rádio, as populações zimbabweanas eram mobilizadas, ganhando a percepção da sua real situação. Quanto à África do Sul, o processo foi basicamente similar. Após a independência do Zimbábwe, cria-se uma emissão informativa virada para os países da região e particularmente para a África do Sul que chamou a si, e muito a peito, o papel de protector e municipador principal da RENAMO. Na África do Sul, um país com o regime de Apartheid, o povo lutava contra esse regime e por uma democratização da sociedade. Mas as opiniões e vozes dos líderes dessa mesma luta estavam banidas nos *mass media* daquele país. Um jornalista que, por exemplo, ousasse transmitir

Com adoção da nova Constituição da República em 1990 e com a entrada em vigor da Lei de Imprensa em 1991 a Rádio Moçambique passou a ser designada pública, em agosto de 1994, assim como aconteceu com a TVM conforme nos referimos anteriormente. “Garantir a independência, pluralismo e o direito à informação e programação de forma a salvaguardar a sua independência do Governo, da administração e de outros poderes públicos e privados¹⁸”, figura como um dos princípios fundamentais presentes em seus estatutos.

A RM é gerida por um Conselho de Administração, dirigido por um Presidente e quatro Administradores, um Conselho Fiscal e uma Direção Executiva que integra os Diretores de Informação, Programas, Transmissão, Estúdios, Recursos Humanos e Formação, Comercial, Financeiro, Administrativo e Gabinete Jurídico.

Para atender à demanda da audiência, a partir da década de 90, a RM também passou por reformulações e melhorias na sua grade de programação, tendo se ramificado em: a “Antena Nacional” (em português) que transmite para todo o país em onda média a partir da Matola (Maputo) e em FM a partir de todas as capitais provinciais e Nacala. “É um canal generalista, a sua programação variada pretende alcançar os vários estratos da população, desde o operário, a mulher, o camponês, o jovem, a criança, o técnico, o intelectual¹⁹”. Conta também com alguns programas de debate como: Linha Direta e Esta Semana Aconteceu, além do programa de entrevistas a membros do governo e a outras personalidades independentes intitulado Cartas na Mesa.

Outros canais são a Rádio Cidade da Beira e Maputo, cuja programação atende o público jovem urbano, além do canal RM Desporto, especializado na cobertura de esportes. O “Maputo Corridor Radio” transmite em inglês para os estrangeiros residentes em Moçambique e países vizinhos. O sinal da Antena Nacional é também captado por via satélite pelas Rádios Comunitárias que, por iniciativa própria, retransmitem diariamente os principais magazines informativos.²⁰

A RM recebe financiamento anual a partir do Orçamento Geral do Estado (OGE); recorre à cooperação com instituições internacionais; à publicidade; à venda

na rádio a voz de Oliver Tambo ou citar no jornal as suas posições, era passível de procedimento criminal. Essas vozes e opiniões proibidas passaram a chegar ao auditório sul africano através das emissões da RM no seu Serviço Externo. (Massingue, 2000:44).

¹⁸ Estatutos da Rádio Moçambique.

¹⁹ Disponível em www.rm.co.mz acesso em 06/09/2007.

²⁰ idem.

de espaço de antena e à edição de música em discos, cassetes e cd's. Além desses meios, conta também com a contribuição da "taxa de radiodifusão que foi introduzida com base no regulamento contido no diploma ministerial n° 195/98 de 14 de outubro". (idem).

Atualmente a RM transmite sua programação em português, em dezanove línguas bantu faladas no país (ajaua, nyanja, maconde, kimwane, swaili, macua, chiuté, nyungwe, lomwe, chuabo, sena, ndau, ximanica, xitswa, xibarwé, chope, bitonga, changane e rongá) e ainda em inglês²¹. Com isso, o rádio continua o único meio de acesso à informação, à formação e a diferentes formas de recreação, para muitos moçambicanos, sobretudo das zonas rurais,

Quanto à televisão, a utilização dessas línguas locais, sobretudo no telejornal, ainda é um desafio, pelo menos por enquanto, pelos elevados custos que isso pode representar, devido ao fato de que seria necessária uma preparação dos jornalistas e de tradutores de conteúdos que fossem difundidos nessas línguas. Apesar dessas dificuldades, a televisão já começou a utilizar algumas delas na publicidade.

O governo de Armando Guebuza²² e seu antecessor têm traçado políticas e metas de desenvolvimento do país. Isso acontece não só em Moçambique, como também em todo continente africano como forma de erradicar a pobreza absoluta da maioria da população, mas, pelo menos até agora, os resultados se mostram pequenos diante de inúmeros problemas que a população encontra no seu cotidiano.

Nesse âmbito é fundamental compreender as dinâmicas do funcionamento de cada emissora de televisão, tendo em conta os contextos histórico pré-colonial, colonial e pós-independência por que o país tem passado ao longo de sua história e na lógica da organização regional da África Austral e também internacional.

Não podemos nos eximir de focar outro aspecto importante na história da televisão em Moçambique no que diz respeito à influência de outras redes internacionais de televisão, sobretudo de emissoras brasileiras como a Rede Globo e a Rede Record. Nos últimos anos verifica-se um grande desequilíbrio no fluxo de conteúdos na grade de programação da TVM e STV. O maior espaço é reservado a programas estrangeiros, o que na opinião de Miguel (2006:10) não reflete a *moçambicanidade*. Para o autor, "há uma presença excessiva de produtos

²¹ Idem.

²² Presidente da República de Moçambique eleito em 2004.

importados, reprises, novelas em horários nobres e, há falta principalmente de uma visibilidade equilibrada dos problemas regionais do país nos programas informativos”.

Na visão filosófica de Magode (1996:29), “a *moçambicanidade* pode ser entendida como um sentimento nacional clássico, assumida unicamente pelos moçambicanos, qualquer que seja o seu lugar de nascimento e domicílio, no país”. O autor afirma que a *moçambicanidade* pode, por outro lado, representar o sentimento nacional em que as diversas maneiras de ser e de estar na vida social não sejam consideradas como um critério com alguma influência, o que é quase impossível, pois a cultura é aberta a influências internas e externas. A *moçambicanidade* seria, portanto, uma consequência da tentativa do discurso da nação construir uma identidade para seus membros respeitando e reconhecendo suas singularidades étnico-culturais.

Com uma postura crítica sobre questões históricas da colonização, que resultaram na demarcação de fronteiras do país pelas potências europeias, cujas consequências são sobejamente conhecidas, Magode (idem) chama atenção para a importância do sentido de pertença a uma comunidade específica, dando valor ao aspecto da pluralidade étnica da população, e afirma que “a moçambicanidade terá de ser o resultado de uma aquisição sócio-cultural”. Nessa ordem de idéia vale questionar sobre as identidades que a televisão pública e privada moçambicana propõem à audiência e sobre os processos de sua construção.

Qualquer telespectador atento a essas questões, se fizer uma rápida “varredura” pela programação tanto da TVM e da STV, que são o foco deste estudo, facilmente constatará a fraca presença dessa *moçambicanidade* caracterizada fortemente pela diversidade étnico-multicultural e lingüística.

Que razões levam as emissoras televisivas a atribuírem maior espaço aos produtos estrangeiros, sobretudo brasileiros? Por exemplo, na programação diária da TVM e da STV são transmitidas duas novelas com respectivas repetições de capítulos além de mini-séries estrangeiras. As repetições acontecem em ambas as emissoras, geralmente, no período da manhã. A noite é reservada para novos capítulos, depois do telejornal, por ser o período em que a maioria está disponível a assistir.

Para melhor entendermos esse fenômeno de aceitação da televisão brasileira pelo público moçambicano nos valem de fatores históricos. O fato de o Brasil ter sido colônia portuguesa traz em comum com Moçambique e com todo o bloco dos

PALOP, a língua portuguesa, que possibilita a circulação de seus produtos simbólicos no espaço moçambicano e no dos outros países com certa preferência do público comum. Produtos como música, novelas, filmes, literatura científica ou de auto-ajuda, encontram aceitação na sociedade moçambicana.

As emissoras moçambicanas, por um lado, aproveitam-se dessas condições favoráveis a elas para incluir em sua programação produtos da televisão brasileira como atrativo para o telespectador e assim garantir audiência. Por outro, essa conjuntura também se constitui num *status* da emissora pelo fato dela veicular programas estrangeiros, uma vez que no país não se têm programas de mesma envergadura e qualidade técnica por falta de recursos tanto financeiros quanto técnico-profissionais que assegurem uma produção diversificada de conteúdo que satisfaça as necessidades, sobretudo de entretenimento e/ou de conhecimentos científico-culturais dos telespectadores.

O que se verifica é um desequilíbrio permanente no tocante à circulação de conteúdos. De uma maneira geral, os países desenvolvidos em termos de tecnologia conseguem produzir e fazer circular seus produtos simbólicos ditando novos comportamentos e maneiras de se posicionar no mundo.

Em relação a esse desequilíbrio é pertinente a crítica de Miguel (2003:59) ao afirmar que

o artigo 4 da lei de imprensa, sem fazer distinção do setor público e do privado, prevê que os meios de comunicação social devem contribuir para: a consolidação da unidade nacional e a defesa dos interesses nacionais; a promoção da democracia e da justiça social; o desenvolvimento científico, econômico, social e cultural; a elevação do nível de consciência social, educacional e cultural dos cidadãos; o acesso atempado dos cidadãos a fatos, informações e opiniões; a educação dos cidadãos sobre os seus direitos e deveres; a promoção do diálogo entre os poderes públicos e os cidadãos; a promoção do diálogo entre as culturas do mundo.²³

A concorrência não pode constituir em fator que iniba o diálogo. Para Miguel essas condições previstas na lei de imprensa deveriam nortear a prática de mídia para não permitir que questões de concorrência impeçam ao telespectador de receber um serviço televisivo de qualidade, já que a racionalidade mercadológica tende a trocar a qualidade pela quantidade.

²³ ASSEMBLÉIA DA REPÚBLICA. Lei nº 18/91 de 10 de agosto: artigo 4. Maputo: Imprensa Nacional, 1991.

Aliás, esse *déficit* na produção de conteúdos locais e a exigüidade de meios técnico-científicos é um fator que ainda empobrece a produção de conhecimento em todos os setores, inclusive midiático. Não se trata de um fato isolado, ou de um problema que apenas diz respeito a Moçambique. De uma maneira mais ampla, trata-se sim de uma forma de exclusão a que todo o continente africano está sujeito. Por isso, Santos (2006) analisa de forma contundente as desigualdades ferrenhas entre os hemisférios Norte e Sul que tem origem desde o período da colonização e acentuam-se, atualmente com o processo da globalização, cujas conseqüências afetam todos os aspectos da vida social. Essas desigualdades desfavorecem radicalmente os países periféricos, como é o caso de Moçambique.

Para Santos (2006:301), a globalização dos *media*, da cultura de massas, da iconografia norte-americana e da ideologia do consumismo, neutraliza as culturas locais, descontextualizam-nas e assimilam-nas sempre que lhes reconhecem algum valor de troca no mercado global das indústrias culturais.

Como possível solução Santos (2006:292) defende a necessidade de se encontrar um equilíbrio entre a homogeneidade e a fragmentação, entre a igualdade e a diferença, pois que não existe identidade sem diferença e a diferença pressupõe a presença de certa homogeneidade que permita detectar o que é diferente nas diferenças.

Nesse sentido, a argumentação de Santos (2006) converge com os aportes teóricos de Laclau (2002). Para este, na construção do discurso existem duas lógicas centrais: a lógica da diferença e a lógica da equivalência. A primeira tem a ver com a complexidade do social enquanto a segunda refere-se à simplificação do social. Assim, “dois termos para serem equivalentes devem ser diferentes, de outro modo seriam simplesmente idênticos. A equivalência existe através do ato de subversão destes termos” (Laclau, 1985:110). Portanto, Laclau defende que a lógica da equivalência trabalha a partir da presença da diferença, ou seja, dois significados só podem ser equivalentes se forem diferentes. Com isso podemos compreender a tese de que,

o único que podemos dizer é que a relação entre identidades particulares e equivalências é instável, tudo depende de que função, representar um conteúdo particular interno da comunidade ou representar a esta última como plenitude ausente, haverá de prevalecer. (Laclau, 2002:22).

Na mesma linha, Santos (2006:283) refere que a negação das diferenças opera segundo a norma da homogeneização que só permite comparações simples, unidimensionais (por exemplo, entre cidadãos), impedindo comparações mais densas ou contextuais (por exemplo, diferenças culturais), pela negação dos termos de comparação.

A diversidade cultural moçambicana é resultado de uma miscigenação cultural de diferentes civilizações. Segundo Dias²⁴ a cultura moçambicana foi sempre marcada pela miscigenação cultural que advém das migrações bantu e do contato que esses tiveram com outras civilizações, sobretudo árabe e asiática. A colonização portuguesa (iniciada em 1498) trouxe influências europeias que foram acrescidas pelas culturas de comunidades imigrantes da Índia e da China que se fixaram em vários pontos de Moçambique.²⁵

Depois da independência, os moçambicanos aprenderam outros valores de cunho socialista, em consequência do projeto político ideológico adotado pelo partido dirigente. Foi nesse contexto político ideológico marxista-leninista que se negou o reconhecimento da diversidade cultural presente no país, pois o discurso unificador do governo e a Frelimo se centravam na unidade nacional cujo objetivo central era fortificar o nacionalismo.

Daí a primazia da construção da *moçambicanidade* enquanto uma identidade coletiva “globalizante” que emergiu a partir do ordenamento político, histórico e geográfico, reunindo num mesmo território diversos grupos étnicos e lingüísticos, constituindo-se assim numa nação, no sentido de Estado de direito, em detrimento das diferenças em todos os aspectos: histórico, cultural, étnico e lingüístico de cada grupo que compõe o país.

Para Dias (2007:2), “existem em Moçambique várias formas de organização social, cultural, política e religiosa; há várias crenças, línguas, costumes, tradições e várias formas de educação”.

As abordagens teóricas de Laclau (1985 e 2002) e Santos (2006) sobre equivalências e diferenças são referências teóricas pertinentes que podem ajudar na compreensão de como a *moçambicanidade*, no plural, pode abrigar essas diferenças culturais, singulares, multi-étnicas e lingüísticas de cada grupo étnico e como essas

²⁴ Texto referente ao tema da educação em Moçambique apresentado pela autora em maio de 2007 no ciclo de palestras sobre a colaboração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com as universidades africanas e latino-americanas.

particularidades podem ser reconhecidas na e pela *moçambicanidade* entendida como uma identidade coletiva.

Na atualidade cresce a preocupação de pesquisadores das diversas áreas de estudo em discutir essas questões de diversidade cultural e de possíveis formas de reconhecimento e de valorização como riqueza e patrimônio nacional.

No ensino, por exemplo, busca-se incluir os saberes locais na grade do nível básico. No Plano Curricular Nacional do Ensino Básico (PCEB) prevê-se que a escola tenha à sua disposição um tempo para a introdução de conteúdos locais, que se julgar relevante para uma inserção adequada do educando na respectiva comunidade. O mesmo plano determina ainda que os conteúdos locais devem ser estabelecidos em conformidade com as aspirações das comunidades, o que implica uma negociação permanente entre as instituições educativas e as respectivas comunidades. Dias (2007:10), a carga horária prevista para essas atividades é de 20% do total de tempo previsto para cada disciplina.

O esforço que se está a empreender no país é no sentido de se estabelecer interseções entre a moçambicanidade e a diversidade cultural. Para isso, Ngoenha (*apud* Serra,1998:30) aponta algumas direções:

a preservação e a consolidação da moçambicanidade depende de um duplo pacto: um “contrato cultural (unidade na diferença)” e um “contrato (inteligência) social”. O pacto cultural deveria reconciliar a política com as culturas nacionais. Isto permitiria libertar as instituições estatais da política cultural sobre a qual vegetam e metê-las numa dinâmica de cultura política mais produtiva. É necessário pensar a política a partir de baixo, a partir dos marcadores identitários forjados das culturas nacionais. É necessária uma capacidade integradora da Nação, isto é, uma relação entre o projeto político e as características étnicas e sociais das populações.

Dias (2007:11) analisa ainda que a nova visão educacional e cultural está possibilitando debates mais abertos sobre essa questão:

(...) a sociedade moçambicana enfrenta a questão das diferenças culturais com menos tabus e subterfúgios. Já se discute com maior abertura as assimetrias regionais, as desigualdades de oportunidades de sexos (questões de gênero) e de classes sociais, a estigmatização de algumas práticas culturais (como os ritos de iniciação, a prática da medicina tradicional, a crença ao sobrenatural, etc) a incorporação do saber local e do conhecimento popular, do senso comum na escola.

²⁵ Idem.

A partir desse olhar preocupado com as questões de reconhecimento da diversidade étnica que caracteriza a população moçambicana e, voltando-nos ao nosso objeto de pesquisa, é importante compreendermos como a moçambicanidade, no sentido mais amplo, e a diversidade cultural aparece nos discursos dos telejornais.

Com base na abordagem teórica de Santos (2006) podemos detectar hoje no espaço televisivo em geral, diferenças e semelhanças de orientação político-editorial entre a TVM e STV. Essas diferenças já são percebidas pelo público, que hoje tem possibilidade de escolher o que assistir e percebe-se que o telespectador faz suas escolhas a partir de questões ligadas à identidade cultural, às suas convicções e à coerência com que cada telejornal articula suas estratégias discursivas.

O primeiro estudo de recepção e audiência²⁶ foi realizado entre os dias 19 e 23 de janeiro de 2006, em Maputo, na capital do país, que também tem o estatuto de província, pelo fato de possuir maior concentração populacional em relação às outras províncias. O relatório final da pesquisa encomendada pelo Grupo Soico indica que “a STV despontou como a televisão preferida pelos moçambicanos nas categorias de notícias, debates, novelas e filmes”. Segundo o relatório, de um universo de 2.300 pessoas requeridas, 45% consideram a STV como a melhor emissora, contra 44,2% que dão essa qualificação à TVM. Outros 7,4% preferem a TV Miramar e 1,4% a 9TV e 1% a RTP África.

Há dados importantes nessa pesquisa que merecem ser considerados, até mesmo para a compreensão das estratégias comunicacionais e da identidade editorial de cada emissora. O mesmo relatório revela que “44, 5% dos inquiridos assistem regularmente aos debates da STV contra 18% da TVM e 6,2% da TV Miramar. A partir desses dados percebemos que o público se interessa pelos debates e não só pelas notícias em si”. 44 5% dos inquiridos assistem regularmente aos debates da STV contra 18% da TVM e 6,2% da TV Miramar.

Embora nosso propósito não passe pelo questionamento da pesquisa em si, esses resultados dizem respeito aos índices de audiência apenas da cidade de Maputo - capital do país; temos que levar em consideração ainda o fato de que a

²⁶ Foi realizado pelo Instituto Superior Politécnico e Universitário (ISPU) que abarcou a cidade e a província de Maputo, cujo objetivo principal era avaliar quantitativa e qualitativamente o impacto dos serviços de comunicação social, sobretudo das emissoras de televisão.

STV não cobre todo território nacional como a TVM, portanto, o universo pesquisado não chega a espelhar a realidade do país como todo.

Outro aspecto a ser considerado é que o quadro de queda nos índices de audiência da TVM, apontada pela pesquisa nesse grande centro urbano analisado propõe uma mudança de estratégias comunicativas da emissora pública para com a sociedade moçambicana. Vale frisar que a capital do país é o maior reduto da mídia de toda natureza, o que possibilita ao telespectador o acesso à diversidade de meios de comunicação social.

1.2 Estrutura, regulamentação e controle da televisão

As estruturas da TVM e da STV são diferentes em virtude de sua natureza pública e privada, e conseqüentemente objetivos distintos. As diferenças podem ser compreendidas dentro do contexto histórico, das políticas editoriais adotadas a partir das mudanças ocorridas no mercado de comunicação que, em parte, influenciam na forma de realização das atividades comunicacionais.

O Gabinete de Informação (Gabinfo) subordinado ao Gabinete da Primeira Ministra é o órgão que regula o funcionamento de todos os meios de comunicação em Moçambique, independentemente de serem públicos ou privados. É uma instituição que, de acordo com seus estatutos, “goza de personalidade jurídica e é dotado de autonomia administrativa”. Compete ao Gabinfo:

1. Propor iniciativas de apoio do Governo aos órgãos de comunicação social do sector público, privado e cooperativo;
2. Exercer a tutela do Estado sobre as instituições estatais e órgãos de comunicação social do sector público, nos termos da lei de imprensa.
3. Promover a avaliação periódica da imagem do Governo
4. Promover o desenvolvimento da comunicação social e reforçar o seu papel na difusão da informação e na educação dos cidadãos.
5. Promover a divulgação, a nível nacional e internacional, de informação sobre o país e das atividades do Governo.

Além dessas diretrizes comuns para todos os meios de comunicação, o artigo 8 da Lei de Imprensa 18/91 de 10 de agosto prevê que os veículos possuam suas normas internas e específicas: “cada órgão de informação tem o seu estatuto

editorial que define a sua orientação e objetivos e no qual se declara o respeito pelos princípios deontológicos de comunicação social e de ética profissional dos jornalistas”.

A TVM é “um órgão de comunicação social cujo objetivo principal é a prestação do serviço público de difusão televisiva”. O estatuto editorial da emissora estabelece que a:

a-TVM guia-se, no âmbito da sua actividade, pelos princípios consagrados na Constituição quanto à liberdade de imprensa, pela legislação atinente à comunicação social e pelos estatutos da Empresa;

b-TVM considera que a existência de uma opinião pública informada, activa, interveniente e participativa é condição fundamental da democracia e da dinâmica de uma sociedade aberta, sem fronteiras regionais, nacionais e culturais aos movimentos de comunicação e opinião;

c-TVM orienta-se pelos princípios deontológicos da comunicação social e pela ética profissional dos jornalistas;

d-TVM pratica um jornalismo baseado em critérios de rigor profissional e criatividade editorial;

e-TVM pugna por uma informação actual, verdadeira e o mais completa possível;

f-TVM aposta numa informação diversificada, abrangendo os mais variados campos de actividade e correspondendo aos interesses de um público plural;

g-TVM estabelece as suas opções editoriais sem hierarquias prévias entre os diversos sectores de actividade;

h -TVM privilegia, nos seus espaços informativos, assuntos nacionais ou acontecimentos internacionais com impacto na vida do País;

i-TVM participa na promoção do desporto cobrindo as diversas actividades, a nível nacional e internacional e divulgando a prática das diferentes modalidades desportivas;

j-TVM divulga as actividades dos poderes legalmente constituídos no interesse público e com base em critérios profissionais;

k-TVM encoraja a busca de soluções para os problemas nacionais, através do debate franco e aberto de idéias e no diálogo entre os cidadãos;

l-TVM prioriza na sua programação matérias de produção nacional;

m-TVM colabora com instituições públicas, organizações sociais e religiosas na promoção de iniciativas visando a educação cívica e o desincentivo de comportamentos anti-sociais;

n-TVM baseia-se na lei e no senso comum no tratamento de assuntos e imagens violentas ou de índole moral;

o-TVM privilegia na sua programação temas de educação formal ou informal, particularmente de crianças e jovens;

p-TVM dedica um espaço central à divulgação das diversas manifestações culturais do País, tais como: música, dança, teatro, literatura e arte;

q-TVM respeita o direito dos cidadãos ao tratamento igual e justo, independentemente da sua condição social, raça, origem geográfica, grupo étnico, confissão religiosa ou filiação partidária;

r-TVM valoriza a mulher pelo seu lugar na sociedade e papel desempenhado na família e no desenvolvimento social e económico no País;

s-TVM rejeita a exploração gratuita e abusiva da mulher e da criança, particularmente em programas publicitários;

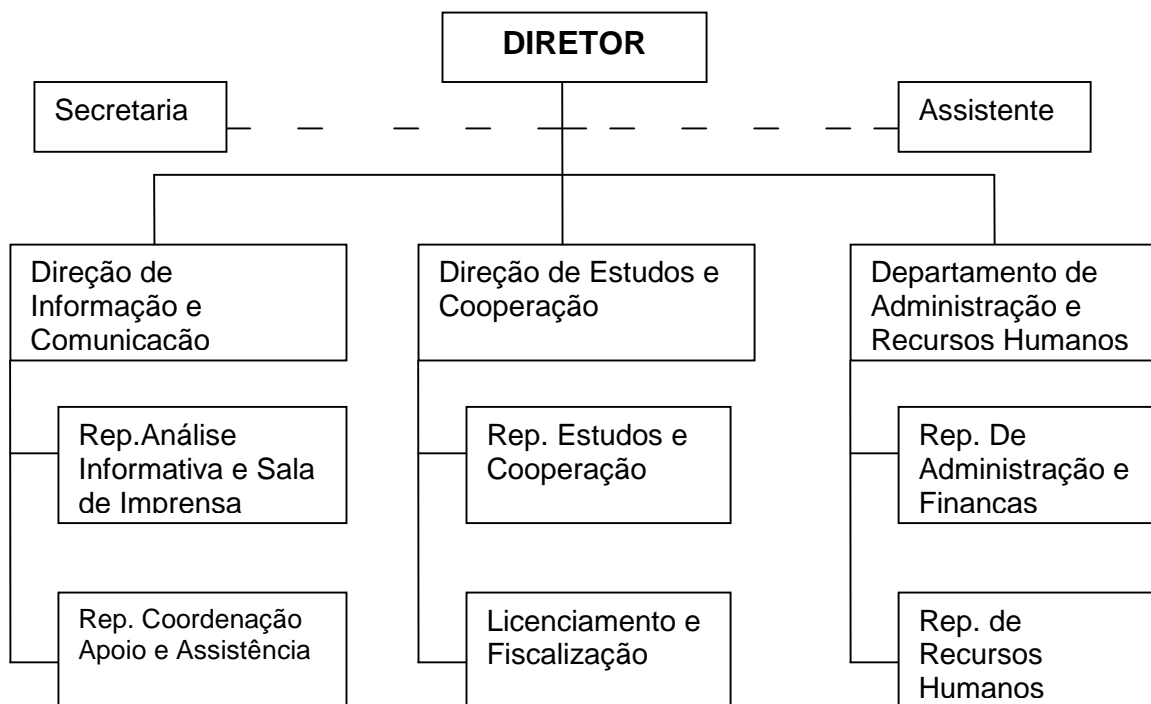
t-TVM valoriza as línguas moçambicanas, como meio fundamental de comunicação para a grande maioria dos cidadãos e contribui para o seu uso e desenvolvimento;

u-TVM participa na divulgação de programas que promovam a saúde e a preservação do meio ambiente. TVM trata de qualquer assunto de interesse público independentemente de quaisquer compromissos comerciais;

v-TVM apenas veicula propaganda partidária nos períodos eleitorais, nos termos da lei;²⁷

Todos os órgãos públicos de comunicação: a Rádio Moçambique, a Televisão de Moçambique, a Agência de Informação de Moçambique, o Bureau de Informação Pública, Centro de Documentação e Formação Fotográfica e a Escola de Jornalismo estão sob a tutela do Gabinete. O organograma abaixo mostra a estrutura de funcionamento desse Gabinete.

²⁷ Disponíveis em www.tvm.co.mz acesso dia 30 de agosto de 2007.



Fonte: www.gabinho.gov.mz acesso em 29/09/2007

O Conselho Superior de Comunicação Social é outro “órgão através do qual o Estado garante a independência dos órgãos de informação, a liberdade de imprensa o direito à informação bem como o exercício de direito de antena e de resposta”²⁸.

No artigo 36 da Lei de Imprensa 18/91 estão explícitas as atribuições desse conselho: (1) Assegurar o exercício do direito à informação e a liberdade de imprensa; (2) Garantir a independência e a imparcialidade dos órgãos de informação do sector público bem como a autonomia das profissões do sector; (3) Velar pelo rigor e objetividade no exercício da atividade profissional na área da imprensa; (4) Assegurar os direitos de antena e de resposta; (5) Zelar pela defesa e promoção da cultura e personalidades nacionais; (6) Velar pela transparência das regras económicas que regem a atividade informativa; (7) Agir na defesa do interesse público e; (8) Velar pelo respeito da ética social comum.

Esse conselho é composto por onze profissionais, dos quais, dois são designados pelo Presidente da República; quatro são eleitos pela Assembleia da República; um magistrado judicial designado pelo Conselho da Magistratura Judicial; três representantes dos jornalistas, eleitos pelas respectivas organizações profissionais; e um representante das empresas ou instituições jornalísticas. A lei

determina ainda que o presidente do Conselho seja nomeado pelo presidente da República.²⁹

No sector público cada órgão de comunicação possui um Conselho de Administração cujo presidente é nomeado pelo governo. Isso contraria, em princípio, o previsto no artigo 11 da lei de imprensa, de que “os órgãos de informação do sector público cumprem as suas obrigações livres de ingerência de qualquer interesse ou influência externa que possa comprometer a sua independência (...)”.

Miguel (2003:54) assevera que esse tipo de mecanismo de escolha do Presidente do Conselho de Administração (PCA) das empresas públicas midiáticas tem sido motivo de desconfiança, por parte dos profissionais da comunicação social e de muitas pessoas atentas ao desenrolar das ações administrativas no setor da comunicação.

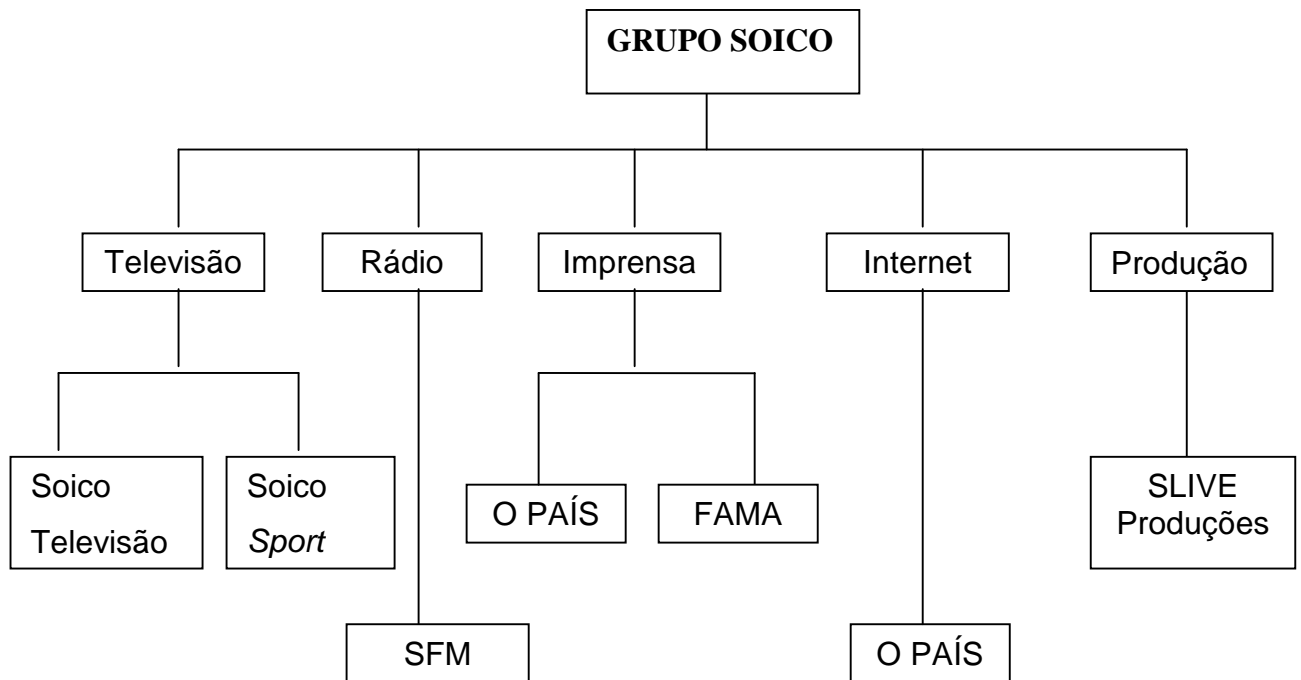
O sector privado funciona com uma estrutura organizacional mais simples que a do sector público. No texto que apresenta as bases de sua missão a STV destaca objetivos na linha de expansão de seus negócios no mercado dos meios de comunicação: “ser o principal grupo de Comunicação Social na África Austral; criar, desenvolver e gerir eficazmente os negócios na área de Comunicação Social, privilegiando parcerias sólidas com os nossos fornecedores, clientes, governo e a comunidade onde operamos”.

De referir que os estatutos da maioria das emissoras privadas não são tornados públicos, o que dificulta o conhecimento detalhado sobre seu funcionamento interno. No caso da STV também são desconhecidos os grupos de empresários ou personalidades a ela ligada ou mesmo se nela estão presentes acionistas nacionais ou estrangeiros.

Para seu funcionamento a STV está organizada em departamentos distribuídos em diretorias: geral, editorial, técnico e operacional, financeira e de programação. Um fato surpreendente é o crescimento rápido do Grupo Soico, constituindo-se em um conglomerado de veículos de diferentes segmentos e, em seis anos, ampliou seus negócios que não param de crescer no mercado nacional da comunicação como se pode ver nessa estrutura abaixo:

²⁸ Artigo 35 da lei de imprensa de Moçambique.

²⁹ Artigo 38 da lei de Imprensa de Moçambique.



Fonte: Direção comercial da STV, 2007

Quanto à distribuição do sinal, a TVM leva vantagens, pois seu sinal abrange uma grande parte do território nacional e possui projetos de expansão, embora ainda se depare com muitas deficiências técnico-profissionais e financeiras. Sem pretendermos questionar a qualidade de seu conteúdo, ela possui maior número de telespectadores, o que lhe garante até agora a hegemonia na audiência em relação às outras emissoras que não cobrem o país na sua totalidade.

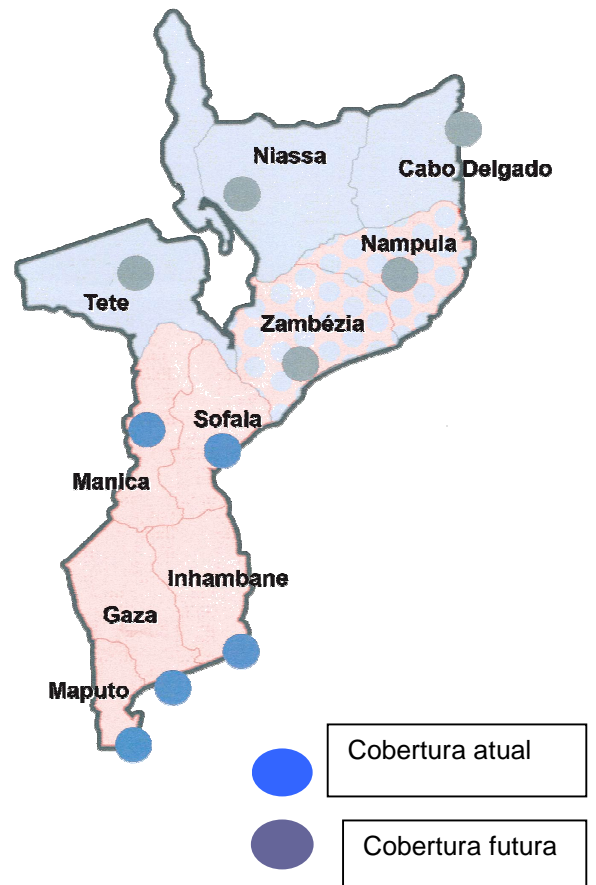
O sinal da STV abrange apenas uma parte do país: Maputo província e cidade, além das províncias de Gaza, Inhambane e Sofala. Os mapas abaixo ilustram a expansão territorial da TVM e STV, respectivamente.



| Emissores | Potência |
|--------------------|----------|
| Maputo | 1000W |
| Beira | 1000W |
| Quelimane | 1000W |
| Pemba | 1000W |
| Nampula | 1000W |
| Ilha de Moçambique | 100W |
| Lichinga | 100W |
| Mandimba | 100W |
| Maxixe | 1000W |
| Xai-Xai | 5W |
| Tete | 5W |
| Songo | 5W |
| Vilanculos | 100W |
| Marromeu | 100W |
| Namialo | 100W |
| Chiúre | 100W |
| Ulóngua | 100W |
| Chimoio | 100W |

Fonte: www.tvm.co.mz acessado em março de 2007

| Área de cobertura | |
|---------------------------|--------------------|
| Atual | Previsão para 2007 |
| Maputo | Maputo |
| Gaza | Gaza |
| Inhambane | Inhambane |
| Sofala | Sofala |
| Manica | Manica |
| | Zambézia |
| | Nampula |
| População | |
| Atual | Previsão para 2007 |
| 7.458.000 | 9.188.000 |
| Número de televisores | |
| Atual | Previsão para 2007 |
| 652.000 | 758.000 |
| Número de telespectadores | |
| Atual | Previsão para 2007 |
| 3.912.000 | 4.548.000 |
| Contribuição para o PIB | |
| Atual | Previsão para 2007 |
| 80% | 90% |



Fonte: Direção comercial da STV, 2007.

Os mapas de cobertura de ambas as emissoras dão-nos uma idéia da distribuição do sinal e da sua ampliação pelo território nacional. Imbuídos nesse universo de expansão e crescimento em que a televisão está inserida, trataremos, no capítulo a seguir, do telejornal enquanto gênero televisual com características específicas que o distinguem dos demais programas. Ressaltamos que o foco desta pesquisa está centrado na análise das estratégias discursivas do telejornal e seu impacto na sociedade moçambicana.

CAPÍTULO 2- O telejornal

2.1. Características gerais

O telejornal é uma das fontes de informação, de produção e circulação de conteúdos simbólicos cada vez mais presentes na sociedade contemporânea que retrata os acontecimentos, os problemas sociais do cotidiano da população nos contextos nacional e mundial. De acordo com Gianfranco Marrone³⁰ “o telejornalismo é uma força social entre as outras e depende de como se situa entre elas a determinação de sua presença ou não como força social”.

As funções desse formato televisual na atualidade são reconhecidas, desde a possibilidade que tem de agendar o público telespectador sobre assuntos a serem discutidos; de dar visibilidade aos inúmeros problemas enfrentados pela maioria da população, além das assimetrias regionais; de apresentar as diferentes versões sobre os temas divulgados que podem levar o telespectador a construir o senso crítico a partir da diversidade de pontos de vista a que tem acesso, do telejornal e outros tipos de fontes disponíveis no seu contexto social até; a de proporcionar ao público-alvo a prestação de serviço.

Para Becker (2005:16), “pelo telejornal, a TV cria e procura dar visibilidade a uma experiência coletiva de nação. É um espaço importante de construção de sentidos do nacional como um ritual diário”. Com suas características dinâmicas e, ao mesmo tempo complexas, o telejornal informa, dissemina ideologias vigentes em cada época histórica, desperta a curiosidade sobre os acontecimentos do mundo, como também esclarece ao seu público, embora nem sempre, sobre os mecanismos de funcionamento da sociedade contemporânea.

Na visão de Silva (1985:34), “o telejornalismo, embora possa ter grandes audiências, é tido originalmente pelos empresários de televisão como um gênero de programa pouco atrativo em termos de público”. Essa tendência leva as emissoras a optar por construir um discurso jornalístico recheado de procedimentos argumentativos e com uma linguagem persuasiva capaz de atrair a atenção do telespectador. Nessa tentativa, às vezes, a prioridade passa pelas questões mercadológicas e se perde em qualidade do conteúdo apresentado.

³⁰ Nexos, Revista de Estudos de Comunicação e Educação. Universidade Anhembi Morumbi, 1998, Ano II - N 3: 157.

A pesquisa de Silva (1985:35) demonstra que essas tendências já se verificavam no fim da década de 60, nos primeiros anos do Jornal Nacional da Rede Globo, em que a preocupação com o conteúdo era mínima, se não nula. Na avaliação do autor, “o importante era manter o fluxo da audiência, demonstrar força com um programa que atingisse todo o Brasil ao mesmo tempo e extrair prestígio do noticiário, tanto da parte do público como das autoridades governamentais”.

Na atualidade, esse tipo de estratégias continua no bojo das intenções da maioria das emissoras de televisão espalhadas pelo mundo. Silva (1985:36) argumenta que na seleção de assuntos a serem noticiados, os profissionais do jornalismo levam em consideração alguns aspectos particulares do telejornalismo, como a possibilidade da notícia ser acompanhada de uma boa ilustração visual e, dependendo da situação conjuntural política, o conteúdo crítico de uma notícia pode provocar sua eliminação imediata. O autor refere ainda que “há uma forte tendência à preferência por assuntos pitorescos, triviais, úteis”. Os interesses dos anunciantes, a proximidade, o impacto emocional do assunto no telespectador e na sociedade, em geral, são outros critérios relevantes para a inclusão das notícias no noticiário do dia.

Quanto à estrutura e às características específicas desse formato televisual, Machado (2003) mostra que o telejornalismo trabalha com sucessão de “versões” do mesmo acontecimento e com a enunciação de cada porta-voz sobre os eventos. Dessa forma, as notícias contribuem para a criação de uma ordem social a partir da divulgação de conhecimentos que emergem das mais diversas fontes de informação, sobretudo daquelas que detêm certo poder sobre a sociedade, quer seja pela posição social, ou pelo poder político-econômico.

O telejornalismo envolve, também, fontes, “personagens” e todas as pessoas que atuam nesse formato. Isso é decorrente da própria estrutura do telejornal desde as equipes de reportagens compostas por profissionais de diversas áreas de comunicação e afins. Nesse sentido, Machado (2003:103) explica que,

tecnicamente falando, um telejornal é composto de uma mistura de distintas fontes e som: gravações em fita, filmes, material de arquivo, fotografia, gráficos, mapas, textos, além de locução, música e ruídos (...) o que importa é extrair as conseqüências necessárias dessa estrutura básica: o telejornal é, antes de mais nada, o lugar onde se dão atos de enunciação a respeito dos eventos. Sujeitos falantes diversos se sucedem, se revezam, se contrapõem uns aos outros, praticando atos de fala que se colocam nitidamente como seu discurso com relação aos fatos relatados.

Portanto, essa característica demonstra que no telejornalismo é inevitável a existência de lógicas interna e externa de organização de seus textos e discursos. O esforço das emissoras é tentar afinar constantemente essas duas lógicas para que a mensagem tenha sentido lógico para o telespectador e seja aceita por ele. Essa tentativa de fechamento (ou totalização discursiva) de um discurso para que tenha lógica e seja entendido pelo telespectador é denominada *ponto nodal*, sobre o qual discutiremos mais no próximo capítulo.

O “entendimento real de um discurso noticioso depende não apenas de sua estrutura manifesta, mas também das estratégias de interpretação e representação” (Silva, 1985:36). Pela forma como os textos são organizados, emergem no telejornal os discursos em sua pluralidade. Manifestam-se e/ou entrecruzam-se e, muitas vezes, entram em conflito com o discurso dos grupos hegemônicos que comandam a vida do país.

Essa relação pode ser compreendida também à luz das afirmações de Ana Cláudia Oliveira:

o como um dado telejornal se dá a ver é um modo de se posicionar no mundo, de assumir um sistema de valores para transformá-lo ou negá-lo. Os valores incorporam, pois o discurso antes das distinções entre temas ou gêneros. Dessa forma é antes de tudo, o fazer televisão-isto é, informação em televisão-que traz em si uma afirmação política. (1998:157 in *Revista Nexos* Ano II, nº3).

As asserções de Oliveira (1998) instigam-nos a aprofundar a percepção sobre os telejornais moçambicanos, sobretudo os que constituem o *corpus* desta pesquisa, Jornal Nacional da TVM e Jornal da Noite da STV, que veremos adiante.

Com base nas características do telejornal concebido como formato televisual que trata especificamente dos eventos cotidianos, os enunciadores buscam continuamente trabalhar com criatividade os recursos persuasivos e fiduciários para convencer seus enunciatários a entrar em conjunção com os objetos de valor que são as notícias. Isso é possível através do estabelecimento do contrato fiduciário ou contrato comunicativo.

O lugar em que o telejornal é inserido dentro do fluxo da programação diária de cada emissora é escolhido estrategicamente de forma a alcançar a audiência desejada, pois é natural em televisão haver um público flutuante porque as pessoas

têm tendência a mudar constantemente de canal em busca de programas que mais lhes interesse.

Nesta pesquisa, defendemos a idéia de que o telejornal é espaço midiático de manifestação e de entrecruzamento dos discursos provindos de diferentes esferas sociais porque a informação é construída a partir de determinados fins, intencionalidades, assim como qualquer outro discurso possui essas e outras características.

Os textos do telejornal são sincréticos, isto é, resultam da mistura de linguagens verbal, visual e sonora que possibilitam a construção de significações. Por isso, para a sua percepção é importante conhecer como esses textos comunicam. Nessa perspectiva, Becker (idem) apresenta uma proposta de “leitura” do telejornal que pode ajudar na apreensão crítica desse gênero televisual. A pesquisadora analisa cada um dos onze princípios de enunciação contidos na linguagem do telejornal: relaxação, ubiqüidade, imediatismo, neutralidade, objetividade, fragmentação, timing, comercialização, definição de identidades e de valores, dramatização e espetacularização.

Centraremos nossa atenção em alguns deles como: espetacularização, fragmentação e comercialização por considerarmos que o conhecimento sobre eles seja fundamental para a compreensão das particularidades do telejornal. Essa escolha não implica a supressão dos outros princípios, pois discutiremos sobre eles com mais detalhes no quarto capítulo, na análise dos aspectos que caracterizam as dinâmicas do telejornal.

Para fazer crer seus telespectadores, freqüentemente, as emissoras recorrem à estratégia de *espetacularização* das notícias apelando à adesão do público. É por causa desse exagero dos profissionais do telejornalismo que se pode questionar se os telejornais são programas de informação ou de entretenimento como qualquer outro, mas que apresenta características de programa informativo.

A espetacularização da notícia pode se manifestar na maneira como os repórteres apresentam a versão dos acontecimentos que, às vezes, chegam a encenar como atores de cinema ou de teatro e, através da voz e de gestos, tentam provocar tensão emocional no telespectador. Essa estratégia é mais freqüente nas transmissões *ao vivo*, em que o repórter relata sobre os acontecimentos no momento em que estiverem ocorrendo e nesses instantes não há edições prévias do conteúdo que é transmitido e do que é dito pelos intervenientes do discurso.

Sobre os tipos de transmissões e especificidades do telejornal, Machado (2003:125) esclarece que a transmissão *ao vivo* talvez seja, dentre todas as possibilidades de televisão, aquela que marca mais profundamente a experiência desse meio.

A televisão nasceu ao vivo, desenvolveu todo seu repertório básico de recursos expressivos num momento em que ainda operava ao vivo e esse continua sendo o seu traço distintivo mais importante dentro do universo audiovisual. De fato, a operação em tempo presente constitui a principal novidade introduzida pela televisão dentro do campo das imagens técnicas. Antes da televisão (e do rádio, seu antecessor), as únicas formas expressivas que operavam ao vivo eram as artes performáticas (teatro, balé, ópera, *show* ou concerto ao vivo), em que os artistas encenavam de corpo presente diante da platéia. A fotografia, o filme, o disco e todos os meios técnicos, pelo contrário, eram sempre *recordação* de alguma coisa, que tendo acontecido apenas no momento do registro, tornava-se *passado* no momento da exibição. A partir da televisão, o registro do espetáculo que se está ainda enunciando e a visualização/audição do resultado final podem se dar simultaneamente e é esse justamente o traço distintivo da *transmissão direta*³¹: a recepção, por parte de espectadores situados em lugares distantes, de eventos que estão acontecendo nesse mesmo instante (na verdade, não é exatamente o mesmo instante, pois há um ligeiro atraso entre captação, transmissão e recepção, devido ao percurso do sinal nos canais eletrônicos, mas essa diferença é mínima e pode ser ignorada em termos práticos).

Outro princípio enunciativo do telejornal é a *fragmentação*. De acordo com Becker (2005:78) é um dos princípios responsáveis pela articulação do discurso rápido da televisão. O fato é retirado do contexto em que ocorreu e é tratado como notícia isolada, o que pode dificultar a compreensão do telespectador. “Como as notícias são apresentadas como um mosaico, raramente oferecem a oportunidade de realizar interligações indispensáveis para a correta apreensão dos problemas sociais”.

Essa idéia de Becker é compartilhada por Marcondes Filho (1993:55) que afirma que além de fragmentar os fatos ocorridos para transformá-los em notícia, o telejornal altera ainda mais a realidade dos acontecimentos por meio de recursos técnicos e ideológicos, como o uso de expressões que nada dizem, como: “fontes

³¹ “É preciso considerar que a transmissão direta constitui verdadeiramente um gênero televisual, talvez o primeiro desse meio, pois, como se sabe, as primeiras emissões televisuais foram transmissões ao vivo de eventos extratelevisuais, como os Jogos Olímpicos de Berlim (1936), a coroação do rei Jorge VI da Inglaterra (1937), a convenção do Partido Republicano norte-americano na cidade de Filadélfia (1940) e assim por diante”. (Machado, 2003: 139).

bem informadas”, “porta-voz oficial” em vez de denominar a fonte; o uso verbal da voz passiva, por exemplo, “foi fechada, foi decidido, foi proibido” em vez de dizer que tal órgão tomou essas decisões. Ademais, Marcondes Filho aponta que o uso de um tom sério, austero, rígido, que dá caráter oficial às notícias, que na verdade, são de interesse apenas da emissora também faz parte desses recursos técnicos que são formas de padronização de pensamento e de redação que formam um estilo próprio do programa.

Dramatização ou *encenação* é outro princípio enunciativo do telejornal. Para Becker (idem) o telejornal é, sem dúvida, uma encenação do real, mas toda a situação de comunicação é ritualizada, marcada por um conjunto de regras transmitidas pelas heranças culturais e relacionadas às instituições sociais onde o processo comunicacional se materializa, num determinado momento histórico. Ou seja, a atividade jornalística se insere num contexto organizacional que leva em consideração as rotinas de produção, os valores/notícia³² e os valores profissionais.

Os telejornais são organizados em blocos, o que evidencia neles o princípio da *comercialização*, pois as notícias são intercaladas por comerciais em que “patrocinadores anunciantes aproveitam a credibilidade dos telejornais para reforçar uma imagem positiva das empresas” (Becker, 2005:80). Essa comercialização vai desde anunciantes às próprias emissoras de televisão que vendem ou divulgam, dentro do telejornal, outros programas, produtos e materiais produzidos nos diversos setores da emissora, ligados à indústria de comunicação.

Por isso, Marcondes Filho (1993:59), afirma que o telejornalismo é, “um gênero de televisão que transmite algo muito diferente do que a priori se propõe. Onde deveria haver informação, há encenação; onde deveria haver crítica, há bagatelização; onde deveria haver utilidade pública, há comércio”. E continua nas suas críticas:

mais decisivo do que todos esses procedimentos, porém, é a política das emissoras de TV, que pode modelar a realidade externa segundo seus interesses, fazendo de pequenos incidentes grandes fatos nacionais e menosprezando fatos importantes, se eles não interessarem a elas. Por isso, o trabalho do telejornal acaba sendo o

³² São critérios para selecionar, do material disponível para a redação, os elementos dignos de serem incluídos no produto final. Funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser enfatizado, o que deve ser omitido, onde dar prioridade na preparação das notícias a serem apresentadas ao público. Os valores/notícia são, portanto, regras práticas que compreendem um corpus de conhecimentos profissionais que, implícita e muitas vezes explicitamente, explicam e guiam os procedimentos de trabalho redacional.(Golding-Elliott apud Wolf, 2003:203).

de recolher as notícias na realidade e criar uma nova realidade com as notícias recolhidas. (...). Percebe-se que a função do telejornal não é a de noticiar nem divulgar fatos que interessem à sociedade, mas a de moldá-los, esticá-los ou comprimi-los, reproduzindo assim a vida política e social conforme os critérios ideológicos e particulares de jornalistas, proprietários ou patrocinadores.

Pela ausência de pesquisas sobre o telejornalismo moçambicano, este estudo se fundamenta na vasta literatura que trata sobre o assunto no Brasil, e algumas referências sobre o papel da televisão em Moçambique, além da experiência pessoal como jornalista e como simples telespectadora entre centenas de pessoas que diariamente assistem aos diversos programas de televisão no país.

É com essas referências que buscamos compreender o telejornalismo moçambicano, suas especificidades e desafios no contexto atual levando em consideração o telejornal como espaço de manifestação e articulação dos discursos num país caracterizado pela diversidade cultural e pela ampliação das trocas simbólicas entre as diversas etnias e regiões e entre elas e o mundo exterior (globalizado), no contexto da economia de mercado.

2.2. O telejornal como espaço midiático de manifestação dos discursos em Moçambique

As primeiras transmissões de telejornal aconteceram no contexto da guerra civil entre o governo e a oposição política em Moçambique, em meio a uma crise política no leste europeu, como conseqüências da guerra fria. Nessa época existia uma única emissora de televisão, a Televisão Experimental (TVE) - estatal, atual TVM, que funcionava nos moldes experimentais.

Esse programa informativo que era transmitido só para Maputo, capital do país, relatava principalmente assuntos relacionados à guerra civil, aos ataques armados dos guerrilheiros, mostrava imagens de destruição de infra-estruturas como pontes, escolas, hospitais, etc, e o sofrimento das populações das zonas rurais que se refugiavam para as grandes cidades e para os países vizinhos como Zâmbia, Malawi, Zimbabwe, África do Sul, Tanzânia, entre outros.

Além desse enfoque, o telejornal também dava atenção à propaganda partidária do governo ao dedicar maior espaço às figuras políticas governamentais mostrando suas realizações, transmitindo os comícios populares do presidente da república, além de acompanhar suas visitas pelo país.

Na opinião de Vasconcelos (*apud* Ribeiro, 1996:139) “boa parte das pessoas que “faziam” a televisão não tinha especialização e pertencia ao partido único”. Mais tarde com as mudanças ocorridas, principalmente na arena política nacional, impulsionado com o fim da guerra civil e a entrada em vigor da nova constituição da república, o telejornal assim como toda a imprensa em geral, passou a enfatizar o discurso de consolidação da paz e do processo democrático.

Massingue (2000:37) considera que era importante que “a imprensa trabalhasse para a consolidação da paz e contribuísse para a redução das tensões e promoção de consensos, através da investigação, da comprovação dos fatos, do respeito pela diversidade e pelos direitos e liberdades dos cidadãos”.

Com a expansão da rede elétrica e da distribuição do sinal de recepção da TVM, sobretudo pelas capitais provinciais, o Telejornal (como foi denominado por muitos anos) passou a ser assistido em todo país. Contudo, na década de 90, com a abertura de outras emissoras de TV, que também tinham seus programas informativos, ampliou-se o leque das fontes de informação e, com isso, aumentou a disputa pela audiência.

O projeto de expansão da rede da TVM possibilitou a abertura de delegações nas cidades da Beira e Nampula centro e norte do país, respectivamente e mais tarde nas demais capitais provinciais. Nisso, a TVM ampliou as temáticas abordadas no telejornal na tentativa de trazer assuntos sobre todo o país. Talvez tenha sido com esse ideal de construir um telejornal com a marca de nacional que a TVM mudou o nome de telejornal para Jornal Nacional.

As características básicas dos telejornais moçambicanos, apesar de não atingir a maioria da população, não fogem das dos telejornais de emissoras de outros países, que tenham mais tempo de transmissões e maior alcance de telespectadores. Diferentemente do Brasil, o telejornalismo moçambicano não é herdeiro do rádio. O estabelecimento da televisão e de seus programas foi independente do rádio. Em termos de estilo, tem traços característicos herdados do padrão norte-americano e europeu, embora a implantação da televisão em Moçambique se deva a Itália conforme mostramos no primeiro capítulo em que estudamos a evolução histórica da televisão no país.

Também é fato notável que na atualidade os telejornais moçambicanos têm se assemelhado muito aos do Brasil, principalmente, na forma de organização das notícias em blocos bem definidos e separados por comerciais. Essa característica é

mais patente nos telejornais de emissoras privadas que têm parcerias com algumas emissoras brasileiras que é o caso da TVMiramar com a Record e; da STV com a Rede Globo de Televisão.

Percebemos que os telejornais são fonte de informação do público urbano e suburbano e, isso faz com que sejam um espaço de manifestação e de articulação dos discursos dos diferentes segmentos sociais do país. Sem querer descartar os outros formatos e gêneros televisuais, por lidar com os acontecimentos diários, com as estruturas sociais e com assuntos que se inscrevem na esfera pública, os telejornais moçambicanos situam-se na área de confluência de interesses entre televisão, política e mercado que traduz uma relação promíscua entre essas instâncias. Eles mantêm uma relação de muita proximidade com o poder político e econômico que gera interferências recíprocas no funcionamento de cada uma das instâncias.

Ao estudarmos o Jornal Nacional e o Jornal da Noite levamos, também, em consideração o contexto mais amplo em que estão inseridos tanto nas próprias emissoras quanto no de concorrência com programas informativos de outras operadoras de televisão. Assim, além do Jornal Nacional, a TVM tem o *Jornal da Tarde*, diário que vai ao ar no horário do almoço e o programa *Ver Moçambique* transmitido ao longo da semana. Miguel (2003:81) analisa que

as reportagens do *Ver Moçambique* podem ser tomadas como algo de positivo, na medida em que a realidade econômico-sócio-política das províncias é trazida à tona, não somente sob o ponto de vista oficial, mas, sobretudo, a partir do olhar dos vários segmentos da sociedade.

Outro programa da TVM considerado importante pela forma como os assuntos são abordados é o *Espaço Público* que é transmitido aos domingos, com 60 minutos de duração, dentro dos quais são debatidos assuntos de interesse público. Outros informativos são: *África Magazine*, *Com a Imprensa*, *Canal do Repórter*, *Canal Zero*, *Justiça e Ordem*, *Quinta à Noite*, *Consultório Jurídico*, *Último Jornal* e *Jornal de Desporto*.

Além do Jornal da Noite, a STV possui o *Primeiro Jornal* e o *STV Sport Notícias*. O primeiro é transmitido diariamente no horário do almoço e apresenta notícias gerais sobre a atualidade, sobretudo, da capital do país. O segundo é dedicado à cobertura de esporte. Ainda fazem parte da lista de informativos o

Telediário, o Debate Aberto, o Pontos de Vista, a Opinião Pública, o Observatório, o Ponto Parágrafo. O País Econômico e a Especial Reportagem.

A RTP-África tem o *Repórter África* como principal jornal diário de 2ª a 6ª feira com 30 minutos de duração, e o *África 7 dias* que é transmitido aos sábados e domingos. Ambos apresentam a atualidade africana e da diáspora e o segundo faz uma revista sobre os acontecimentos da semana. Esses informativos contam com a contribuição das redações locais dos PALOP.

O canal da TV Miramar tem o *Miramar Notícias*, o *Jornal da Miramar* e o *Jornal da Record* (telejornal brasileiro) que é retransmitido na íntegra em Moçambique. Para Miguel (2003:82), “a Miramar, de acordo com o levantamento, não prima nem pela qualidade e nem pela quantidade: o Jornal da Record reproduzido integralmente pela emissora comporta muita informação sem importância imediata para os moçambicanos”. Em sua análise frisa que “a Miramar poderia aproveitar o tempo para trazer mais a riqueza de Moçambique através de outro tipo de programas informativos e de debates” sem com isso comprometer seus objetivos lucrativos.(idem).

O estudo do perfil dos telejornais que constituem o *corpus* desta pesquisa é importante para a compreensão da maneira como constroem os significados através da representação e apresentação de mundos.

2.3. O perfil do Jornal Nacional e Jornal da Noite

Com base nas características editoriais e do conteúdo de ambos os telejornais e das condições históricas, econômicas e sócio-político em que as respectivas emissoras -TVM e STV - se estabeleceram no país nota-se que apesar de serem diferentes em termos de linha editorial, ambos possuem uma tendência mais descritiva e menos opinativa não obstante, o Jornal da Noite apresentar-se com um pouco mais de ousadia em suas construções textuais e discursivas pelo fato de distanciar-se das amarras do controle exercido pelo poder político, não consegue se desvencilhar das amarras do poder econômico já que prima pela obtenção de lucros.

Constatamos que parte da sociedade moçambicana ainda não tem experiência em lidar com a televisão, mesmo assim, são perceptíveis alguns focos de frustração do público perante a falta de aprofundamento sobre os problemas nacionais, pelos telejornais, cujo debate interessaria ao telespectador. Essa deficiência é apontada, principalmente na emissora pública, por Celestino Vaz

Tomás, no relatório anual de 2005 do Instituto para a Comunicação Social da África Austral (MISA) referente ao estado da liberdade de imprensa em Moçambique.

Nos vinte e cinco anos de serviço público de televisão, o conceito da televisão pública praticada pela Televisão de Moçambique, TVM, distancia-se do verdadeiro sentido da palavra “televisão pública”, pois apesar de ser financiado pelo dinheiro dos contribuintes moçambicanos e, apesar dos esforços, ela ainda está longe de servir publicamente o povo moçambicano, dado que ainda possui os resquícios do controle governamental e ¼ de cobertura nacional e relegando a restante fracção populacional à infomarginalização. (Tomás, *in* MISA, 2005:50)

Ademais, o relatório do MISA refere que, “no atual cenário televisivo moçambicano, não se pode subestimar o novo modelo de jornalismo introduzido pelos canais privados da televisão” apesar de seu caráter comercial que prioriza mais os interesses de obtenção de lucros que os do seu público. Isso pode ser constatado a partir do número de programas informativos e de debate que na TVM se apresenta maior em relação ao da STV. A TVM possui onze programas informativos enquanto a STV conta com apenas cinco. Essa diferença é muito grande, e pode mostrar as preferências e as atenções de cada emissora, se essas priorizam o público-alvo ou o volume de entrada de capital.

O mesmo documento também destaca os avanços da tecnologia da televisão verificados mais nos canais privados do que no público, embora este último apresente vantagem de possuir a maior cobertura do sinal no território nacional.

Quando à duração, o noticiário de ambos os telejornais apresenta, em média, 45 minutos, distribuídos em três blocos de aproximadamente 15 minutos cada, separados por comerciais que somam um total de 15 minutos também distribuídos pelos três blocos de notícias. Em algumas edições o Jornal Nacional tem apresentado quatro blocos de notícias, alongando o tempo de sua duração.

Os procedimentos discursivos e narrativos são idênticos nos dois telejornais. Na abertura, que é feita com uma vinheta e logotipo, os noticiários começam com a escalada, um pequeno resumo das principais notícias do dia. Com essa estratégia, os enunciadores buscam “capturar” a atenção do telespectador para que espere ansiosamente pelo desenvolvimento dos assuntos.

Nas notícias, assim como em todos os outros textos, estão presentes as marcas do discurso que revelam as escolhas dos enunciadores e conseqüentemente mostram a identidade da emissora.

Uma estratégia interessante na transmissão de cada matéria é a autoria jornalística. Em cada notícia que vai ao “ar”, tanto o Jornal Nacional como o Jornal da Noite identificam o nome do jornalista, do operador de câmera e também do editor. Isso pode facilitar a identificação do profissional em caso de reclamações de possíveis lesados com a notícia veiculada. Outras vezes o apresentador, no momento da transmissão da notícia, identifica seu autor com apenas uma frase como “a reportagem é do nosso colega (fulano de tal)”.

Em ambos os telejornais há uma separação explícita entre as notícias e a publicidade. Essa separação é feita através de uma vinheta publicitária acoplada ao logotipo da emissora que entra na tela, no início e no fim do tempo da propaganda. Essa estratégia ajuda os telespectadores a saberem identificar as informações da publicidade, uma vez que a maioria da população não conhece os meandros da dinâmica da transmissão televisiva.

As narrativas jornalísticas, que são maneiras de organizar e explicar os acontecimentos, são muito parecidas nos dois telejornais. Em geral, as matérias abrem com um assunto factual e depois é que se mostra o personagem “envolvido” ou o entrevistado. Raramente as matérias iniciam com histórias dos personagens como acontece, por exemplo, no telejornalismo brasileiro.

Outra semelhança entre o Jornal Nacional e o Jornal da Noite é o fato de que em ambos os principais personagens eleitos nas notícias são os membros do governo. Em pequenas proporções aparecem personagens da sociedade civil.

As características pró-governistas do Jornal Nacional são visíveis pela forma como são divulgadas as realizações do governo numa linguagem muito burocrática como mostra esse trecho do *script* do telejornal do dia 16 de abril de 2006 que também nos serve de exemplo das notas oficiais que são apresentadas com prioridade no telejornal:

LOCV: o Presidente da República Armando Guebuza realizará de 17 a 20 deste mês uma visita de trabalhos à província de Niassa no contexto da Presidência Aberta. O chefe do Estado vai escalar Lichinga, Matarica, Majune e Lago. Um comunicado da Presidência da República refere que o estadista moçambicano possui agendados encontros com o governo provincial e distritais dos locais a visitar. Armando Guebuza irá manter diálogo com a população de todos os lugares que vai escalar. Está agendada também uma série de visitas a locais de interesse político, social e econômico. Durante a deslocação a Niassa, o alto magistrado da nação far-se-á acompanhar do Ministro do Interior, José Pacheco, do Ministro de Administração Estatal, Lucas Chomera e da Agricultura, Tomás

Mandate. A comitiva integrará ainda o Ministro dos Antigos Combatentes, Feliciano Gundana, Ministro de Agricultura, Salvador Namburrete e o Vice-Ministro do trabalho, Soares Nhaca.

Pode estar na origem dessa “submissão” do Jornal Nacional em reproduzir na íntegra os comunicados do governo as regras estabelecidas pela Lei de Imprensa nº 18/91 que no artigo 13 que trata das notas oficiosas³³, determina como os órgãos públicos de comunicação social devem atuar em relação a elas:

1. Os órgãos de informação diários devem publicar na íntegra e com devido relevo as notas oficiosas do Governo, quando para o efeito expressamente remetidas através do Gabinete de Informação.
2. A radiodifusão e televisão nacionais farão a divulgação imediata das notas oficiosas sem prejuízo do embargo.
3. A publicação ou divulgação das notas oficiosas é gratuita, devendo ser citada a fonte governamental.
4. A radiodifusão e televisão nacionais devem divulgar gratuita e integralmente, com devido relevo e com máxima urgência, as mensagens do Presidente da República, sem prejuízo do embargo.

Essa tendência clara de atrelamento da televisão pública ao poder político é criticada por Tomás pela falta de uma postura mais crítica dos meios de comunicação social no país e do controle por parte dos detentores de algum poder sobre a mídia, “quer através da rádio quer com a televisão ou meios impressos ou eletrônicos”. Na sua percepção,

o resultado do controle, como vemos no caso moçambicano, tratando de sociedade complexa e constituída duma pluralidade cultural, que, na sua maioria, não está espelhada no cenário mediático, um amplo conjunto de vozes moçambicanas não consegue transpor os empecilhos mediáticos e, obviamente acabam sendo excluídas dessa esfera pública, claramente por não estarem em conformidade com o código pré-estabelecido pelos meios de massa. (*in* MISA, 2005:50)

O Jornal da Noite trata desses mesmos aspectos de uma forma um pouco mais ousada no sentido de que aproveita trazer à tona contradições na fala ou nas

³³ Refere-se às notas dos membros do governo moçambicano, sobretudo do presidente da república que são enviadas aos meios de comunicação social do país.

declarações das diferentes instâncias do governo perante os mesmos assuntos. Mas para evitar um embate direto com esse poder público, algumas vezes, o Jornal da Noite coloca no “ar” a opinião dos telespectadores, em forma de perguntas aos governantes sobre um determinado assunto de interesse público. Esse quadro é parecido com o que no Brasil se chama “o Povo Fala”.

Um exemplo disso é esta reportagem que foi ao ar na edição do dia 10 de abril de 2006, em que o repórter saiu à rua entrevistando cidadãos sobre o tema da segurança pública, fazendo perguntas ao Ministro do Interior, o qual teve espaço para dar explicações à população.

Escalada-LOCV - foi lançada hoje em Maputo a campanha Vale Educação para Todos em África até 2015. Boa noite! Está a começar o telejornal, o desenvolvimento desta notícia daqui a pouco. Para já a segurança pública está garantida em Moçambique. Quem o diz é Ministro do Interior, José Pacheco. Alguns cidadãos, no entanto, consideram que não é bem assim.

Repórter - quem é que tem questões a colocar ao Ministro do Interior? Vamos escutá-las.

Sonora (com 1º entrevistado) - gostaria de saber do ministro se ele próprio está satisfeito com o desempenho das forças policiais.

Sonora (com o Ministro do Interior) - de fato, um dos elementos de avaliação é a redução do índice de criminalidade no ano passado em 8%, não obstante ainda existirem crimes violentos.

Sonora (com 2º entrevistado) - por que é que a polícia é amiga do larápio?

Sonora (com o Ministro do Interior) - a polícia não é amiga do larápio. Sob ponto de vista institucional, nenhum polícia está autorizado a ser amigo do larápio. Existem, contudo, e nós reconhecemos, alguns agentes da polícia, em minoria, que estão relacionados com o crime.

Sonora (com 3º entrevistado) - por que é que a polícia cobra dinheiro as pessoas que não têm documentos?

Sonora (com o Ministro do Interior) - é preciso que esses cidadãos denunciem. Quando denunciam é sempre possível saber qual a brigada que opera em tal lugar.

Depois dessa entrada dos entrevistados, como nota pé, *em off*, o repórter explica em que contexto o referido Ministro deu essas explicações aos cidadãos: “o Ministro José Pacheco falava hoje, na abertura, em Maputo, do 16º Conselho Coordenador da polícia moçambicana, no qual participam as mais altas patentes da

polícia moçambicana. O mesmo tem o seu término previsto para o próximo dia doze”.

A TVM também recorre a esse tipo de procedimentos discursivos, mas em outros programas como *Espaço Público*³⁴ e *Com a Imprensa*, dedicados especificamente à discussão de temas relevantes que contribuem para o diálogo entre as diversas esferas políticas e sociais do país. Percebemos que esse tipo de abordagem de assuntos só é possível em determinados programas como esses e não no Jornal Nacional. Isso se deve, talvez, pelo fato daqueles programas serem transmitidos ao vivo e os profissionais não sofrem as mesmas pressões do ambiente de redação e ainda, a responsabilidade pelo conteúdo recai diretamente sobre os personagens entrevistados e não sobre os jornalistas.

Esse tipo de abordagem sobre assuntos polêmicos ou “casos quentes”, como são comumente designados, além de sugerir a reflexão pública também resgata a cidadania por possibilitar o debate, o diálogo, embora a partir de lugares de fala bem distantes. Nas sociedades contemporâneas fala-se de cidadania no sentido de inserção e de participação do indivíduo, da comunidade, dos diversos grupos étnicos, lingüísticos e multiculturais na definição dos destinos da vida da sociedade e pensando também nos deveres e responsabilidades que esses grupos possuem perante a mesma.

É nessa perspectiva que Geaquinto (2002) defende que a cidadania emana da sua prática, do compromisso do indivíduo ao atuar, ao assumir o papel de agente da transformação histórica e ocupar o seu espaço de forma objetiva dentro do universo político, econômico, cultural e social. É nesse sentido que ao estudar os telejornais moçambicanos também questionamos sobre o papel da televisão e de seus programas numa sociedade caracterizada pela diversidade étnico-lingüística e cultural.

Embora os dados sejam exíguos, pela falta de equipamentos de avaliação de audiência da televisão no país, o documento do MISA aponta como exemplo que “relativamente à TVM, não restam dúvidas de que ela sofreu, em 2005, uma

³⁴ No programa *Espaço Público*, “um tema de interesse público é escolhido pela produção. Geralmente tratam-se de assuntos relacionados com problemas municipais. Em seguida essa equipe desloca-se para locais onde as pessoas são abordadas para opinar sobre a questão. As instituições responsáveis pela solução das questões em causa também dão a sua versão. O público tem mostrado nesse programa uma maturidade democrática desconhecida pelo poder executivo, acostumado a procurar soluções independentemente da comunidade, que é lembrada nos períodos eleitorais. (Miguel,2003:81).

acentuada baixa de níveis de audiência e um decréscimo quase generalizado dos seus conteúdos informativos”. Esse fato dá-se, a nosso ver, pela ampliação do acesso à diversidade de fontes de informação e o relativo aumento de opções de programas de televisão a que o telespectador tem cada vez mais acesso.

Além disso, com a entrada dos serviços de Internet no país, as pessoas, principalmente as que moram nas cidades, começaram a criar páginas, *blogs* de discussão sobre os assuntos apresentados pela mídia em geral, e, sobretudo pela televisão. Alguns dos veículos: rádios, jornais impressos e emissoras de televisão criaram seus sites com espaços reservados à discussão diária sobre qualquer assunto. Esse fórum possibilita ao internauta que também é telespectador desenvolver o senso crítico sobre como a mídia constrói seus discursos. Dados não oficiais mostram que em Moçambique, dos cerca de vinte milhões de habitantes, apenas seis milhões têm acesso à televisão.³⁵

Pela extensão de sua cobertura no território nacional, numericamente, a TVM possui maior audiência em relação a todas as outras emissoras que operam no país. Mas, percebendo o risco de perder o público telespectador para as concorrentes, começou a buscar novas formas de abordar as notícias. Por exemplo, a criação do programa *Com a Imprensa*, cuja primeira edição coincide com a nossa pesquisa. Esse programa é transmitido uma vez por semana, dentro do telejornal.

No tocante às organizações textuais dos telejornais, às vezes, a relação palavra-imagem é prejudicada. Percebemos um recurso constante à imagem fixa para um texto longo. Ou seja, há falta de imagem para o texto lido em *off*. Algumas vezes há cortes bruscos de edição que são resultado da fraca preparação dos profissionais (jornalistas, *cameramen*, editores infográficos) e até mesmo de falta de equipamentos de qualidade.

Quanto às notícias internacionais, as duas emissoras recebem materiais de agências, como a BBC Londres, da RTP em Portugal, da SABC da África do Sul entre outras e são retransmitidas, às vezes, sem uma reedição prévia. Os editores locais simplesmente se limitam a traduzir e a ler em *off* as notícias.

³⁵ Esses dados referem-se a um artigo da *Golo Publicidade*, uma das mais renomadas empresas moçambicanas do ramo da publicidade, com sede em Maputo. O artigo publicado no Jornal Expresso de Portugal, na versão impressa de sexta-feira 16/02/2007 e publicado nas páginas da Internet do mesmo jornal, aponta o sucesso da publicidade na televisão e faz referência ao número de habitantes que têm acesso à televisão no país. O artigo está disponível em <http://semanal.expresso.clix.pt/2caderno>, acessado em 16/06/2007 às 19 horas.

A STV tem parcerias com a Rede Globo desde 2004, o que lhe possibilita a transmissão de novelas, e de outros programas como os que neste momento estão no ar o Sítio do Pica Pau Amarelo, a minissérie JK. Tem feito co-produções com o Canal Futura, nos programas: Umas Palavras, Um Pé de Quê, Saber Mais, Sexualidade e Viagem Para³⁶.

Com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação, as informações circulam com muita rapidez e, como já foi comprovado por diversas pesquisas, na atualidade, a tendência é de as pessoas passarem maior parte do tempo em contato com os meios de comunicação. Esses se tornaram intermediários técnicos entre o indivíduo e o mundo, colocando ao alcance das pessoas, acontecimentos, experiências e idéias sem os quais não se poderia ter acesso direto.

Apesar desse salto em termos de tecnologias de comunicação, grande parte da população rural ainda continua excluída desses novos ambientes de sociabilidade. Ademais, os órgãos públicos de comunicação não dispõem de condições financeiras suficientes para ampliação das produções locais que possibilitem a divulgação de conteúdos educativos e culturais do país.

2.4 Os principais anunciantes no Jornal Nacional e Jornal da Noite

A publicidade é uma das grandes alavancas da indústria dos meios de comunicação de massa que através de sua linguagem persuasiva pode influenciar nos gostos e nas preferências do público sobre programas e produtos que são anunciados nos diferentes meios de comunicação, especialmente na televisão.

Em Moçambique ainda não se têm registros sobre o impacto da publicidade na história dos meios de comunicação de massa, sobretudo no rádio e na televisão, mas não restam dúvidas de que ela tenha sido introduzida pela imprensa escrita no período colonial. Fonseca (*apud* Ribeiro, 1996:200) refere que “nos anos 44, a publicidade na imprensa em Moçambique limitava-se a mensagens comerciais em que o arranjo gráfico era simples, de caráter informativo, com exceção daqueles

³⁶ O que a princípio seria apenas um contrato de licenciamento para exibição de programas do Futura, intensificou-se no ano seguinte, com a primeira co-produção entre as duas TVs: quatro episódios do *Globo Ecologia* foram gravados em Moçambique. Ainda em 2005, os laços se estreitaram com a assinatura de um acordo de cooperação técnica prevendo, além de produções conjuntas, a capacitação de profissionais. Em meados de 2006, Futura e Soico TV produziram três episódios da série *Um Pé de Quê?*, com Regina Case, sobre árvores africanas, e o contrato de licenciamento foi renovado até 2011. Em fevereiro de 2007, a terceira co-produção: foram gravados três episódios da série *Umas Palavras* com escritores daquele país. As entrevistas serão exibidas em junho. Esta parceria faz parte da estratégia do Futura de levar o seu conhecimento a países africanos

dedicados ao cinema, que já eram visualizados com uma intenção motivadora”. O autor refere ainda que nessa época “existia uma empresa com o nome de Agência Colonial de Publicidade que além de trabalhar para a imprensa, detinha o monopólio da publicidade do então Rádio Clube de Moçambique”.

Foi nesse contexto da colonização que, de acordo com Fonseca (idem), foram criadas as primeiras agências produtoras de programas e *spots* de rádio: a *Somar* em 1954 e as *Produções Golo*³⁷. Com a evolução da área da comunicação, a publicidade em Moçambique também tem passado por mudanças significativas. Com a televisão, a publicidade ganhou mais espaço e visibilidade na sociedade moçambicana como resultado da ampliação do mercado da própria publicidade em suas produções que está ganhando novos recursos com as novas tecnologias de comunicação que tem possibilitado a melhoria de qualidade das peças publicitárias.

A ampliação do setor da publicidade levou à criação da Associação Moçambicana de Empresas de Marketing, Publicidade e Relações Públicas (AMEP), que tem a responsabilidade de estabelecer normas referentes às áreas da publicidade, de marketing e relações públicas no país. Atualmente a AMEP conta com vinte e uma empresas afiliadas.³⁸

Além dessas funções, a AMEP tem organizado debates sobre assuntos referentes ao mercado nacional e internacional da publicidade e tem promovido festivais internacionais de publicidade e outros eventos afins.

Como já destacamos neste trabalho, a fragmentação é uma das características do telejornal, ou seja, a transmissão do telejornal é feita em blocos de notícias intercalados por comerciais de acordo com os critérios de cada emissora e das exigências das próprias empresas anunciantes. Portanto, os comerciais fazem parte da programação da televisão e além do objetivo mercadológico em si, possuem outras funções como explica Arlindo Machado (1997:199):

o break-“intervalo comercial”- não é apenas uma formatação de natureza econômica, imposta pelas necessidades de financiamento na televisão comercial; ela tem função organizativa mais precisa, que

e latino-americanos e trazer aos telespectadores brasileiros um olhar fidedigno da realidade destas regiões. (disponível em www.futura.org.br/data/pages. Acesso em 06/09/2007).

³⁷ Inicialmente dedicava-se mais a relatos desportivos, que vem a incorporar o primeiro programa comercial do RCM-o DOMINGO ALEGRE que existia desde 1949. A primeira realização da Golo, em 1958, foi o relato em direto para Moçambique do Torneio de Montreux de Hóquei em Patins. Dois anos mais tarde, em 1959 surgem novas agências de publicidade e novas produtoras de rádio entre elas, a *Inter*, *Elmo*, *Produções LM*, *1001*, *Delta*, *Eureka Publicidade*, *Tamtam*, *Neves Publicidade*, *Mark* e outras. (Fonseca apud Ribeiro, 1996:201).

³⁸ Dados disponíveis em www.amep.org.mz acesso 27/09/2007.

é garantir, de um lado, um momento de ‘respiração’ para absorver a dispersão (ninguém suportaria, por exemplo, duas horas de debate na televisão sem intervalos), e, de outro, explorar ‘ganchos’ de tensão que possam despertar o interesse da audiência, conforme o modelo do corte com suspense explorado na técnica do folhetim”.

Sem querermos entrar em detalhes sobre a publicidade enquanto gênero específico da televisão, nossa proposta aqui é analisar de forma breve sobre sua inserção no Jornal Nacional e Jornal da Noite. De uma maneira geral, a publicidade moçambicana é marcada por uma linguagem clara, muito direta e às vezes as idéias são óbvias demais a ponto de o telespectador não precisar desenvolver sua imaginação para compreender o recado presente em um determinado comercial.

É normal que cada país e cada emissora desenvolvam uma linguagem própria que depende também da cultura do lugar, do contexto histórico e social e do tipo de recursos técnicos, financeiros e profissionais para a produção das peças publicitárias de boa qualidade em todos os sentidos tanto estéticos quanto discursivos. Dessa forma percebemos que a televisão moçambicana, sem distinção de modelos de funcionamento, tem desenvolvido um discurso que orienta o telespectador ao consumo imediato dos produtos e dos valores apresentados pelos anunciantes.

Geralmente, trata-se de comerciais que apelam para o visual, anunciam os produtos de uma forma breve com frases curtas e imperativas. Da função meramente de venda de produtos que caracterizava a publicidade moçambicana, nos primeiros anos do funcionamento da televisão, passou nos últimos anos a se investir em outro foco, o da apresentação de “modelos” de comportamento como padrões estéticos aceitáveis.

É possível compreender essas estratégias à luz da afirmação de Marcondes Filho (1993:77): “a publicidade dita regras de reconhecimento e valorização social. Naturalmente, não é só ela que faz isso: o cinema, a telenovela, a revista de moda, o vídeo-clip, os cadernos de jornais (femininos, principalmente) também”. Na visão do autor, a diferença é que a publicidade não disfarça a apresentação de normas. Não é indireta nem discreta. Ela é quem determina os tipos estéticos a serem seguidos.

Essas características podem nos ajudar a compreender as peças publicitárias das duas operadoras de telefonia móvel que são as principais empresas que anunciam tanto no Jornal Nacional quanto no Jornal da Noite. Trata-se da

Moçambique Celular (Mcel) e da *Vodacom*. Em seus discursos está patente a preocupação em angariar maior número de clientes. Para isso, a tendência é enaltecer as vantagens do produto e com freqüência o uso de uma fala que indiretamente aponta as fraquezas da outra operadora, e vice-versa.

Para a construção da publicidade ambas exploram muito os ritmos da música e da dança moçambicana como som de fundo e simulam as situações do dia a dia dos telespectadores mostrando a necessidade de usarem o celular e suas vantagens no contexto da sociabilidade. Os exemplos a seguir demonstram essas tendências de construção discursiva. Nesta peça publicitária da Mcel, dois amigos conversam descontraídos enquanto tomam uma cerveja:

1. Jô!
2. Yes
1. Vamos lá falar! Jô, o que isso?
2. Este é minha novo celular. Bonita este eh?
1. Onde é que arranjaste esse Jô?
2. Então, você não quiser, bazza, bazza, bazza, bazza, eu bazzei.
1. Bazzou?
2. Yeah
1. Finalmente, até que em fim!
2. É verdade eu bazzei pra bazzar
1. Pra bazzar?
2. Yeah
1. Jô
2. Yeah
- 1 e 2: vamos lá falar!

Ao término desse diálogo são apresentadas na tela, com um tom imperativo, as diversas opções de modelos de celular e dos planos de assinatura:

Assina um contrato Executivo 400 e ganha um desses celulares:
Nokia 9300 ou Nokia 6680 mais dois motorolas ou Nokia 6630 mais um samsung. Vai já a uma loja Mcel e assina o Executivo 400.
Mcel, orgulhosamente moçambicana!

O texto final termina reforçando o fato da operadora ser moçambicana. Isso é apresentado como valor agregado que pretende desfavorecer a concorrente, uma vez que a Vodacom, tem ações majoritariamente estrangeiras. Esta, por sua vez, valoriza, em suas peças publicitárias o seu caráter mais abrangente, na região da África Austral. Para isso, em seus textos é patente este slogan: "Vodacom. Um país, um só Moçambique! Aproximando pessoas!".

A linguagem usada por ambas operadoras é simples, o que facilita no entendimento da mensagem e visa atingir todos os públicos, levando em consideração que grande parte desse público se comunica mais nas línguas locais do que em português.

Em geral, nas peças publicitárias de ambas as operadoras encontramos bem clara a função informativa, que busca tornar o produto conhecido, e as diversas opções de modelos disponíveis nas lojas. Com isso as empresas trazem à carga o desejo de consumo e conseqüentemente se cria no telespectador a necessidade de possuir esse produto. Ao mesmo tempo as operadoras desenvolvem uma imagem positiva de seus produtos e serviços que pode influenciar o consumidor a mudar de marca de celular.

Até ao momento presente (2007) apenas essas duas empresas de telefonia móvel operam no país e a concorrência entre elas é acirrada. Mas, pelo maior alcance territorial e conseqüentemente do maior número de telespectadores que a emissora pública possui, é normal que os anunciantes tenham preferência pela TVM. Miguel (2003:58) analisa que “os anunciantes do empresariado nacional e das grandes corporações internacionais instaladas em Moçambique têm predileção pela TVM porque sabem da superioridade de audiência, motivo pelo qual preferem investir nesta”.

Outras grandes empresas que anunciam em ambos os telejornais são: Home Center, especializada em venda de mobílias. A publicidade desta loja é feita em ronga (língua local de Maputo) e possui legenda em português. A Coca-Cola, Loterias Moçambique dá Sorte, as Linhas Aéreas de Moçambique, o Instituto de Línguas, Ferbar Alimentos, Thinyiko Resort, Tiger Center, loja especializada na venda de eletrônicos e eletrodomésticos importados, são outras maiores empresas que anunciam com muita regularidade em ambos os telejornais.

Existe também a propaganda institucional e educativa de alguns setores da sociedade moçambicana como do Instituto de Segurança Social (INSS); do Ministério da Saúde (MISAU) que mostra ao público como purificar a água em domicílio, antes de beber; do Instituto Nacional de Viação (INAV) que adverte o motorista e as crianças a tomarem os devidos cuidados ao transitarem pelas ruas, principalmente nas proximidades das escolas como mostra esse texto:

Todos os anos, centenas de crianças desaparecem nas nossas estradas, vítimas de atropelamento.

Crianças! Olhem para a direita e para a esquerda antes de atravessarem a estrada. Caro condutor! Respeite as crianças na estrada! Proteja o seu futuro! Proteja o futuro de Moçambique!
Um conselho do Instituto Nacional de Viação.

Uma outra propaganda institucional é da Presidência da República intitulada “Iniciativa Presidencial de Combate ao HIV/SIDA”. Nesse informe são mostrados, brevemente, alguns dos encontros do presidente com diversos setores da sociedade nos quais houve debate sobre a prevenção e o tratamento da doença e a necessidade de mudança de atitude que se deve ter perante essa pandemia cuja taxa de prevalência nacional é de 16,2 %, de acordo dados do Ministério da Saúde. Esse informe que tem como lema “a mudança começa conosco” é apresentado nos intervalos do Jornal Nacional e dura dois minutos e meio.

A linguagem da publicidade moçambicana é marcada pelo hibridismo lingüístico muito influenciado pela diversidade lingüística da população. Há mistura das línguas locais com a portuguesa como se pode ver nessa expressão “bazza-bazza”, presente no texto publicitário da Mcel e da Vodacom que, em ronga significa “ir embora, sair apressado”. Usa-se também muito estrangeirismo proveniente da língua inglesa falada em todos os países vizinhos: África do Sul, Zâmbia, Zimbabwe, Suazilândia, Lesotho, e Tanzânia. Percebe-se isso, por exemplo, no texto da Vodacom: “Yes”; “jobar”.

A Mcel e a Vodacom têm o desafio de atender ao mercado nacional em expansão. As metas iniciais de cada uma era atingir a um milhão de clientes. A Mcel que opera no país desde novembro de 1997 já alcançou esse número. Até ao momento não temos informações do número de clientes que a Vodacom já atingiu no país.

Embora não tenhamos dados suficientes para auferir com segurança sobre a constituição dessas operadoras, por não serem disponibilizadas ao público, a Mcel tem como acionistas as empresas estatais: Telecomunicações de Moçambique (TDM) especializada em telefonia fixa e em serviços de Internet e o Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE)³⁹.

Segundo dados disponíveis no site da operadora, o Grupo Vodacom é uma companhia pan-africana de comunicações móveis e atualmente conta com mais de

³⁹ Dados obtidos no site www.mcel.co.mz acessado em 22/09/2007.

30.2 milhões de clientes na África do Sul, Moçambique, Tanzânia, Lesotho e República do Congo. A Vodacom que opera em Moçambique desde dezembro de 2003 tem como acionistas as empresas sul-africanas Telkom SA Ltd, e o Grupo Vodafone e cada uma participa com 50% de ações. Possui parceiros locais como a Emotel, Intelec Holdings Lda e figuras públicas moçambicanas⁴⁰.

Além da publicidade de terceiros, nos intervalos dos telejornais também são anunciados outros programas das próprias emissoras para despertar o interesse do telespectador. Nesse sentido é freqüente o anúncio sobre programas de debate, de transmissão de filmes e de *talk shows*. Não temos informações sobre as tarifas cobradas por cada comercial nos diferentes horários da programação de cada emissora.

No terceiro capítulo, dedicamos especial atenção à reflexão sobre o conceito de discurso e suas relações com os de ideologia e hegemonia, com base na abordagem teórica dos autores em que esta pesquisa está ancorada para compreendermos a atualidade desses conceitos na televisão moçambicana, em geral, e especificamente no Jornal Nacional e Jornal da Noite.

⁴⁰ Informações disponíveis no site www.vm.co.mz acessado em 22/09/2007.

Capítulo 3- Articulação discursiva no Jornal Nacional e Jornal da Noite

3.1 Discurso

O conceito de discurso é de alta complexidade teórica e social. Nessa pesquisa focaremos o conceito, em um primeiro momento, tomando como bases teóricas as abordagens de Norman Fairclough (2001) e de Ernesto Laclau & Chantal Mouffe (1985). Em um segundo momento, estabeleceremos conexão entre a conceituação teórica de discurso desses autores com o contexto histórico, político e social moçambicano, no intuito de compreender como são estabelecidas as articulações discursivas nos telejornais supracitados.

É importante destacarmos que o foco da abordagem de Laclau e Mouffe está ancorado na política, na teoria social e na filosofia, enquanto os estudos de Fairclough centraram-se na lingüística, na política e na sociedade. Constatamos que a conceituação de discurso desses autores tem alguns aspectos em comum que nos podem ajudar na compreensão dos fenômenos comunicacionais da sociedade contemporânea e, sobretudo, na leitura do contexto moçambicano e das dinâmicas do funcionamento do telejornalismo.

Fairclough (2001:90) usa o termo *discurso* para se referir “ao uso de linguagens, como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais”. Na visão do autor, essa concepção de discurso pode trazer várias implicações. A primeira é o fato de “ser o discurso um modo de ação, uma forma pela qual as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação”. Nesse sentido, a compreensão do telejornalismo como espaço de construção de significações tanto pelos profissionais quanto pelo público telespectador é fundamental. A segunda implicação se liga a “uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social”.

Ao considerarmos o telejornalismo como “uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo” isso tem conseqüências na relação entre essa atividade e seu público-alvo; afinal, o telejornalismo é uma atividade institucionalizada, e nesse contexto,

o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis: pela classe e por outras relações

sociais em um nível societário, pelas relações específicas em instituições particulares, como o do direito ou a educação, por sistemas de classificação, por várias normas e convenções, tanto de natureza discursiva como não-discursiva, e assim por diante” . (Fairclough, 2001:91).

Essas são condições iniciais de possíveis ações por parte dos indivíduos porque oferecem um quadro de referências sobre o mundo: “o conhecimento que temos acerca de algum aspecto de nosso ambiente fornece a base para o como a gente age em relação a ele”.(DeFleur e Ball-Rokeach, 1993:254).

É preciso ter claro que pela informação apresentada diariamente ao público pelo telejornal não é suficiente para se ter uma visão do mundo, porque este não é constituído apenas por fatos ou notícias que chegam até nós. É um processo que implica crítica e prevê a condição de o indivíduo reelaborar o que recebe como um “dado”, possibilitando que não seja mero reproduzidor de conteúdos midiáticos.

Para Vattimo (1992:11), os meios de comunicação de massa detonaram na pós-modernidade a visão hegemônica da cultura de elite pela “multiplicação vertiginosa da comunicação, este “tomar a palavra” por parte de um número crescente de subculturas”.

De qualquer forma cabem aqui algumas críticas a Vattimo porque, primeiro, no sentido antropológico, todas as culturas se encontram no mesmo patamar, portanto, não existe cultura e subcultura como Vattimo sugere nesse trecho. Segundo, não se pode generalizar essa detonação da visão hegemônica da cultura de elite pela multiplicação dos meios de comunicação de massa, principalmente quando se trata do contexto africano, em geral, em que as democracias ainda não estão consolidadas e nessa conjuntura muitos veículos de comunicação de massa permanecem sob o domínio dos Estados e, por conseguinte, sob o comando dos partidos no poder.

Nessas sociedades, a atividade jornalística produz geralmente notícias que buscam disseminar a posição de quem ocupa cargos de comando do país, e o principal objetivo desse discurso é excluir as vozes dissonantes. Orlandi (1992) considera que esse tipo de discurso permite a institucionalização social de certos sentidos, remetendo ao que todo mundo sabe e, às vezes, ao silenciamento de outros sentidos.

De uma forma geral, essa política do silêncio é visível nos telejornais moçambicanos tanto da rede pública quanto privada. As críticas de Rodrigues (2001:168) são contundentes quanto as influências do poder político na mídia.

São inegáveis as vantagens que o poder político tem retirado da sua modalidade disciplinar e policial: tem feito interiorizar a sua ordem sem recorrer, como nas sociedades pré-modernas, à punição dolorosa dos corpos, acabando assim por economizar o espetáculo da repressão externa e da violência física, convertendo os indivíduos em objetos de informação, travando a veleidade de se tornarem sujeitos autônomos de partilha da palavra.

Para o autor, o objetivo que o poder acalenta em relação ao campo dos *media* é discipliná-lo, convertê-lo e mantê-lo como regime policial das opiniões livres, não sujeitas à repressão física, como caixa de ressonância amplificadora da sua voz, como dispositivo de inscrição capilar da sua ordem, domesticando-o através da prática de uma escrita registradora conforme ao senso comum, às idéias feitas, às idéias populistas, numa palavra, a tudo quanto lisonjeia e mobiliza a vertente pulsional de que o poder moderno se alimenta.

Os fatos revelados nessa crítica têm a ver com uma das hipóteses principais dessa pesquisa. Sustentamos a hipótese de que para garantir a audiência, o Jornal Nacional privilegia o aspecto de representação do governo como instância maior de poder, enquanto o Jornal da Noite apela ao sensacionalismo. Para compreendermos melhor esse aspecto, recorreremos a Fairclough (2001:99), que chama nossa atenção para a existência de uma relação dialética entre discurso e estrutura social que precisa ser considerada para “evitar os erros de ênfase indevida: de um lado, na determinação social do discurso e, de outro, na construção do social no discurso”.

O autor explica que no primeiro caso o discurso é simples reflexo de uma determinada realidade social mais profunda, enquanto que no último, o discurso é representado idealizadamente como fonte do social. Portanto, em nossa pesquisa centraremos a atenção na segunda questão, ou seja, da construção social do discurso, pois é disso que os telejornais tratam diariamente nas transmissões de suas notícias.

Fairclough (2001:92) reafirma que “a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de idéias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas”.

Essa idéia também está presente na abordagem de Laclau (1985:107) que afirma que

todo o objeto é constituído como um objeto de discurso, na medida em que nenhum objeto é dado fora das suas condições de emergência; que qualquer distinção entre os usualmente chamados aspectos lingüísticos ou comportamentais da prática social é, ou uma distinção incorreta, ou necessita achar seu lugar como diferenciação dentro da produção social de sentido, que é estruturada sob a forma de totalidades discursivas.

O agente do discurso (emissor e receptor / enunciador e enunciatário) é histórico e social e o discurso pressupõe a presença e a participação efetiva desses agentes que ocupam suas posições e compartilham enunciados que podem contribuir para a construção ou desconstrução de uma determinada realidade posta ou que se presentifica no contexto social. Laclau (idem) esclarece: “os discursos lutam por estabelecer verdades e por excluírem do campo da significação outros significados”. Assim, o trabalho de significação pressupõe três noções fundamentais: a de elemento, a de momento e a de prática articulatória. Voltemos para o texto fundador da teoria:

chamaremos de articulação qualquer prática que estabeleça a relação entre elementos tal que suas identidades sejam modificadas como um resultado da prática articulatória. À totalidade estruturada resultante da prática articulatória, nós chamaremos de discurso. As posições diferenciais na medida em que elas aparecem articuladas dentro do discurso, nós chamaremos de momentos. Por contraste, nós chamaremos elementos qualquer diferença que não seja discursivamente articulada (Laclau e Mouffe, 1985:105).

Para Fairclough, qualquer prática discursiva envolve processos de produção, distribuição e consumo textual, e a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com os fatores sociais. Esse pensamento também se apresenta em Greimas para quem o sentido de qualquer *texto* dá-se na sociedade através da cultura. Em outras palavras, “o texto encontra seu lugar entre os objetos culturais, inserido numa sociedade (de classes) e determinado por formações ideológicas específicas” (Barros, 2005:7).

Portanto, a comunicação dá-se num contexto de que fazem parte os sujeitos sociais que se inter-relacionam. Estes parceiros possuem uma relação marcada, segundo Bakhtin (1992) pelo dialogismo, toda palavra tem duas faces, sendo

determinada tanto pelo fato de que procede de alguém quanto pelo de que se dirige a alguém.

Embora o dialogismo seja característica do processo comunicacional, é importante frizarmos que no campo do telejornalismo isso não significa dizer que a comunicação midiática seja marcadamente dialógica, com a existência de uma troca efetiva entre os telejornais e seus telespectadores. Trata-se, isso sim, de reconhecer que "toda enunciação, mesmo produzida sem a presença de um destinatário (...), é uma troca, explícita ou implícita, com outros enunciadores, virtuais ou reais, e supõe sempre a presença de uma outra instância de enunciação à qual se dirige o enunciador e com relação à qual constrói seu próprio discurso" (Maingueneau, 2001: 54). Daí que

o outro não é apenas um personagem revestido com certas matizes de indicadores sociais, mas alguém que é construído na própria produção imaginária dos organizadores e enunciadores do discurso. Pressupõe-se, ainda, para que a comunicação seja bem-sucedida, a existência do contrato de leitura, aquele acordo implícito, que viabiliza e legitima o discurso. (Fausto Neto, 1991:37).

Como já nos referimos nas páginas anteriores, nesses pressupostos se entrevê a impossibilidade de desvincular o discurso do contexto. O primeiro elemento traz em si mesmo intenções características de sua existência, de sua veiculação explícita ou implícita determinada pelo enunciador tendo sempre em conta o contexto social em que eles estão inseridos e que, de alguma maneira, compartilham textos que têm sentido.

De acordo com Vattimo (1992) e Harvey (1993), na pós-modernidade há uma pluralização dos discursos que, ao mesmo tempo, são fragmentados, efêmeros e descontínuos. Essas são também as principais características do telejornal. Nele, enquanto discurso simbólico cultural, há multiplicidade de sentidos e de interpretações dos fatos, além da hibridação ou sincretismo de suas linguagens, que buscam dar conta da nova realidade da configuração social pós-moderna muito fragmentada.

É nesse panorama que se abre um campo de disputas inerentes à necessidade de legitimação das esferas produtoras de discurso que passam pela sua articulação de maneira que seja coerente e faça sentido para o enunciatário.

Isso é possível graças à interconexão de três aspectos importantes que trataremos a seguir.

3.2 Discurso - ideologia - hegemonia

Os meios de comunicação tornaram-se referenciais de mundo, servindo de parâmetro de valores e comportamentos para os indivíduos. Na atualidade, configuram-se como lugar privilegiado de articulação dos campos sociais, onde os mais variados discursos buscam visibilidade e transparência.

Compreender as formas de articulação dos discursos sociais na e pela mídia, é uma necessidade fundamental cuja dimensão é equiparada à importância do processo comunicacional na sociedade contemporânea. Por isso, para entendermos a amplitude do conceito de discurso devemos voltar nossa atenção para a sua relação com outros conceitos, como hegemonia e ideologia, pois estão intimamente interligados, além de considerarmos também o espaço - telejornal - enquanto formato televisual em que esses aspectos são vividos e percebidos.

A partir dessa visão é válida a observação crítica de que em Moçambique o canal público tem se deixado moldar pelo partido no poder, que articula e explora melhor a relação triádica discurso-ideologia-hegemonia sempre a seu favor, utilizando-se dos meios de comunicação de massa como instrumentos de veiculação de sua ideologia, principalmente os telejornais.

Rodrigues (2002) assinala que o esforço da narrativa midiática é de, exatamente, "permeabilizar" e re-elaborar as várias práticas discursivas, simplificando-as para torná-las acessíveis ao grande público. O autor classifica o discurso midiático como exotérico, enquanto os não midiáticos são esotéricos, por serem dirigidos aos membros de uma instituição, em particular, exigindo, assim, o domínio de certas representações simbólicas para fazer-se compreensível.

Para Rodrigues (*idem*), a mídia apropria-se, exclusivamente, da componente exotérica das outras instâncias e ressalta que, bem ou mal, esse processo permite que as pessoas conheçam boa parte das instituições e discursos da modernidade, em que a difusão de informações é intensa e o tempo escasso. Assim, no âmbito global, a mídia, paradoxalmente, contribui para a homogeneização das sociedades contemporâneas, bem como garante a visibilidade da diversidade de pretensões e instituições da atualidade.

Nessa reelaboração dessacralizante dos diferentes discursos institucionais, Rodrigues sublinha os mecanismos utilizados pelos enunciadores. Percebemos nessa concepção de discurso, algumas diferenças com a de Laclau que é a relação entre elementos diferenciais, portanto não homogêneos, e em Fairclough, que é entendido como prática social que contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social.

Destaca-se, na análise de Rodrigues (idem), a ocultação dos processos de gestação, em que a utilização sistemática e predominante da terceira pessoa evidencia a tentativa de ocultamento do processo de enunciação, ou seja, a pessoa, o lugar e o tempo em que foram produzidos os enunciados não são explicitados.

Outro aspecto analisado por Rodrigues (1997:225) é a estratégia de naturalização, por meio da qual o discurso da mídia apropria-se, muitas vezes, de parte da dimensão expressiva de outras instâncias e tende a naturalizar suas aspirações, como se fossem naturalmente fundadas e, conseqüentemente, indiscutíveis.

Além disso, na visão de Rodrigues, é necessário compreendermos a estratégia de visibilidade, que faz do discurso midiático a instância que, praticamente, dá existência social às outras instituições. No caso de Moçambique, os telejornais dão visibilidade ao poder hegemônico, seja político, econômico ou social e o contrário também é válido, pois, é o Estado que dá concessão para abertura de emissoras de televisão no país e estas, públicas ou privadas, funcionam sob a mesma regulamentação da lei de imprensa em vigor no território nacional.

Rodrigues (idem) apresenta também a estratégia de compatibilização, que consiste em tentar esvaziar os conflitos entre as diferentes posições existentes no seio da sociedade, sem assumir um lado, criando enunciados com os quais todas as partes não tenham como discordar. Por fim, o autor explica a estratégia de exacerbação dos diferendos que consiste em aquecer determinados conflitos. A exacerbação dos diferendos é uma estratégia pouco usada em ambos os telejornais, mas é freqüentemente utilizada em outros programas de debate da TVM e da STV.

São essas estratégias que, na opinião de Rodrigues, asseguram universalidade referencial aos enunciados, dão credibilidade ao enunciador e, por conseguinte, garantem as próprias funções de articulação discursiva.

A partir da análise de suas características específicas, percebemos que os enunciadores dos discursos tanto do Jornal Nacional quanto do Jornal da Noite

servem-se desses mecanismos nas construções discursivas para assegurar audiência. Mas o aspecto comum que se apresenta no ambiente de funcionamento de ambos os telejornais é o fato de não conseguirem se livrar das amarras do poder político e econômico que controla a atividade jornalística no país.

Dessas asserções faz-se necessária uma visão crítica sobre o discurso dos telejornais pelo paradoxo de que sua atividade envolve porque apesar de seu caráter informativo e/ou opinativo, os telejornais também podem ocultar, de alguma forma, o jogo de interesses políticos e ideológicos que se configuram na relação entre a Comunicação e o Estado. Trata-se, portanto, de se retirar qualquer aura ingênua de que possam aparentemente se revestir.

A esse respeito, Trivinho (2001:70) nos apresenta uma explanação sobre o que chama de “sombra do Estado: duplicação social-histórica de funções institucionais”.

Se, mesmo na atualidade, a comunicação, no rastro do poder que granjeou nas últimas cinco décadas, não é, a rigor, o Estado, ela funciona para ele, porém, como uma sombra de dimensão há muito sobejamente desproporcional, que em nada coincide com a estatura própria, doravante diminuta, da instituição estatal. A forte impressão que a comunicação cria é justamente a de que, no transcurso do pós-guerra, a vida foi, *pari passu*, se deslocando - é certo que não totalmente, mas em ampla medida - da instituição Estado para a instituição Comunicação, com a nuance de que todos os feitos desta se põem (ou são “apresentados”) a título de complemento não institucional às funções do Estado. Contudo, não se trata propriamente de um deslocamento de funções; o que era do Estado permanece com o Estado. Trata-se, antes, de uma duplicação social-histórica de expedientes que até bem pouco tempo competiam somente ao Estado realizar, em virtude de, para isso, ele tributar amplamente a sociedade.

Esse olhar crítico explicita o que acontece com os meios de comunicação em Moçambique, pois, de uma maneira geral, seu objetivo principal centra-se na legitimação e visibilidade dos mais variados discursos na sociedade moçambicana. Em que medida o telejornalismo moçambicano tanto da rede pública como privada serve para estabelecer e sustentar relações de dominação nos contextos em que as notícias são produzidas, difundidas e recebidas?

Para compreendermos essa relação de dominação no campo dos discursos, Fairclough (2001:94) refere que “o discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo em posições diversas nas

relações de poder”. Para o autor “os aparelhos ideológicos de Estado (instituições tais como a educação e a mídia) são ambos locais e delimitadores na luta de classe, que apontam para a luta no discurso e subjacente a ele como foco para uma análise de discurso orientada ideologicamente”.

Com esse mesmo ponto de vista Chauí (1981:113) explica que

a ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes, a partir das divisões na esfera da produção.

A idéia de que o discurso tem orientação ideológica é compactuada por Thompson (1998:16) para quem “ideologia, falando de uma maneira mais ampla, é sentido a serviço do poder”. É nesse contexto teórico que os discursos do Jornal Nacional e Jornal da Noite podem ser entendidos. Os telejornais podem estar a serviço do poder político ou econômico, por exemplo, ao enfatizar a ideologia dominante ou ao aceitar as exigências dos anunciantes, que às vezes, impõem regras fazendo com que o tempo dedicado às notícias seja pequeno de forma a privilegiar a publicidade ou à propaganda política.

Fairclough (2001) analisa o discurso em relação ao poder e à ideologia e situa o discurso numa perspectiva de hegemonia, em que se entendem as relações de poder como lutas hegemônicas. Na concepção de Fairclough (idem) a luta hegemônica localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil, com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios. Discutiremos sobre hegemonia mais adiante.

É nesse contexto que, para Thompson (1995:79), a análise da ideologia interessa-se pelas maneiras pelas quais as formas simbólicas se entrecruzam com as relações de poder. Assim, conceitua a ideologia "em termos das maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação". O sentido aqui se refere a (ações, falas, imagens, textos) inseridos nos contextos sociais e que circulam no mundo social. Os diferentes graus

de poder conferidos aos indivíduos dependem da localização social das pessoas e das qualificações associadas a essas posições.

Segundo Thompson (1995:81) são cinco os modos de operação da ideologia que podem estar ligados, em circunstâncias particulares, com estratégias de construção simbólica: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Nesta pesquisa, interessa-nos focalizar apenas os modos de legitimação, unificação e reificação, por estarem intimamente ligados ao *corpus* desta pesquisa.

No modo de legitimação, “as relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas por serem representadas como justas e dignas de apoio, isto é, como legítimas”. Através dessa leitura dos modos de operação da ideologia, com base nas idéias de Max Weber, Thompson (1995:82) explica que

afirmações de legitimação podem estar ancoradas em alguns tipos de fundamentos como: fundamentos racionais (que fazem apelo à legalidade de regras dadas), fundamentos tradicionais (que fazem apelo à sacralidade de tradições imemorais) e fundamentos carismáticos (que fazem apelo ao caráter excepcional de uma pessoa que exerça autoridade).

Esse tipo de operação de ideologia pode ser percebido nos telejornais moçambicanos, sobretudo, no Jornal Nacional em que é forte o uso de uma linguagem que apela à legalidade, à manutenção do *status quo* e à supervalorização dos aspectos tradicionais e históricos buscando dessa forma, tornar sempre presente o sentido épico da independência do país, que foi possível pela luta e pelo esforço do partido no poder.

Na visão de Thompson (1995:83), “as tradições são, muitas vezes, inventadas a fim de criar um sentido de pertença a uma comunidade e a uma história que transcende a experiência de conflito, da diferença e da divisão”.

E, como já dissemos, a relação filial da emissora pública em relação ao governo é de longa data, desde sua criação. As raízes ideológicas do partido no poder remontam ao período pós-guerra colonial, alguns anos após a independência do país, como assinala Brazão Mazula (1985), ao se referir ao processo de planificação do partido Frelimo quando assumiu a orientação ideológica marxista-leninista em 1977:

Aquele foi o momento histórico importante em que, pela primeira vez, a Frelimo e representantes da sociedade se reuniam em solo pátrio já libertado, para, em clima de entendimento, consertar as linhas

gerais de desenvolvimento e definir ações prioritárias. O III Congresso tomou, para ponto de partida, que a contradição principal da sociedade moçambicana era a oposição entre a revolução e o modo de produção colonial-capitalista e o dito modo de produção feudal, a qual se resolvia com a eliminação dos dois e a introdução direta do socialismo. A Frelimo desafiava uma revolução socialista, sem qualquer fase intermediária (...) O desafio consistia em planificar o salto para o socialismo sem nenhuma fase intermediária. Assim, os congressistas preocuparam-se em encontrar instrumentos julgados capazes de, em menos tempo possível, superar o atraso do país e modernizar o país (...) A estes desafios, o congresso respondeu com a criação de um partido único, de orientação marxista-leninista, a organização de um Estado moderno e uma sociedade, dirigidos pelo partido único. [III Cong:147 in Mazula,1985:155]

A partir dessa base histórica e político-ideológica percebemos que no contexto moçambicano a noção de ideologia assume formas complexas na estrutura social. Quase todos os setores da sociedade moçambicana foram enquadrados nessa lógica da ideologia da Frelimo que exerce até hoje seu poder de uma forma que se pauta pela centralização. As instituições públicas funcionam num ritmo que se caracteriza por uma burocracia administrativa muito forte, que não permite flexibilidade, por exemplo, na definição das carreiras profissionais, no atendimento público e na resolução de assuntos comuns que dizem respeito à maioria da população, independentemente de sua filiação partidária. A imprensa, o rádio e, mais tarde, a televisão pública, e em certa medida, também a mídia independente, não escaparam dessa centralização e desse controle por parte do governo.

A unificação é outro modo de operação da ideologia apresentada por Thompson (1995:86). Através desse modo, as relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pela construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los. Mais adiante, no quarto capítulo, trataremos de ver como esses recursos de operação da ideologia são inseridos nos *modos de dizer* e de *fazer crer* dos enunciadores do Jornal Nacional e do Jornal da Noite.

Um terceiro modo de operação da ideologia é a reificação, que se caracteriza pela eliminação ou ofuscação do caráter sócio-histórico dos fenômenos. É num contexto marcado por esse modo de operação da ideologia que na visão de Thompson (1995:87) “costumes, tradições e instituições se cristalizam na vida social, e seu caráter aparentemente a-histórico é reafirmado através de formas simbólicas

que na sua construção, como também na sua pura repetição, eternalizam o contingente”.

Essa discussão sobre discurso e ideologia nos direciona a pensarmos em outro conceito, o de hegemonia. Sua gênese é creditada a António Gramsci, cientista político italiano que no início do século XX o elaborou com intuito de compreender o funcionamento da sociedade do seu tempo. Na perspectiva teórica de Gramsci (*apud* Silva, 1983:154), “hegemonia é a manutenção da coesão de todos os diversos grupos sociais que compõem uma sociedade em torno de valores políticos, econômicos, sociais, morais e culturais”. Essa coesão seria obtida através de uma conjunção de coerção com consentimento.

Na atualidade, percebemos que hegemonia ainda é um conceito-chave para a compreensão dos fenômenos da comunicação de massa, mas apesar da relevância significativa que possui, esse conceito foi pouco abordado até ao momento. Daí nossa opção por enveredar por esse viés para o estudo do telejornalismo moçambicano, sobretudo num contexto marcado pela diversidade cultural e étnico-lingüística da população.

Para Fairclough (1992:92), “a hegemonia entende as relações de dominação baseadas no consentimento e não na coerção, e implica a naturalização e a construção do senso comum...”. Nessa perspectiva, percebemos como a genealogia do conceito de hegemonia se desenvolveu. Com Gramsci era concebido no sentido tático-político e, mais tarde, Laclau e Mouffe direcionaram suas abordagens para o contexto do marxismo pós-estruturalista. Assim, hegemonia tornou-se um termo chave para a compreensão de problemas sociais da época.

Ao estudarem o conceito de hegemonia, Laclau e Mouffe buscaram ir além do que Gramsci aborda como forma de se entender a base dos problemas sociais. Na opinião de Laclau (1985:03), “esse pressuposto servirá de “base de onde os conflitos sociais contemporâneos são pensáveis em sua especificidade, bem como permitirá voltar e rever uma nova política para a esquerda, baseada sobre o projeto de uma democracia radical”.

É com esse fundamento teórico que, a partir da análise da trajetória histórica do país, das mudanças políticas e da ampliação do mercado dos meios de comunicação, sobretudo da televisão, compreendemos as estratégias textuais e discursivas dos telejornais moçambicanos e sua relação com os grupos que, de alguma forma, exercem poder, principalmente, político e econômico.

Na concepção de Laclau e Mouffe (1985:105), a hegemonia forma-se, compõe-se de, e articula dois “momentos”: “o primeiro é o do consenso, colocado na instância da sociedade civil. Esse cria a base do consentimento, ativo ou passivo para o estabelecimento de certa ordem social; o segundo é o “poder”, na instância da sociedade política ou Estado”.

O telejornalismo da rede pública e privada de Moçambique pode ser analisado sob ponto de vista desses dois momentos. Ambos os momentos, o do consenso e o de domínio, acontecem ao mesmo tempo. É precisamente isso que se viveu em Moçambique e ainda tem repercussão na atualidade, embora já tenham passado muitos anos depois do abandono teórico da ideologia marxista-leninista.

A partir dessa leitura podemos compreender a visão de Rodrigues (2001) quando analisa as relações entre os meios de comunicação de massa e o poder político em países democráticos. Na visão do autor, os órgãos de informação tornaram-se, nas democracias, cada vez menos claramente meios de informação, de proposta de projetos de sociedade, de programas políticos, e cada vez mais obviamente um campo social de encenação pública de imagens de marca que emprestam aos homens políticos, em função da sua própria estratégia de diversão e de sedução.

De uma maneira geral, no que se refere ao campo da comunicação de massa, apesar da constituição da república garantir a liberdade de imprensa e de expressão, nota-se na prática, em Moçambique, uma fragilidade quanto à sua total observância pelo fato de que os profissionais ainda têm medo de possíveis problemas que possam resultar na sua expulsão do emprego ou na retaliação através de outro tipo de intimidação. Isso acontece porque ainda se tem a visão de que “a lógica do poder, ao contrário da lógica da informação, não é função de transparência, mas do segredo, em que detém o poder aquele que for detentor do segredo, ao passo que partilhar a informação não é deter, mas disseminar o poder” (Rodrigues, 2001:161).

Essa tendência é forte nos telejornais moçambicanos. Às vezes, para não se comprometerem com o conteúdo das notícias, sobretudo quando se trata de denúncias, optam por um viés mais superficial das mesmas ou apresentam-nas com uma única versão sem contrapontos e sem questionamentos.

A falta de independência da televisão pública se agrava ainda pelo fato de a direção ser indicada pelo governo e não por eleições abertas dentro da própria instituição. Aliás, essa indicação também é prevista pela lei de imprensa supracitada, cujo artigo 9 refere que “os diretores das empresas ou instituições do sector público são designados pelo governo”.

Com esse panorama já se pode entender o dilema que os profissionais da comunicação atravessam. De um lado reconhecem as exigências da ética profissional e do seu compromisso com o público telespectador e, de outro, a permanente pressão e controle desses grupos sobre as atuações dos jornalistas. Difícil mesmo é servir a dois senhores ao mesmo tempo. Quem perde nessa disputa é a população, que deveria usufruir seu direito à informação e outras questões inerentes ao bom uso dos meios de comunicação como, por exemplo, para a educação escolar.

Esses fatores conflitantes atingem diretamente o funcionamento da emissora pública, uma vez que depende do orçamento do Estado, que nunca é suficiente para arcar com todos os encargos financeiros e isso tem reflexos na sua programação que não chega a espelhar os problemas de todo o país. Quanto a STV, o discurso muda de rumo, pois busca outros fins que têm mais a ver com o lucro e hegemonia na audiência e seus objetivos passam pela ampliação do mercado de bens culturais.

É por isso que o estudo do telejornalismo da rede pública e privada de Moçambique não pode prescindir de uma análise mais aprofundada das relações entre esse formato televisual com as instâncias de poder instituídas na sociedade e até mesmo dentro dos veículos de comunicação de massa, pois, a nosso ver, há sempre disputas entre as duas instituições: televisão e governo e ambas são instituições competentes na produção de conteúdo simbólico passível de interpretações ideológicas.

Evidentemente, por um lado, nessa pesquisa consideramos que o controle do governo sobre os meios de comunicação de massa, sobretudo do setor público e, em certa medida, também do setor independente, gera desfavorecimento por parte do público telespectador em razão da ausência de transparência que se pode notar na falta de debate e de diálogo (no sentido socrático do termo) pela escassez de outras fontes de informação além das oficiais, que se tem apresentado em grande proporção nos telejornais.

Por outro, durante muito tempo a mídia moçambicana procurou passar para o público um simulacro do poder político personificado por vários emblemas de virtude, de bom governo, de bem intencionado, etc. Essas imagens certamente produziam efeitos de sentido positivos de cunho revolucionário por ambas as partes: governo e súbditos (população). Talvez por isso que relatos sobre essa época dão conta de que “na luta armada, o jornalista era também guerrilheiro, mobilizador e ativista. Não podia ser observador: combater e reportar o combate eram facetas do mesmo engajamento” (Vasconcelos *in* Ribeiro, 1996:141).

Mas, com o esvaecer dessa ideologia política e com a ampliação do mercado dos meios de comunicação de massa na atualidade, como resultado da nova conjuntura democrática e, conseqüentemente, com a crescente dificuldade de controle da informação, hoje, essa imagem do bom governo, de bom partido político, está em decadência, pois, as “massas” começam a ter coragem de questionar as ações dos governantes. Na atualidade, torna-se difícil travar esse processo de mudanças no campo da comunicação, uma vez que está muito ligado à dinâmica do mundo contemporâneo em que os meios de comunicação de massa diluem as fronteiras nacionais e dificultam o controle da informação.

Se considerarmos o telejornal em sendo um dos principais lócus privilegiados das interações argumentativas contemporâneas, perceberemos que a abordagem teórica defendida por Laclau e Mouffe em suas discussões sobre a emergência dos discursos no contexto histórico do marxismo também se inscreve na atualidade no cenário moçambicano. Em Moçambique está acontecendo o que Gabriel Tarde (2001) percebia no seu tempo: “as massas não vêem mais, não sentem mais o que suas elites lhes falam. Pouco a pouco a população vai tomando conhecimento dos desmandos das autoridades e perdem a confiança”.

Com as mudanças ocorridas no país e no mundo inteiro, advindas do fim da guerra fria, aliadas à entrada e à criação de um grande número de veículos de comunicação de massa do setor privado, o público telespectador tem possibilidades de questionar, de certa forma, a veracidade dos eventos. Mas também, não se pode negar que ainda persistem algumas formas de controle e de pressão, de forma sutil, dos responsáveis pela produção de conteúdos midiáticos, sobretudo dos noticiários, tanto da rede pública quanto privada.

Constata-se que aquele velho discurso de que foi a Frelimo que livrou o povo moçambicano da colonização e, ao assumir o país, procurou unir a população nos

mesmos ideais nacionalistas e revolucionários, apesar da diversidade étnica, cultural e lingüística, está perdendo força.

O quadro político e ideológico que se vive em Moçambique parece constituir-se, ao nosso ver, em um condicionamento para o desempenho do Jornal Nacional e Jornal da Noite. A televisão pública parece querer continuar a legitimar o discurso do governo, enquanto a emissora privada manifesta-se cada vez mais distante dessa postura, optando por privilegiar objetivos comerciais.

A hegemonia também pode significar predomínio majoritário de um grupo, de uma classe sobre outra ou mesmo do Estado sobre o povo. Na concepção de Laclau (1985), a hegemonia dá-se no campo da ideologia. Um discurso se torna hegemônico quando o seu autor consegue fazê-lo ouvido, repetido e aceito pelos demais. No caso de Moçambique o ator principal do discurso político e ideológico é o governo e seu partido político - a Frelimo - que utilizam a mídia para difundir seu discurso e sua ideologia. Tal ação pressupõe certas estratégias de “manipulação” - no sentido semiótico do termo - cujo significado é de persuasão que um sujeito realiza intencionalmente para fazer o outro indivíduo desenvolver uma ação desejada pelo primeiro.

Ao escolhermos esse fundamento teórico para a nossa pesquisa buscamos perceber na atualidade as relações que existem entre as classes dominantes, da ala governista, e as ligadas ao poder econômico constituído pelos empresários nacionais e estrangeiros que atuam no país e a população, pois são aquelas que comandam a vida do país fundadas em certas ideologias que repercutem nos meios de comunicação de massa, sobretudo nos telejornais.

Podemos compreender esse fenômeno à luz da noção de hegemonia, que se dá através de coerção com consentimento. Isso confirma também a idéia de Mézarós (2004:59) de que “a ideologia dominante do sistema social estabelecido se afirma fortemente em todos os níveis, do mais baixo ao mais refinado”.

A hierarquia ideológica, se é que se pode assim denominar, pode ser compreendida na argumentação de Chauí (1981:93) quando explica que a ideologia consiste na transformação das idéias da classe dominante em idéias dominantes para a sociedade como um todo de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das idéias).

A partir da concepção de Laclau (1985), a hegemonia pressupõe que as idéias de uma classe têm de ser generalizadas para valerem para toda a sociedade quando essa classe ou partido assumem a condução da política. É justamente isso o que acontece em Moçambique. Os mesmos indivíduos que fazem parte do governo, também possuem suas empresas e comandam de certa forma em todos os setores-chave do país, e isso tem repercussão nos textos dos telejornais porque são os mesmos personagens que constituem as fontes privilegiadas dos diferentes veículos de comunicação independentemente de sua natureza pública ou privada.

Como se pode notar trata-se de um círculo vicioso e por sinal bem coeso. E, sem dúvida, são essas situações que tornam a democracia africana em geral, e a moçambicana em particular, o que optamos por denominar de *pseudodemocracia*, em que se cria uma ilusão de que se está a viver uma dinâmica democrática, quando na prática ainda se permanece num regime de muitas restrições políticas, já que a propalada democracia vigora apenas no papel, na imaginação dos políticos e no plano de desejos da maioria da população. Não existe democracia de fato sem o respeito às diferenças sob todos os aspectos que marcam a *moçambicanidade* e que são ricas para a construção da identidade do país.

É nesse panorama que buscamos compreender o foco do discurso dos telejornais e a forma do tratamento dos temas abordados. Para isso, antes entendamos como esse discurso é conectado de maneira a formar sentido que seja lógico e conexo com o que se quer mostrar ao público telespectador. O agendamento temático e a fixação de certos pontos nodais são alguns dos mecanismos de construção textual e discursiva usados pelos telejornais como estratégias de forma de ganharem credibilidade e legitimação.

Essa teoria de comunicação se constituiu numa ferramenta de estudos das relações da mídia, sobretudo da televisão com o poder político, em especial na época de eleições. É nesse período que os meios de comunicação de massa se tornam verdadeiras praças públicas, espaços privilegiados de debates, de lutas no campo dos discursos para a angariação de eleitores.

3. 3 Agenda Setting e construção de pontos nodais

A hipótese da *Agenda Setting* caracteriza uma corrente de estudos desenvolvida pelo norte-americano McCombs na década de 60, que sustenta a tese de que “os meios de comunicação de massa não dizem ao público o que pensar, mas dizem sobre o que pensar”, ou seja, quanto maior for a ênfase da mídia sobre

um tema, maior será o incremento da importância que os membros de uma audiência atribuem a esses temas enquanto orientadores da atenção pública.

Essa teoria se constituiu numa ferramenta de estudos das relações da mídia, sobretudo da televisão com o poder político, em especial na época de eleições. Apesar desse viés político que a hipótese de *agenda setting* adquiriu inicialmente, constatou-se que o fenômeno de agendamento também acontece em outros temas considerados importantes para a formação da opinião pública.

Nessa direção vemos a importância do telejornal para o agendamento do público a respeito de assuntos de relevância social, fazendo com que os mesmos passem a compor os principais temas de debate na esfera pública. Ao mesmo tempo em que agenda os acontecimentos, o telejornal também propõe um significado para esses eventos, oferecendo ou não diferentes formas de interpretações. Muitas vezes o telejornal silencia a interpretação, ou oferece pouca informação, ou não politiza, ou despolitiza uma notícia que se refere a um determinado estado de coisas; são as estratégias da naturalização e da despolitização dos assuntos.

Na visão de Shaw (*apud* Wolf, 2003:96), a hipótese de *Agenda Setting* enfatiza os efeitos da mídia no público-alvo. Em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público é ciente ou ignora, dá atenção ou descuida, enfatiza ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas tendem a incluir ou a excluir dos próprios conhecimentos o que a mídia inclui ou exclui do próprio conteúdo. Além disso, o público tende a conferir ao que ele inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos meios de comunicação de massa aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas.

Ao analisar o telejornalismo moçambicano como objeto de estudo, faz-se necessário compreender algumas de suas características específicas. Uma delas é a disputa pela audiência que determina as condições de suas produções simbólicas em virtude de as emissoras de televisão estarem inseridas em um mercado onde a concorrência entre o que é produzido dentro e fora do país é grande. Outra característica é o fato dos telejornais constituírem-se em espaço privilegiado de visibilidade de opiniões, de pessoas e de grupos diversos cujos interesses são variados. Nele também circulam modelos de identificação e influenciam os modos de compreensão da realidade. Esses aspectos podem fazer com que os telejornais funcionem, muitas vezes, como agentes propagadores de idéias, ainda que

possibilitem a articulação discursiva através de debate público de assuntos de interesse da maioria.

Um dos pressupostos da teoria do discurso de Laclau (1985:113) é o de que o discurso é uma prática articulatória que constitui e organiza relações sociais. Essa prática articulatória consiste na “construção de pontos nodais que fixam parcialmente sentidos; o caráter parcial dessa fixação procede da abertura do social, resultante, por sua vez, de um constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade”.

O noticiário televisivo é um conjunto de enunciados organizados de forma a produzir efeitos de sentido de veracidade dos fatos. A organização e a seqüência das informações passa antes por um processo de seleção do que é notícia que pode ser divulgada.

Esses aspectos já revelam a dimensão polifônica do telejornal, embora dependendo do tema, nele domine a monofonia. São essas dimensões que impõem uma atividade articulatória do discurso, necessária à produção de efeitos de sentido. É no aspecto de sentidos sempre mal fechados e incompletos que a noção de discurso ganha foco central nos estudos de Laclau (1985, 1996), pois para o autor, qualquer possibilidade de fixação de sentidos, sempre parciais, depende do sistema discursivo.

Ao observarmos a estrutura do telejornal é possível perceber como nele os textos são construídos a partir da articulação dos significantes ao redor do ponto nodal. Para Laclau (1985:113).

a prática da articulação, portanto, consiste na construção de pontos nodais que parcialmente fixam significados, e o caráter parcial desta fixação procede da abertura do social, um resultado, por sua vez, do constante transbordamento de todo o discurso pela infinitude do campo da discursividade”.

Assim, a articulação discursiva é uma prática que se estabelece entre elementos que em um primeiro momento não estão articulados entre si. Nesse sentido, Žižek (1991) identifica o ponto nodal como “elemento-Um que totaliza os outros, que os “desdobra” e faz com que sofram uma espécie de “transubstanciação”, começando a funcionar como expressão de um Princípio subjacente...”. Em outro aporte, Žižek (idem), designa o ponto nodal de *ponto de basta ou basteamento* como ponto de fechamento de um determinado discurso ou

ideologia. O *bastamento* é um ato essencialmente contingente pelo qual o campo ideológico-simbólico determina retroativamente suas “razões”, sua necessidade”.

Ao definir o discurso como uma totalidade estruturada pela prática articulatória, Laclau e Mouffe (1985:107) reconhecem que é uma tentativa de dominar o campo da discursividade: “se contingência e articulação são possíveis, isto ocorre porque nenhuma formação discursiva é totalmente saturada e a transformação de elementos em momentos nunca é completa”.

O caráter aberto do discurso implica na formação constante de novos sentidos, ou seja, na emergência de novos discursos. Nesse sentido, Prado (2005:95) comentando as teses de Laclau sobre esse tema, analisa que “a operação de fechamento é impossível, mas ao mesmo tempo necessária; impossível devido ao deslocamento constitutivo que há no coração de qualquer arranjo estrutural, e necessária porque sem essa fixação fictícia do sentido não haveria nenhum sentido”.

Todas essas nuances do discurso nos remetem ao telejornalismo e aos seus processos de produção simbólica na sociedade contemporânea e também nos revelam que em determinadas situações o discurso, como sistema organizado, passa pelo reconhecimento de sua legitimidade e isso pressupõe outras instâncias de relação entre os indivíduos e entre esses e as estruturas sociais, político-econômico presentes no espaço comum.

No telejornalismo moçambicano, a agenda política determina a maioria das pautas diárias dos telejornais. Na semana de gravações podemos perceber nitidamente essa característica que é muito mais forte na televisão pública, como aparece nessa amostragem que será expressa no quarto capítulo.

É nesse contexto que os critérios de noticiabilidade são mais trabalhados como forma de buscar o melhor enquadramento temático de que trataremos com mais detalhes também no próximo capítulo - das notícias para que atendam aos interesses em jogo e tragam o resultado esperado pelas partes envolvidas na emissora tanto pública quanto privada.

A partir da arquitetura conceitual de discurso, entendemos o telejornal como espaço midiático em que através de seus textos circulam discursos sociais vinculados a determinados ideários políticos pelo alcance que tem na sociedade, pois, “a imprensa (a mídia em geral) não vive apenas dos episódios ocorridos num determinado dia, mas também da discussão, do debate e da análise de

acontecimentos ou situações intemporais (...), e não simplesmente que aconteceram”. (Rossi, 1998:17).

Esses aportes significam que ao atuar privilegiadamente no cotidiano da sociedade, o telejornalismo edita o mundo, agenda temas e entra no processo permanente de produção de significado em todas as suas manifestações. O telejornal é capaz de concentrar e orientar a atenção do público telespectador para determinados temas. Para Wolf (2003), tematizar um problema significa, na realidade, colocá-lo na ordem do dia da atenção do público, dar-lhe a importância adequada, salientar sua centralidade em relação ao fluxo normal da informação não-tematizada.

Nessas linhas, entrevê-se o imperativo da articulação do discurso nas redes televisivas, particularmente no telejornalismo, pois através de seus textos o telejornal possibilita a circulação e o compartilhamento de sentido, de informações capazes de interligar os sujeitos sociais no seu imaginário, que pode contribuir para a construção da idéia de nação, de percepção do país, por congregar os diversos grupos étnicos, sociais e políticos, levando-os a pensar sobre os mesmos assuntos e problemas que vivem no seu cotidiano.

Para Becker (2005:62), “independentemente de como a notícia vai ser digerida pelo receptor, ela sai da ilha de edição lapidada sob determinado(s) ponto(s) de vista”.

Visto isso, compreende-se melhor a tese de Machado (2003:111) de que “a questão da verdade está, portanto, afastada do sistema significante do telejornal, pois a rigor, não é com a verdade que ele trabalha, mas com a enunciação de cada porta-voz sobre os eventos”. Portanto, a realidade é construída pelos discursos que lutam por uma finalidade que em televisão se resume na luta pela hegemonia na audiência.

Nas transmissões do telejornal o enunciador propõe ao telespectador *modos de ver* e perceber os acontecimentos e dos temas apresentados e cabe a este saber articular esses significantes de maneira que forme sentido. É importante considerarmos, porém as observações de Marcondes Filho (1988:52) de que a televisão transmite a ilusão da verdade: “ao ver as cenas do acontecimento o receptor rejeita a tese da manipulação pelo fato de ter testemunhado com seus próprios olhos o ocorrido. A mística das imagens garante o estatuto de verdade absoluta e inocenta a deturpação.”

Para Becker (2005:53) “toda a construção do texto jornalístico está montada numa lógica própria, voltada para criar efeito de verossimilhança, também chamado por alguns autores de efeito de verdade”. Aliado a elas, outras características como a qualidade do conteúdo oferecido ao público, a forma de abordagem das notícias e a grade geral de programação também contribuem para a definição da identidade de cada emissora e dos *modos de dizer* e de *fazer crer* que se propõe construir.

É no telejornal, enquanto espaço midiático, que se manifestam os discursos provindos de diferentes lugares sociais. Nesse entrecruzamento de discursos acontece um “contágio” simbólico que se dá através do compartilhamento do mesmo enunciado e no mesmo instante. A noção de contágio é entendida aqui nos termos da semiótica discursiva como o “contato” afetivo tanto no plano simbólico quanto físico dos sujeitos, que na visão de Landowski (2005:38), “supõe unidades que por princípio nada isola, mas que une um sentir recíproco ao menos potencial, e teoricamente ilimitado quanto à sua extensão: reciprocidade do sentir que poderá (...) reunir multidões inteiras”.

O indivíduo, através da linguagem, aprende a se comunicar com os outros a partir das experiências vividas no cotidiano, no mundo da vida, sob a perspectiva fenomenológica, mundo este que se constitui como acervo comum de saberes culturais. O mundo da vida é coletivo, mas cada indivíduo lida com o vivido de acordo com suas potencialidades perceptivas. É nesse contexto que acontece a produção e o compartilhamento de significados cujo fluxo e direcionamento varia de uma sociedade para outra e em função dos objetivos de cada tipo de instituição.

No discurso do telejornal estão presentes objetivos da emissora em manter uma posição hegemônica capaz de nortear a preferência do telespectador e esse imperativo direciona as escolhas textuais e as formas de difundir os conteúdos midiáticos.

Nessa característica do discurso estão imbuídos alguns aspectos do telejornalismo, se partirmos da definição do jornalismo de Kunczik (2002:16), que considera jornalismo como “a profissão principal ou suplementar das pessoas que reúnem, detectam, avaliam e difundem as notícias; ou que comentam os fatos do momento”.

Fairclough aponta para mais longe em relação a Kunczik ao reforçar a relação entre o discurso e as instituições em que é produzido: (...) o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os

níveis: pela classe e por outras relações sociais em um nível societário, pelas relações específicas em instituições particulares como o direito e a educação...” (Fairclough, 2001:91).

Para Fairclough (idem) “os eventos discursivos específicos variam em sua determinação estrutural segundo o domínio social particular ou o quadro institucional em que são gerados”. Isso quer dizer que um discurso gerado, por exemplo, no telejornalismo, difere daqueles gerados na educação, na política, na indústria, no comércio. Por isso, o autor enfatiza que “o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem”.

Talvez agora possamos compreender melhor as razões da superficialidade no tratamento dos acontecimentos-notícia, que impede, de certa forma, a prática de um jornalismo mais crítico e até investigativo, seja na televisão pública ou privada, em Moçambique ou em outros países onde isso ocorra com freqüência.

A ênfase dos discursos de ambas as emissoras centra-se mais nos aspectos político e econômico. Talvez isso acontece pelo fato dessas áreas serem as dinamizadoras da vida social no país.

Além dos critérios de noticiabilidade, no telejornalismo entram em jogo também as estruturas organizacionais de que os profissionais da comunicação fazem parte, as empresas ou redes de televisão que visam o lucro, e ainda as rotinas de trabalho profissional. São essas práticas profissionais, aliadas aos processos de produção de notícias e aos critérios de seleção do que deve ou não ser noticiado, que influenciam no trabalho jornalístico.

Wolf (2003:202) confirma que “os valores/notícia, que são um dos critérios de noticiabilidade, na perspectiva do *Newsmaking*⁴¹, permitem selecionar os eventos a serem transformados em notícias”. Esses critérios funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser enfatizado, o que deve ser omitido e onde dar prioridade na preparação das notícias a serem apresentadas ao público.

É nessa perspectiva que Wolf (idem) apresenta o resultado de seus estudos sobre as teorias que mostram que os telejornais se distinguem pela “fragmentação

⁴¹ É uma linha de estudos em comunicação de massa que aborda o processo de produção de notícias tendo em conta a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho além das conexões entre esses dois aspectos.

da imagem da sociedade, mediante a justaposição de acontecimentos-notícia, sendo que cada um deles é apresentado como auto-suficiente, sem ser explicado”.

Ainda em relação aos critérios de noticiabilidade, Wolf entende que o conjunto de fatores que determina a noticiabilidade dos acontecimentos permite realizar cotidianamente a cobertura informativa, mas dificulta o aprofundamento e a compreensão de muitos aspectos significativos nos fatos apresentados como notícias.

Depois dessa digressão pelo panorama histórico, político e social da televisão e do telejornalismo moçambicano, ancorados nos principais conceitos que constituem o referencial teórico desta pesquisa, apresentamos no próximo capítulo uma análise do *corpus* selecionado para este estudo.

Capítulo 4- Análise do Jornal Nacional e Jornal da Noite

4.1 Metodologia

Para este trabalho adotamos o método de análise televisual sustentado por Arlindo Machado (2003) e Beatriz Becker (2005) além de contarmos com o aporte de alguns elementos da semiótica discursiva. Analisaremos o Jornal Nacional e o Jornal da Noite com base na apreciação dos elementos característicos do telejornal, adotados por Becker (idem), porém, salientamos que nesta pesquisa, não seguiremos a ordem cronológica proposta pela autora, pois, optamos por agrupar alguns desses elementos de forma a facilitar a compreensão de todos os aspectos específicos do telejornal. Reunimos no mesmo item, por exemplo, os elementos: apresentadores, repórteres e entrevistados que constituem os agentes do discurso. As temáticas abordadas em cada telejornal são outro aspecto por nós analisado ao qual acrescentamos os critérios de noticiabilidade.

Ademais serão analisados, de maneira detalhada, os seguintes elementos: a estrutura dos noticiários, os recursos gráficos, os cenários e vinhetas. Por fim examinamos o enquadramento por entendermos que a análise desse aspecto é de suma importância para a compreensão das escolhas de focos nas notícias dos dois telejornais em estudo.

Os aspectos blocos, ritmo, matérias e credibilidade foram destacados isoladamente por Becker em sua pesquisa, mas nesta, serão analisados em conexão com os elementos afins. Além desses é importante também analisarmos, embora de forma breve, os principais anunciantes nos dois telejornais para conhecermos seu perfil e o tipo de produtos ou serviços oferecidos nos horários de transmissão do telejornal.

A análise dos telejornais baseada nesses aspectos nos ajudará a desvendar as estratégias discursivas do Jornal Nacional e do Jornal da Noite. Consideramos que o estudo minucioso desses elementos específicos do telejornal permite-nos conhecer e compreender a identidade de cada telejornal e o impacto de suas organizações textuais e discursivas na sociedade moçambicana. Nesse sentido as teorias do discurso dos autores-chave são relevantes, pois com vasto escopo de aplicação abrem-nos a possibilidade de um embasamento crítico na discussão sobre a maneira pela qual os recursos lingüísticos selecionados com determinados

objetivos pelos telejornais podem conter implícita ou explicitamente relações de poder.

Dada a pluralidade de discursos e vozes envolvidos nos telejornais, que se configuram como características básicas desse formato televisual, a análise requer, se quisermos explorar todos os ângulos de percepção de suas estratégias, uma exploração mais densa para podermos interpretar seus significados.

4.2 *Corpus* da pesquisa

O *corpus* desta pesquisa é composto por algumas edições do Jornal Nacional e Jornal da Noite gravadas em Maputo, capital de Moçambique, entre os dias 08 e 16 de abril de 2006. Esse material foi gravado no formato VHS e posteriormente aqui em São Paulo foi transdecodificado e copiado em DVDs, processo que permitiu a visualização de todo conteúdo, uma vez que o formato inicial em VHS do sistema Pal-G moçambicano não era compatível com o do Brasil. Apesar de inúmeras dificuldades encontradas no início, principalmente por causa da incompatibilidade de recursos técnicos de gravação de vídeo, foi possível preservar o formato original das gravações da forma como os telejornais foram exibidos, graças ao apoio de profissionais especializados nessa área de audiovisuais.

A semana de gravações foi escolhida aleatoriamente de modo a garantir que esse conteúdo represente o fluxo normal da programação das duas emissoras, pois com base nessa “normalidade” é possível um conhecimento suficiente da identidade de cada telejornal e sua respectiva emissora, possibilitando-nos desvendar a especificidade das estratégias discursivas e fiduciárias de cada telejornal em relação ao seu respectivo público-alvo.

Embora existam outros telejornais, a escolha do Jornal Nacional e Jornal da Noite foi motivada pelo seu caráter aberto e por ambos pertencerem a emissoras moçambicanas; consideramos que grande parte da população se identifica com esses telejornais pelo fato de em seus noticiários apresentarem problemas do país e não há dúvidas de que têm contribuído como fontes de informação e de difusão de conteúdos simbólicos sobretudo para a população que mora nos grandes centros urbanos, além das vilas aonde chega o sinal de recepção.

Ambos, exibidos no horário nobre, são telejornais de maior audiência no país. O Jornal da Noite é transmitido das 19:55 às 20:30 e o Jornal Nacional das 20:00 às 21 horas. Sabe-se que a emissora pública, TVM, leva vantagem numérica na

audiência por sua cobertura ser nacional, como já mostramos no primeiro capítulo, enquanto o sinal do canal privado, STV, até este momento, abrange apenas três províncias do sul e uma da região central.

O estudo analítico e comparativo visa compreender e ilustrar as diferenças marcantes e os aspectos comuns de ambos os telejornais, além de identificar possíveis problemas em suas construções discursivas. A análise dos ditos telejornais pretende também identificar o perfil de cada um e conhecer suas estratégias discursivas, levando em consideração o fato de que, em geral, o telejornal se insere numa grade de programação da emissora e que, em boa medida, essa grade e a localização do telejornal dentro dela podem determinar seu impacto.

Salientamos que nesse estudo de caso optamos por fazer uma análise comparativa das estratégias discursivas entre os dois telejornais. Assim, do *corpus* geral analisaremos aquelas notícias e reportagens comuns, ou seja, as notícias coincidentes, que tanto um como outro telejornal veiculou, além das não coincidentes para ilustrar aspectos relevantes na escolha das estratégias textuais e discursivas em cada telejornal. Para facilitar o estudo comparativo serão destacadas, em forma de citação direta, todas as notícias e reportagens analisadas neste trabalho.

Durante o processo de análise passamos por algumas etapas fundamentais para a compreensão do *corpus*. A primeira consistiu na observação dos telejornais. Assistimos inúmeras vezes às gravações dos telejornais e sempre que fosse necessário fazer uma análise de conteúdo. Na segunda etapa elegemos os aspectos que consideramos fundamentais para a compreensão do telejornal enquanto gênero televisual com características próprias que o distinguem dos demais programas de televisão.

A revisão bibliográfica empreendida no terceiro capítulo ajudou-nos na compreensão das teorias do discurso tratadas por Laclau e Fairclough, principalmente, pelo fato desses autores focarem suas reflexões na conexão entre discurso e contexto social. Por isso, ao analisar os telejornais com base nesses fundamentos teóricos, nossa preocupação maior é descobrir de que forma o Jornal Nacional e o Jornal da Noite constroem seus textos na conjuntura sócio-histórica, econômica, política e cultural moçambicana e como os *modos de dizer* e de *fazer crer* dos enunciadores desses telejornais podem determinar a aceitação do discurso como verdadeiro sem nos esquecermos de que essas estratégias fazem emergir

verdades que são do plano do discurso que nem sempre coincidem com a realidade dos fatos.

A análise que segue nos abre a possibilidade de um embasamento crítico sobre a maneira pela qual os recursos lingüísticos selecionados com determinados objetivos pelos dois telejornais podem conter implícita ou explicitamente relações de poder, ou seja, um tom que legitima certos grupos hegemônicos detentores de poder, seja este político, econômico ou de outra natureza.

Reforçamos o fato desse estudo estar centrado no discurso, ou seja, nos *modos de dizer* e de *fazer crer* dos enunciadores e não no processo de produção e recepção, uma vez que não nos propomos fazer um estudo de campo, embora reconheçamos a importância dessa etapa nas dinâmicas do telejornalismo, enquanto formato audiovisual.

Consideramos importantes as constatações de Fausto Neto (2002), em seus estudos, ao revelar a existência de três perfis de telejornais, de acordo com apresentação e orientação editorial. Para Fausto Neto (2002:503), existe o telejornal que se pauta pelo modelo de teatralização, que é aquele telejornal que forja a aproximação com o público por emissão de opinião e estilo próprio (ancoragem). Outro modelo é o de descrição, que apresenta as notícias como testemunhas dos fatos, o que aproxima a equipe do momento em que ocorre o fato e, ao mesmo tempo, permite o distanciamento em relação aos atores envolvidos porque “narra” a notícia. Um terceiro modelo é o de didatismo-pedagógico.

Fausto Neto (idem) considera esse último modelo de telejornal “ideal por ter um discurso preciso e comentários restritos a especialistas e âncoras com objetivo de instigar o telespectador a tirar as próprias conclusões”.

Reconhecemos a existência de outros aspectos importantes do telejornal cujo estudo seria importante, mas como dissemos, nos cingimos apenas a esses que seguem por responderem ao objetivo dessa pesquisa.

4.3 Estrutura dos noticiários

A programação da televisão se estrutura em torno de dois eixos, o da produção de programas informativos e de entretenimento. É nessa grade

diversificada que o telejornal se insere. Por isso, esta análise também leva em conta essa estrutura. Os quadros que seguem são uma amostra de um dia de programação diária das duas emissoras TVM, pública e STV, privada.

Amostra de programação da TVM, dia 1º de março de 2007.

| Horário | Programas | Observação |
|----------------|--|-------------------|
| 05:40 | Abertura de Emissão | |
| 05:45 | Ginástica | |
| 06:00 | Bom Dia Moçambique | |
| 08:00 | Jornal de Desporto | Repetição |
| 08:15 | Agenda Que Passa | Repetição |
| 08:20 | Desenhos Animados: Rugrats – Uma Aventura na Selva | |
| 09:30 | Mãozinha Talento | Repetição |
| 10:15 | Explosão Africana | Repetição |
| 11:00 | Série: Malhação (Ep. 1126). | Repetição |
| 11:30 | Culinária: Caldo Verde | Repetição |
| 12:00 | Top 10 | Repetição |
| 12:55 | Agenda Que Passa | |
| 13:00 | Jornal da Tarde | |
| 13:20 | Ver Moçambique | Repetição |
| 13:35 | Documentário: Eu e a Minha Família - Ieschayaio | Ep. 15 |
| 13:50 | Desenhos Animados: O Poderoso Kong | |
| 15:00 | Basquetebol NBA: Phoenix vs Indiana | |
| 17:00 | Série: A Jóia de África (Ep. 52) | Repetição |
| 17:45 | Ginástica | Repetição |
| 18:00 | Janela Ambiental | |
| 18:25 | TVM Notícias | |
| 18:30 | NBA – Action | Repetição |
| 19:00 | Ver Moçambique | |
| 19:15 | Jornal de Desporto | Direto |
| 19:30 | Série: Malhação (Ep. 1127) | |
| 19:55 | Agenda Que Passa | |
| 20:00 | Jornal Nacional | |

| | | |
|-------|--------------------------------------|--|
| 20:35 | Bons Sonhos | |
| 20:45 | Telenovela: Como Uma Onda (Ep. 135) | |
| 21:45 | Resumo da Liga Portuguesa de Futebol | |
| 22:30 | Espaço Musical: Papa Wemba | |
| 23:10 | Agenda Que Passa | |
| 23:15 | Último Jornal | |
| 23:30 | ChatTVM | |

Fonte: www.tvm.co.mz acesso em 1º de março de 2007

Amostra de programação da STV, dia 1º de março de 2007.

| Horário | Programas | Observação |
|---------|--------------------------------|------------|
| 00:00 | Ernest Angley | |
| 06:00 | Telediário | |
| 07:00 | Telediário - Tribuna Econômica | Repetição |
| 08:00 | Sítio do Picapau Amarelo | |
| 09:00 | STV SPORT Notícias | |
| 11:00 | Samantha | Repetição |
| 12:00 | Cobras & Lagartos | Repetição |
| 13:00 | Primeiro Jornal | |
| 13:30 | Opinião Pública | |
| 14:30 | Belíssima | |
| 15:30 | MUSIC BOX | |
| 16:30 | Samantha | |
| 17:30 | Diálogos | |
| 19:00 | Cobras & Lagartos | |
| 19:55 | Jornal da Noite | |
| 20:30 | Belíssima | |
| 21:30 | Ponto Parágrafo | |
| 23:00 | STV SPORT Notícias | |
| 23:30 | Futebol | |

Fonte: www.stv.co.mz acesso em 1º de março de 2007

Pela posição que o telejornal ocupa na grade podemos ver o quanto esse gênero televisual constitui um dos programas preferenciais das emissoras, talvez por acreditarem que assistindo, as pessoas se manteriam informadas sobre os acontecimentos no país e no mundo e, mesmo que não queiram, elas acabam sendo induzidas a ver o telejornal, em parte, com o receio de se sentirem à margem do que acontece na sociedade, uma vez que os assuntos veiculados são temas de discussão em seus ambientes de convivência.

Por essas e outras razões, as emissoras investem muito na formação das equipes que trabalham nesse formato televisual para que sejam capazes de construir estratégias comunicativas que façam com que o telespectador se sinta com disposição de assistir ao telejornal.

As notícias são organizadas por blocos em que as informações são intercaladas pela ordem de prioridade de maneira a produzir efeitos de sentido de “realidade”, o que leva o telespectador a sentir-se participante do processo, pois através da própria linguagem de simples compreensão e aliada à imagem, os acontecimentos são presentificados de uma maneira mais próxima a ele.

A escalada composta por títulos breves das notícias do dia, é lida pelo apresentador. Tem a função de antecipar resumidamente os assuntos a serem desenvolvimentos no noticiário. Geralmente tem quatro chamadas e, às vezes, uma chamada apenas como podemos verificar nessas escaladas a seguir, que foram exibidas no noticiário do dia 12 de abril de 2006 e lidas pelos apresentadores Sérgio Marcos e Atanásio Marcos:

Jornal Nacional-LOCV - os acusados do caso BCM e Cardoso podem ser julgados este ano.

- Afinal a poluição da praia de Bilene foi obra da natureza.

Boa noite! Está a começar o Jornal Nacional na noite de quarta-feira.

Jornal da Noite-LOCV - transportadores semicoletivos ameaçam de novo entrar em greve em Maputo.

- Boa noite! Já está a começar o telejornal.

A partir dessa amostra de escalada e dos assuntos apresentados no noticiário da semana em estudo percebemos que o Jornal da Noite tem tendência a apresentar uma escalada mais curta em relação ao Jornal Nacional. Neste caso foi apenas uma que o Jornal da Noite destacou para em seguida falar da notícia

correspondente que durou cerca de cinco minutos. Vale ressaltar que esta notícia é a mais longa de todas da semana em questão.

Apresentador do Jornal da Noite-LOCV - está de novo iminente uma greve dos transportadores semicoletivos. Tudo porque a TRAC decidiu quebrar unilateralmente o acordo alcançado em março com os transportadores sob menção do governo. O acordo previa um desconto de 40% sobre a tarifa em vigor a partir de 10 de abril. Mas agora a TRAC quer pagar apenas 38% e entrar em vigor somente a partir de 1 de maio.

Nota coberta⁴² (repórter)- esta é a ata do encontro de 6 de março último entre a ANE, os transportadores e a TRAC. Nela pode ler-se o seguinte e passamos a citar...

Do encontro resultaram os seguintes consensos: é aceite a proposta dos transportadores de estabelecimento de um desconto de 40% sobre a tarifa em vigor. Esta medida deverá entrar em vigor até dia 10 de abril de 2006, para as classes 1 e 2. Interinamente e a partir da sexta-feira dia 9 de maio de 2006 os transportadores públicos locais de passageiros passarão a pagar as tarifas anteriores a 1 de março de 2006 sem outro desconto. Fim da citação.

(...) Em paralelo, o governo e a TRAC travaram discussões à parte que resultaram em assinatura de outro documento pelos punhos do PCA da ANE, Paulo Muchanga em representação do executivo moçambicano e do PCA da TRAC, Arthur Coy. No essencial, este documento reitera os compromissos assumidos no anterior, de conceder desconto de 40% aos transportadores a partir de 10 de abril. Esta terça-feira, 11 de abril, portanto, um dia depois da data em que devia entrar em vigor o acordo, a TRAC fez um *volt-face* através desta carta dirigida a ANE comunica que no lugar dos 40% que ela própria se comprometeu a dar de descontos apenas iria dar 38% e a partir de um de maio e não de 10 de abril, mas enumera um conjunto de 15 condições outrora não discutidas pelos transportadores que usufruíram do desconto. Na última quarta-feira, através desta carta, os transportadores reagem e fazem lembrar a TRAC que esta não estava a honrar os compromissos que assumiu a 8 de março em ata assinada por dois representantes seus. Através da mesma carta, os transportadores escrevem e passamos a citar “assim sendo apoiamos a Va. Excia. a reconsiderar os compromissos anteriormente acordados”.

Apresentador-LOCV - a TRAC diz que quando assinou as atas de 8 de março último não estava a aceitar os termos nela contidos mas sim abertura para negociar.

Off-repórter - como é de praxe, a ata leva as assinaturas das partes intervenientes para mostrar a sua concordância com o seu conteúdo. Assim para além dos referidos na peça anterior, estão lá os punhos de Bernardo Mavume e Fenias Mazive em representação da TRAC só que agora a concessionária mudou de discursos:

⁴² É nota cuja cabeça é lida em *off* pelo apresentador ou repórter e o texto é coberto com imagens. Esta nota pode ser gravada ou ao vivo.

Sonora (com diretor da TRAC) - dissemos na altura que essa idéia seria analisada e ia se fazer um estudo das operações na empresa, tanto o impacto econômico assim como impacto político e fez-se o devido estudo e foram consultados os acionistas e os credores da empresa e a decisão que foi tomada é que vamos oferecer um desconto de 38%.

Off-repórter - quanto à mudança dos prazos da entrada em vigor do acordo de 10 de abril para 1 de maio a justificação da TRAC é a seguinte:

Sonora (com diretor da TRAC) - estamos preparados para entrar com o sistema a partir do dia 01 de maio por causa de problemas informáticos internos da TRAC e também o sistema que vínhamos aplicando, da tarifa anterior, sem desconto deverá permanecer até o novo sistema de 38% entrar em vigor. Segundo soubemos, logo a seguir ao acordo de março, os quatro acionistas da TRAC, um americano, um francês, um britânico e um moçambicano e os credores da concessionária mandaram efetuar um estudo de viabilidade que concluiu um desconto de 40% seria lesivo aos interesses da empresa. A solução foi recuar.

Vale destacar também que além desse procedimento, no final da reportagem, o apresentador comentou brevemente sobre os problemas dos transportadores semicoletivos, emitindo opinião própria que, neste caso, pode ser do próprio apresentador ou do editor do telejornal:

Apresentador-LOCV - dada essa *volt-face* da TRAC, os transportadores semicoletivos da cidade de Maputo ameaçam entrar em greve. É um assunto que ainda vai dar muito pano para manga.

No noticiário desse dia vemos também uma diferença na escolha da pauta, que apresenta focos diferentes entre o Jornal Nacional e Jornal da Noite. Os *scripts* abaixo ilustram como são organizadas as notícias em cada bloco em ambos os telejornais.

Observamos que no Jornal da Noite, o terceiro bloco é reservado para as notícias internacionais e para o esporte nacional e internacional, enquanto no Jornal Nacional esses assuntos são tratados no quarto bloco e às vezes no segundo bloco.

Jornal Nacional *script* do dia 12 de abril de 2006

| Blocos | Assuntos | Fonte |
|--------|----------|-------|
|--------|----------|-------|

| | | |
|-------------------------------------|--|---------------------|
| 1º bloco (vivo) | -Julgamento dos assassinos de Carlos Cardoso -Financiamento do governo alemão para reabilitação de estradas de Inhambane -Governo de Maputo entrega dinheiro à comunidade de Mahele. -Poluição das águas da praia de Bilene | TVM |
| Publicidade (anunciantes) | Mcel Coca-Cola Ferber Alimentos Instituto de Línguas Loterias Moçambique dá Sorte Cartão de crédito Flamingo Visa Totoloto Fanta OTM-Selo made in Mozambique Gillette | |
| Publicidade institucional | Programa Quinta à Noite | TVM |
| 2º bloco (vivo) | -Lançamento do ano de aceleração do combate ao HIV-SIDA. -Expulsão de quatro médicos estrangeiros da Beira -Universidade Eduardo Mondlane prevê construção de novos edifícios. | TVM |
| Chamada (vivo) | No Togo, oito em cada dez crianças são sexualmente violadas pelos professores. Uma notícia para conferir daqui a pouco logo depois do intervalo. | SABC |
| Publicidade (anunciantes) | Mcel Coca-Cola Super Maheu International English College Vodacom Lotaria Gillette | |
| Publicidade institucional | Programa Quinta à Noite | TVM |
| 3º bloco Internacional (vivo) | -Susto de Meningite no Níger e Burkina Faso -Crianças violadas sexualmente no Togo -Parlamento francês e lei do primeiro emprego | SABC SABC BBC |
| Chamada (vivo) | Já está em Maputo para o primeiro concerto, a rainha da música gospel Rebeca Malote que vai fazer o lançamento de seu novo álbum. Daqui a pouco, no próximo bloco. | TVM |

| | | |
|---------------------------------------|---|-----|
| Publicidade institucional | Iniciativa Presidencial de Combate ao HIV/SIDA | TVM |
| 4º bloco Esporte/cultura (vivo) | -A seleção moçambicana de futebol júnior -Corrida mundial no deserto do Sahara -Concerto de musica gospel | BCC |

Fonte: pesquisa da autora 2006

Jornal da Noite *Script* do dia 12 de abril de 2006

| Blocos | Assuntos | Fonte |
|------------------------------|---|-------|
| 1º bloco (vivo) | -Transportadores semicoletivos ameaçam entrar em greve -Moçambique vai receber cerca de 300 milhões de dólares de doadores internacionais para reforço do Orçamento Geral do Estado | STV |
| Publicidade institucional | Mais detalhes sobre o assunto acompanhe mais tarde na entrevista no programa Tribuna Econômica, logo após a telenovela Senhora do Destino | STV |
| Chamada (vivo) | Ex-jornalista do semanário Zambeze apanhou oito meses de prisão por crime de chantagem. Uma notícia por acompanhar na segunda parte do Jornal da Noite | STV |
| Publicidade (anunciantes) | Dot Com LAM Tiger Center Mcel | |
| 2º bloco (vivo) | -desigualdades regionais em Moçambique -ex-jornalista condenado -Polícia de trânsito responsável pelo desvio de rotas de semicoletivos -Fronteira Ressano Garcia | |
| Chamada (vivo) | Terminou o braço de ferro entre a direção da empresa Delta Segurança e os respectivos trabalhadores. Conheça os desenvolvimentos e desta e de outras notícias já a seguir ao intervalo! | STV |
| Publicidade institucional | Instituto de Nacional de Viação | |

| | | |
|--|---|-----|
| Publicidade (anunciantes) | Cartão de crédito Flamingo Visa Moçambique dá Sorte Mcel Telecine | |
| 3 °bloco (vivo) nacional/internacional. esporte | -Primeira Ministra empossa novos diretores nacionais -Fim do conflito entre Delta Segurança e seus trabalhadores -1° Festival Internacional da Publicidade em Maputo -Futebol espanhol | STV |

Fonte: pesquisa da autora, 2006.

Nas chamadas entre blocos de notícias é freqüente, no Jornal da Noite, o apresentador anunciar outros programas e veículos da emissora, por exemplo: “estamos a transmitir em simultâneo com a Rádio SFM na freqüência modulada 94.6. Até já!”. Essa característica também está presente no Jornal Nacional como mostra esse trecho: “por mau atendimento aos doentes, quatro médicos foram expulsos, no ano passado, do Hospital Central da Beira. Veja esta notícia na segunda parte do Jornal Nacional. Para já, um breve intervalo”.

As duas emissoras TVM e STV recebem materiais de agências, como a BBC, da RTP, da SABC da África do Sul, da Rede Globo, entre outras e são retransmitidas, às vezes, sem uma reedição prévia. Os editores locais simplesmente se limitam em traduzir e ler em *off* essas notícias.

Segundo Enoque Jerônimo, diretor comercial da STV, a emissora tem parcerias com a LIM Group, e-TV, e MNET (Canais Sul Africanos) e a BBC. Tem acordo com a TV Globo para a transmissão de novelas e é também parceira do Canal Futura, em co-produções de programas *Globo Ecologia*, *Um Pé de Quê*, além da transmissão do *Sítio do Pica Pau Amarelo*, *Saber Mais*, *Sexualidade e Viagem Para*.

A TVM é filiada da União das Rádios e Televisões Nacionais Africanas (URTNA) e da South African Broadcasting Corporation (SABA).

4.4 O cenário e as vinhetas dos telejornais

A forma de organização textual e de todos os recursos do telejornal varia de um a outro telejornal. Começando pelo cenário do Jornal Nacional, o início da

emissão tem como imagem o globo em cor azul, que gira em torno do seu eixo enquanto o apresentador lê as manchetes, que são breves, em torno de três ou quatro. A câmera faz um movimento de abertura do geral para o particular e vai fechando o foco paulatinamente no apresentador.



Fig 1: Quadro que apresenta a vinheta do jornal



Fig 2: Durante a apresentação do telejornal

Essa posição inicial do apresentador do Jornal Nacional enfatiza o logotipo do jornal, em contrapartida enfraquece a autoridade da figura do apresentador que não cumprimenta o público de frente como faz o apresentador do Jornal da Noite.

Como painel de fundo, atrás do apresentador estão fixas duas telas de televisão fazendo uma simetria com a cabeça do apresentador. Nelas são transmitidas algumas imagens que fazem parte do noticiário do dia. A posição dessas telas, pouco acima da cabeça do apresentador é péssima, pois, além de dispersar a atenção do telespectador, muitas vezes, as imagens que nelas são passadas em simultâneo com a fala do apresentador nem sempre coincidem com o que este diz no momento. (ver figura 2 acima).

O cenário do Jornal da Noite é um mapa-mundi de cor azul. No início do jornal, a câmera abre em *close* no apresentador que cumprimenta o telespectador, e gradualmente a imagem se amplia para mostrar todo cenário com o continente africano no centro como se pode ver nessas figuras abaixo.



Fig 3: Quadro que acompanha a vinheta do Jornal Fig 4: Durante apresentação do Jornal

A vinheta de apresentação do telejornal identifica-o dos outros programas. Em seguida o apresentador anuncia as manchetes de forma rápida. O recurso de movimento de câmera, do plano particular ao geral, dá a sensação de proximidade entre o apresentador e o telespectador. Nesse sentido, é interessante perceber como cada emissora trabalha o aspecto de credibilidade através de *slogans* para reforçar a imagem de seriedade.

A Soico Televisão apresenta na tela: “STV, onde a gente se vê”. Sem dúvida essa expressão nos remete às relações sociais, se considerarmos a emissora STV como espaço de encontro dos amigos, dos sujeitos que compartilham um mesmo repertório cultural e realizam suas trocas simbólicas diariamente ao assistir ao telejornal da STV. E, muito mais do que isso, pois, o *slogan* “STV, onde a gente se vê” nos remete à criação de um lugar privilegiado de visibilidade midiática.

O *slogan* “STV, onde a gente se vê” nos remete ao da Rede Globo de televisão que diz e mostra: “Globo, a gente se vê por aqui”. Essa proximidade entre a STV e a Rede Globo, sem dúvida, traz benefícios para ambas. A primeira ganha na imagem que ela mesma quer vender de uma emissora moderna, equipada, conectada com a atualidade. Já a TV Globo ganharia mais visibilidade no exterior e conseqüentemente mais telespectadores e fãs compradores de seus produtos simbólicos como novelas, filmes, música, programas informativos, entre outros.

Mas, ao mesmo tempo, essas estratégias são questionáveis uma vez que são previsíveis mais perdas do que ganhos para a própria STV se comparado com a Rede Globo que já se firmou no mercado tanto nacional quanto internacional. É assim que nos indagamos sobre questões ligadas à identidade de cada emissora, a criação de sua própria marca que seja única.

Ao primar por esse tipo de paráfrase, parece-nos que a STV está mais interessada pelo viés comercial do que pela criação de sua própria identidade, enquanto operadora local que pretende “ser o principal grupo de comunicação social na África Austral”, de acordo com os objetivos expressos em seus documentos oficiais.

Na emissora pública, o *slogan* da TVM realiza uma função apelativa: “TVM, a nossa televisão. Estamos todos aqui”. O sentido dessa expressão é reforçar a idéia de emissora pública, sugerindo assim uma pertença ao mesmo país. Com essa

estratégia, a TVM busca convencer o telespectador a acreditar nela e a vê-la como espaço comum que pertence a todos os moçambicanos, por serem cidadãos de um mesmo Estado-nação, evocando assim o direito de todos à informação, preconizado pela constituição da república.

Os dois textos “TVM, a nossa televisão, estamos todos aqui” e “STV, onde a gente se vê” são *slogans* que buscam construir um discurso de inclusão de todos, com intuito de levar o telespectador a se identificar com a emissora. Através de seus *slogans*, ambas as emissoras procuram reforçar o aspecto de lugar de possíveis interações sociais entre os telespectadores.

Essa nova configuração da vida social induz-nos também a refletir sobre a noção de lugar, enquanto espaço comum. O espaço sugerido pela televisão e, neste caso, pelos *slogans* das duas emissoras, não se limita apenas à dimensão física, à telinha. Trata-se de um espaço midiático de articulação das idéias, e também de possíveis interações sociais através do qual é possível estar a par dos acontecimentos do país e do mundo.

Não se pode negar que a televisão possibilita um fluxo contínuo de informações e de imagens que fazem parte de um cotidiano vivido pelos telespectadores. Por isso, os *slogans* “TVM, estamos todos aqui” e “STV, onde a gente se vê” remetem-nos a pensar no aspecto do estar junto, do compartilhamento do mesmo conteúdo simbólico, do país. Apesar da diversidade cultural, étnica e lingüística, existem aspectos comuns que interessam a todo moçambicano, a saber: “os mitos de origens, os rituais e os símbolos, a orientação a valores, a história partilhada, que são elementos constitutivos de auto-referência identitária”. (Santos, 2006:314).

A análise das edições dos noticiários de ambos os telejornais possibilita-nos compreender as tendências marcantes de cada um, em que se busca, entre outras coisas, evitar conflito, silenciar pontos de vista contrários aos das emissoras e aos daqueles que exercem alguma influência nos meios de comunicação. Essas vozes seriam capazes de orientar as maiorias para uma postura mais crítica em relação à realidade construída e sustentada pelos telejornais, e pela mídia em geral que é mostrada como verdade absoluta e irrefutável.

A naturalização do discurso é outro aspecto que aparece com freqüência em ambos os telejornais, pois, muitas vezes, as tensões sociais não são mostradas e, quando o são, não recebem o destaque que mereceriam. Com essas estratégias,

parece que os objetivos do Jornal Nacional e do Jornal da Noite passam pelo estabelecimento de uma certa ordem política, social e comercial. Disso resulta uma certa exacerbação das tensões sociais que se mostra através da organização textual dos telejornais.

Por isso, o público telespectador precisa estar atento para saber identificar qualquer tipo de manipulações presentes nas construções discursivas dos telejornais, e não se conformar com o que é dito e à forma como é dito.

4. 5 Temáticas e critérios de noticiabilidade

Consideramos importante analisar as temáticas desenvolvidas pelos dois telejornais. Através da análise dessas temáticas, da sua frequência nos noticiários da semana estudada é possível saber os temas mais agendados em cada telejornal.

A frequência na apresentação das temáticas revela a incidência de critérios de noticiabilidade da emissora, e principalmente as escolhas, as preferências da emissora e não somente da equipe que elabora o telejornal em focar determinados temas que interessam ao público.

Embora o período estudado, de apenas uma semana, seja curto para tirarmos conclusões definitivas, é importante ressaltar que encontramos uma frequência significativa na apresentação de determinados temas nos noticiários de ambos os telejornais. Percebemos que as temáticas educação e cultura, saúde e saneamento, segurança pública e infra-estrutura são inseridas nos ambos os telejornais na mesma proporção, o que mostra uma preocupação das emissoras em discutir sobre isso com seu público-alvo.

| Assuntos abordados entre os dias 08 e 16 de abril de 2006 | TVM | STV |
|--|------------|------------|
| Governo e poder público | 21 | 8 |
| Educação e cultura | 5 | 6 |
| Saúde e saneamento | 4 | 4 |
| Economia e comércio | 4 | 5 |
| Segurança pública | 5 | 5 |
| Criminalidade | 3 | 2 |
| Agricultura e pecuária | 3 | 4 |
| Meio ambiente | 2 | 2 |
| Infra-estrutura e transporte | 5 | 6 |
| Sociedade (variedades) | 7 | 5 |
| Denúncia | 1 | 1 |
| Total | 62 | 48 |

Vale ressaltar que neste quadro não contemplamos as notícias sobre esporte, cultura e outros temas menos polêmicos pelo fato de não constituírem motivo de disputa entre ambos os telejornais.

As realizações do governo aparecem em proporções mais amplas na emissora pública. Essa é uma tendência constante no país, num ambiente em que se está a aprender a valorizar as diferenças partidárias, ideológicas, étnicas e culturais, mas apesar dos passos que se tem dado na construção da democracia, o tempo de exposição na mídia e, sobretudo, na televisão entre as figuras públicas, ainda é desigual, pois os membros do governo possuem maior tempo e espaço do que outras figuras e personalidades da sociedade civil organizada. Essa tendência confere, até ao presente momento, a hegemonia do governo na propagação de seus ideais e de suas propostas de governação, embora não seja aprovado em tudo pela esmagadora maioria da população.

Na televisão, a construção da notícia pauta-se por dois princípios básicos: a velocidade e a atualização constante. As formas de construção, que constituem os critérios de noticiabilidade, são estratégias que possibilitam a legitimação e o reconhecimento de um determinado discurso midiático como credível.

Os critérios de noticiabilidade são entendidos como o potencial que os eventos têm de serem convertidos em notícia. Wolf (2003) utiliza o conceito de noticiabilidade para descrever a aptidão que um evento deve apresentar para se tornar notícia. Destacam-se em geral os critérios de ineditismo, proximidade, atualidade, e caráter de interesse público, entre outros. São formas pelas quais os eventos sócio-culturais do cotidiano do mundo da vida são percebidos, captados, interpretados e veiculados pelos meios de comunicação de massa, neste caso, pelos telejornais.

Segundo Wolf, a noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos para adquirirem a existência pública de notícia. Não adquirindo o estatuto de notícia, o acontecimento é excluído do elenco de informações midiáticas e permanece como "matéria-prima".

Para adquirir o nível de notícia, portanto, o fato necessita ter as qualidades chamadas valores-notícia, cujo referente comum deve ser sempre a realidade. Tomamos como primeiro exemplo a reportagem que relata sobre a poluição das águas da praia de Bilene. Durante algumas semanas a água da praia de Bilene ficou poluída, os peixes morreram, os turistas que insistiam em tomar banho sentiam

alergias na pele, e a atividade econômica foi interdita naquela que é considerada uma das mais lindas praias da região sul de Moçambique.

Essa notícia foi transmitida no Jornal Nacional e no Jornal da Noite e, naturalmente, mereceu tratamento diferente em cada um dos telejornais. Importa desvendarmos agora as estratégias e procedimentos discursivos mobilizados por cada telejornal para levar seu enunciário a vivenciar o problema. Nosso objetivo é descobrir o tipo de recursos lingüísticos e audiovisuais que foram adotados pelos telejornais, além dos *modos de dizer* e de *fazer crer* que ambos os telejornais investiram na reportagem para informar os telespectadores sobre o problema da poluição da praia.

No Jornal Nacional o apresentador disse num tom calmo e descontraído: “afinal a poluição da praia de Bilene foi obra da natureza”. Essa enunciação mostra-se frágil, uma vez que é apresentada a natureza como a “autora” da poluição e não um sujeito sensível e visível-o ser humano, por isso, pode criar um efeito de sentido de desinteresse por parte do enunciário.

O Jornal da Noite enfatiza o tom sensacional e explora o lado emotivo do telespectador a partir dessa chamada, lida com uma velocidade acelerada: “o governador de Gaza desmente que existia poluição na praia”. É um *modo de dizer* que desperta a atenção do telespectador porque fica desejoso de saber mais sobre o assunto e as possíveis razões que levaram a autoridade máxima da província a desmentir sobre a existência da poluição. É um recurso que cria expectativa, um estado de suspense porque já sugere um possível conflito entre os sujeitos envolvidos com o desastre ambiental.

O regime discursivo, ou seja, os modos de dizer, de mostrar, de interpretar, a questão sensível, no sentido da ordem do contato, do sensorial, do afetivo, de captação por uma via de identificação entre outros aspectos, são fatores que podem interferir no processo comunicacional e fazer com que um programa conquiste ou não, audiência significativa. No caso do telejornal, há que se ter presente a concorrência com outros, além das diversas mídias de informação como o rádio e a internet⁴³, que são mais rápidas na publicação de notícias do que a própria televisão,

⁴³ Os repórteres da internet também necessitam ir ao local do acontecimento, exceto nos casos em que adquirem os materiais de terceiros como agências de notícias ou internautas particulares. Mesmo assim, a Internet leva vantagens na velocidade de suas transmissões em relação à televisão pelo fato de sua cobertura não precisar de tanto equipamento como a da televisão.

que para cobrir os acontecimentos precisa de tempo suficiente para deslocar suas equipes de repórteres, de equipamentos e de outros tantos acessórios de que necessita para a construção das notícias.

Depois da chamada, outro procedimento discursivo e narrativo usado por ambos os telejornais é o ritmo. Para Becker (2005:83) “o ritmo do telejornal não resulta apenas do tempo de produção e de veiculação de qualquer noticiário. A edição e o formato das matérias também são determinantes, ambos marcados pela brevidade”. Nesse sentido podemos verificar nesse trecho abaixo como o apresentador Sérgio Marcos do Jornal Nacional leu a cabeça da notícia num ritmo de leitura linear sem marcar ênfase em algum aspecto:

Jornal Nacional - LOCV - a poluição registrada há dias na praia de Bilene, em Gaza, resultou de um fenômeno natural. Entidades governamentais explicaram hoje em conferência de imprensa, que não houve ação humana ou química que provocasse a contaminação das águas e garantiu que as condições naturais e normais estão repostas na concorrida praia de Bilene.

A notícia segue o mesmo ritmo da chamada sem acrescentar outras novas informações que poderiam enriquecer a percepção do quadro da poluição da praia. Já o ritmo empreendido pelo apresentador Atanásio Marcos do Jornal da Noite é mais rápido:

Jornal da Noite - LOCV - Boa noite! O governador de Gaza desmente que existia poluição na praia do Bilene. Para provar Djalma Lourenço foi àquela praia e deu um mergulho. A STV esteve no local, acompanhou tudo e conta-nos de seguida o que viu:

As narrativas jornalísticas dos dois telejornais são muito marcadas por enunciados do fazer que projetam pessoas, espaço e tempo, além de sugerir determinados valores. Vistos como destinadores-enunciadores, os telejornais adotam vários recursos de enunciação que possibilitam a criação de efeitos de sentido e a interação entre os interlocutores do discurso.

4.6 Os agentes do discurso do Jornal Nacional e Jornal da Noite

O agente de qualquer discurso pode ser individual ou coletivo; figurativo (antropomorfo ou zoomorfo) ou não-figurativo (o destino), ou seja, não só figuras humanas podem ser agentes, como também figuras não-humanas são investidas de algum papel actancial e temático. Essa definição de agentes de discurso

apresentada pela semiótica discursiva nos ajuda a compreender e a visualizar como o Jornal Nacional e o Jornal da Noite instauram os agentes de discurso nas notícias.

Os apresentadores têm a missão de anunciar os assuntos do dia, estabelecendo conexões entre uma e outra notícia através de notas, chamadas e outros comentários breves, além de orientar a entrada de repórteres nas matérias e/ou agradecer a participação desses nas entradas ao vivo ou em passagens, sem tecer comentários sobre o que está sendo falado no momento.

Como já dissemos, no segundo capítulo, os apresentadores de ambos os telejornais têm a função de ler o noticiário, sem tecer comentários próprios. Mas, às vezes, o fazem brevemente quando, por exemplo, classificam um dado acontecimento dizendo "... que bonito...!".

O mito de imparcialidade prevalece ainda no telejornalismo moçambicano; isso pode ser percebido no reforço do factual, das notícias que dizem respeito apenas ao que aconteceu e, em geral, não se dá uma continuidade do assunto, principalmente quando se trata de matérias de denúncias, de "assuntos quentes" para que o público acompanhe o desfecho dos mesmos nos dias subseqüentes.

As narrativas jornalísticas, que constituem maneiras de organizar e explicar os acontecimentos, são muito parecidas nos dois telejornais. A diferença reside na escolha de focos e enquadramentos e na forma de cruzamento de fontes ouvidas. Em geral, as matérias abrem com um assunto factual e só depois é que se mostra o personagem "envolvido" ou o entrevistado. Raramente as matérias iniciam com histórias dos personagens como acontece no jornalismo brasileiro, por exemplo.

Na reportagem já mencionada podemos verificar como cada telejornal tratou o assunto, que aspectos foram enfatizados e como os agentes de discurso foram inseridos.

Jornal Nacional, edição de 12 de abril de 2006

Apresentador-LOCV - a poluição registrada há dias na praia de Bilene, em Gaza, resultou de um fenômeno natural. Entidades governamentais explicaram hoje em conferência de imprensa, que não houve ação humana ou química que provocasse a contaminação das águas e garantiu que as condições naturais e normais estão repostas na concorrida praia de Bilene.

Off 1- em conferência de imprensa conjunta dada hoje pelos Ministérios de Turismo, Pescas e da Coordenação ambiental e Transportes e comunicações desdramatiza a poluição registrada há dias na praia do Bilene, província de Gaza. Os esclarecimentos baseados no estudo realizado pela Universidade Eduardo Mondlane

indicam que as manchas negras detectadas na lagoa de Bilene não resultam de derrames de hidrocarbonetos. A poluição verificada há dias não tem derivados de petróleo. Segundo explicações técnicas trata-se de um fenômeno biológico e natural que ocorre sempre em pequenas proporções. Desta vez tornou-se visível a olho nu devido à sua intensidade. Entretanto, não há informação sobre o perigo que pode representar a banhistas. Sabe-se apenas que provoca no homem irritação na pele e no ambiente torna as águas escuras.

Sonora (com Diretor das zonas costeiras) - o fenômeno registrado no Bilene é natural e correspondeu ao chamado “hacker” que em português corresponde à proliferação de micro-algas prejudiciais.

Off 2 - o estudo nacional com resultados aproximados às análises laboratoriais feitas na África do Sul recomenda o levantamento da interdição que havia sido feita às atividades econômicas na praia do Bilene, incluído o banho. E as águas do Bilene será que estão limpas?

Sonora (com Diretor das zonas costeiras) - o que nós podemos dizer é que a situação está a melhorar. E para dizermos se as águas estão limpas, primeiro devíamos ter medido a situação normal das águas do Bilene antes de acontecer o “boom”. Isso nunca foi feito.

Nota coberta - devido à poluição morreram muitos peixes, mas não há informação sobre complicações de saúde humana, resultantes do consumo de mariscos do Bilene. O fenômeno afetou a atividade econômica porque muitos turistas passaram a evitar a praia. Algumas reservas do estrangeiro para a semana da mulher e da páscoa foram anuladas e isso não agradou aos operadores turísticos. Com uma capacidade de hospedagem de cerca de 600 camas, a praia do Bilene tem recebido, por vezes, três mil turistas.

Jornal da Noite, edição do dia 15 de abril de 2006

Apresentador-LOCV - Boa noite! O governador de Gaza desmente que existia poluição na praia do Bilene. Para provar Djalma Lourenço foi àquela praia e deu um mergulho. A STV esteve no local, acompanhou tudo e conta-nos de seguida o que viu:

Off 1 - Djalma Lourenço foi a Bilene como um turista qualquer com a clara intenção de desmentir a existência de qualquer poluição nesta praia.

Sonora (com o governador) - quando eu vejo esta água e entrei, como vocês puderam ver, nessa água aqui eu não estou a ver nada de poluição até que me provem por A + B que a água está poluída. Eu continuo a manter o que sempre disse.

Off 2 - (repórter) - para Djalma Lourenço, a substância que se pode ver nessas águas não são fruto de algas marinhas tal como as análises da investigação pesqueira sugerem. São isso sim, produto das chuvas aquando do vendaval que se abateu para a província no mês passado. Por isso, diz não haver motivo para tanto alarido, pois essas águas estão tão turvas como de outras de deferentes praias do país.

Sonora (governador) - lá onde cresci, na Beira, quando nós fôssemos à praia, tomávamos banho, voltávamos para casa, depois de muito tempo com a água da praia no corpo é normal sentir-se

algumas irritações. Mesmo lá sem exames (...) porque é efeito do próprio sal.

Passagem - já o Ministro da Coordenação Ambiental contraria a opinião do governador da província de Gaza e reconhece que a substância pode criar algumas complicações menos graves aos banhistas.

Sonora (Ministro do Ambiente) - cria alguma irritação à pele, mas é apenas essa questão de alergias que podem aparecer.

Repórter - É perigoso nesse caso para a pele?

Sonora (Ministro do Ambiente) - segundo a análise que nós temos, não é assim muito perigoso, mas para os peixes realmente naquela asfixia imediatamente eles morrem.

Nota Pé (repórter) - mesmo assim, o governador da província de Gaza incentiva o turismo nacional e estrangeiro a regressar a esta praia, uma das mais visitadas no sul do país.

Logo no início percebemos uma diferença na apresentação do fato, na escolha de valores e no foco de abordagem. A notícia foi exibida pelos dois telejornais em dias diferentes. Mais adiante analisaremos esse aspecto com mais detalhes no item sobre enquadramentos, mas pressupomos que isso se deva a fatores organizacionais e do grau de relevância que cada telejornal atribuiu ao tema.

Uma grande semelhança entre o Jornal da Nacional e o Jornal da Noite é o fato de ambos terem como principais personagens visíveis em seus noticiários, os membros do governo, embora o Jornal da Noite busque criar certo equilíbrio na escolha de fontes entre oficiais e não oficiais. A ênfase com que o Jornal da Noite insere os governantes em suas notícias cria tensões que podem suscitar debate público sobre o assunto em questão.

Nessa reportagem pode ser notado como os dois telejornais noticiaram a existência da poluição da praia de Bilene. O Jornal Nacional expôs uma única versão baseada em fontes governamentais que confirmaram o problema e apontaram a natureza como causadora desse desastre. O Jornal da Noite, por outro lado, direcionou seu foco nas causas da poluição e nas possíveis conseqüências na saúde das pessoas.

Para constituição da notícia, o Jornal Nacional privilegiou apenas fontes e autoridades de escala nacional, ao nível dos Ministérios, enquanto o Jornal da Noite, além de recorrer às mesmas fontes governamentais de escala nacional, ouviu também a autoridade local, o governador da província, cuja versão contradiz a que foi sustentada pela instância superior a dele.

Ao não cruzar opiniões divergentes, o Jornal Nacional, optou por um viés tranquilizador, de que a situação já estava sob controle das autoridades responsáveis. Já a estratégia do Jornal da Noite, de mostrar contradições nas duas versões apresentadas pelas fontes de nível nacional e local, pode levar o telespectador a se questionar e a buscar por informações que complementem a sua percepção sobre o assunto.

Ainda em relação a fontes ouvidas nas reportagens que compõem o *corpus* da pesquisa, encontramos uma semelhança nos dois telejornais, pois apresentam um número elevado de fontes oficiais e com maior incidência no Jornal Nacional. Este apresenta 58% de fontes oficiais que incluem governo, especialistas e poder público, enquanto para o mesmo tipo de fonte o Jornal da Noite tem 50%. Portanto, a diferença entre ambos no uso de fontes oficiais, sobretudo governamentais é de apenas 8%.

Esses números revelam a tendência do jornalismo moçambicano em privilegiar as fontes oficiais e, pelo conhecimento que temos do contexto da mídia moçambicana, podemos afirmar com suficiente segurança que se criou no país uma cultura da dependência dos jornalistas às fontes governamentais.

Em todo conteúdo telejornalístico encontramos as marcas figurativas e discursivas dos sujeitos que agem ou atuam no telejornal. São essas marcas que Braga (*apud* Fausto Neto, 1997:107) designa “lugar de fala”, que decorre da construção de uma determinada “lógica” no trato de uma situação concreta. Na visão de Braga esse lugar de fala não é inteiramente pré-existente à fala: ele se constrói na trama entre a situação concreta com que a fala se relaciona, a intertextualidade disponível, e a própria fala como dinâmica selecionadora e atualizadora de ângulos disponíveis e construtora da situação interpretada.

Ao transpormos essa concepção para os telejornais moçambicanos, percebemos que ambos ocupam um lugar de fala de destaque na sociedade moçambicana como conhecedores das dinâmicas do funcionamento dos milhares de setores existentes no país e como construtores e fontes de produção e difusão de conteúdos diversos para o telespectador. Isso está presente em seus textos como mostra essa chamada do Jornal da Noite:

Apresentador - LOCV - Boa noite! O governador de Gaza desmente que existia poluição na praia do Bilene. Para provar, Djalma Lourenço foi àquela praia e deu um mergulho. A STV esteve no local, acompanhou tudo e conta-nos de seguida o que viu.

Nesse trecho, o ator que aparece tem nome próprio (Djalma Lourenço), ocupa um determinado cargo (governador) que lhe dá autoridade e, por isso, tudo o que profere e faz em público tem seu peso de responsabilidade.

Em ambos os telejornais é apresentada a figura do governante como um sujeito dotado de competências de *dever-fazer* e de *poder-fazer*. E ainda consideramos que os dois telejornais também se constituem como sujeitos com competência do *saber-fazer*. Tanto o Jornal Nacional quanto o Jornal da Noite apresentam essa competência modal que se realiza com base em seus conhecimentos técnico-profissionais e científicos, por isso, o telespectador pode validar e acreditar nesses valores.

Outra competência inerente à posição de enunciador é a de *poder-fazer*, que, em princípio, ambos os telejornais apresentam em suas transmissões. Nesse aspecto, tanto o Jornal Nacional quanto o Jornal da Noite exercem seu *poder-fazer* ao mobilizarem suas equipes aos locais dos acontecimentos com intuito de mostrar o problema *in loco* e com isso satisfazer a ansiedade de informação do enunciatário.

Ao longo da notícia, o Jornal Nacional revela uma debilidade em seus procedimentos narrativos e discursivos, pois muitos fragmentos são lidos em *off*, o que mostra esse telejornal como um enunciador que não faz parte do enunciado, portanto, prefere ficar oculto. Em grande parte da enunciação o Jornal Nacional delega voz a outros sujeitos, todos eles representantes do governo, como já vimos: “... entidades governamentais: Ministérios de Turismo, Pescas e da Coordenação Ambiental e Transportes e Comunicações...”.

Essa delegação de voz a outro sujeito pode ser vista durante o telejornal do dia 09 de abril de 2006 cuja notícia denuncia a alienação de casas do Estado moçambicano a filhos de duas ministras. Trata-se de um novo espaço criado pela TVM, designado *Com a Imprensa* que foi ao ar, pela primeira vez, nesse domingo dentro do Jornal Nacional.

Apresentadora - LOCV - conforme prometemos vamos a seguir apresentar alguns assuntos reportados pelos principais semanários que se publicam no país. O destaque vai para a alienação de casas do Estado a filhos de membros do governo. A denúncia é feita pela senhora Graça Machel sobre o tráfico de influências na Frelimo, entre outras matérias.

Off1- casas do Estado alienadas a filhos de Ministros - a capa do jornal *Savana*. O jornal refere que um filho da atual ministra dos

negócios estrangeiros teria ficado com a antiga casa da embaixada da Holanda, e, uma outra, que pertencia a USAID teria sido apoderada por um dos filhos da primeira ministra Luisa Diogo. O semanário questiona, na sua reportagem, o critério que está a ser aplicado pelo Estado para cedência de casas geridas pela APIE. Na cidade de Maputo, essas casas são em número de cento e vinte. Uma outra notícia em destaque no Savana vem na página cinco Graça Machel denuncia a compra de votos por membros da Frelimo para ocuparem um cargo no Comitê Central-o principal órgão de decisão do Partido no poder em Moçambique. Segundo Graça Machel, a compra de votos para ascender àqueles cargos ocorre freqüentemente nas conferências distritais, provinciais, resigistrando-se algumas vezes, em Congressos do Partido. O semanário *Domingo* destaca a mensagem deixada pelo Presidente de República, Armando Guebuza nas quatro províncias que visitou no âmbito da Presidência Aberta. Segundo o chefe do Estado, na luta contra a pobreza não basta lenha e a panela. Segundo Guebuza ninguém pode ficar à espera da sorte apelando o povo a trabalhar e a produzir a sua própria riqueza. O *Zambeze*, na rua todas as quintas-feiras fala sobre a fraude no ex-BCM, de 150 milhões de dólares entre 1992 e 1996 e diz que a Procuradoria Geral da República ouviu Vicente Ramaia. O *MEIANOITE*, na sua edição desta semana dedica o maior espaço o aniversário da criação da Associação Médica de Moçambique. Sobre o assunto, o jornal fala do salário do médico moçambicano e a disputa com o Ministério da Saúde para a solução do problema.

Apresentadora-LOCV - esses alguns dos assuntos que serão abordados no espaço *Com a Imprensa* que a partir de hoje passará a ir ao ar todos os domingos no Jornal Nacional. Como convidado temos o Jornalista Augusto Carvalho.

Apresentadora-LOCV - Boa Noite Augusto Carvalho! Acha que há alguma irregularidade em relação à alienação de casas do Estado a filhos de governantes moçambicanos ou por outras palavras, porque é que o Conselho de Ministros iria receber as casas e não o Estado a distribuí-las a pessoas singulares?

Sonora (entrevistado) - Boa noite Hermínia e boa noite senhores telespectadores. Em primeiro lugar, dizer que o fato de ser filho de ministro, filho de ministra que é o caso que está aqui, não confere nenhum direito nem nenhum desfavor a quem é filho. Ser filho de ministra não é nenhuma característica relevante da personalidade, por conseguinte, somos todos iguais perante a lei. O caso que me está a colocar aqui, eu li no jornal Savana e da leitura que eu fiz resulta que duas casas foram atribuídas, e o jornal Savana traz essas indicações bastante que essas casas foram atribuídas a dois filhos de duas ministras: a primeira ministra e a ministra dos negócios estrangeiros. Essas casas foram atribuídas a dois filhos maiores, por conseguinte, eles não podem ser prejudicados pelo fato de serem filhos de ministras, mas por outro lado, também não podem ser favorecidos pelo fato de serem filhos de ministras. O Jornal não nos dá suficientes indicações para sabermos se este processo foi ou não regular segundo normas legais. Os fatos que nos apontam o jornal são apenas em relação às casas que lhes foram atribuídas seguindo o processo do APIE. Parece-me, no entanto, que esses casos deviam ser esclarecidos devidamente porque para ser honesto é

preciso parecê-lo também e pode muito bem acontecer que nesses casos tenha havido tráfico de influências, tenha havido nepotismo, tenha havido abuso de poder, etc. Eu acho que isso deve ser tornado público, eu acho que o governo tem obrigação de esclarecer esses fatos. Pode também não ter havido nada porque as duas personalidades em causa são maiores e, por conseguinte, têm todo o direito e como qualquer cidadão maior eles não podem ser prejudicados pelo fato de serem filhos de ministras. Por outro lado, há que ver que o governo nesses casos tem obrigação estrita de quando há dúvidas e dúvidas sérias, e neste caso, que se podem colocar e dar satisfação ao povo porque o governo, no fundo, é o empregado do povo. Foi o povo que o elegeu. É para servir, para fazer a vontade desse mesmo povo que está materializada, por exemplo, em grandes linhas, na constituição, que é uma constituição que diz que o nosso Estado é de direito democrático e de justiça social. Por conseguinte, eu não conheço bem os contornos do caso, portanto, tenho que me limitar um pouco à teoria geral já que o jornal que publica dá-me o fato enquanto fato, mas, depois não me dá as circunstâncias.

Apresentadora - LOCV - Augusto Carvalho! Vamos comentar também o caso da senhora Graça Machel que denuncia tráfico de influências na Felimo. Onde é que está o interesse para a compra de votos para o Comitê Central?

Sonora (entrevistado) - olha Hermínia eu não sei se devo comentar a notícia ou se devo comentar o fato. Eu penso que devo comentar a notícia. Ora, para eu comentar o fato, eu tinha que acreditar, ti há que fazer um ato de fé na notícia. A mim custa-me muito fazer ato de fé e acho que jornalisticamente e cientificamente a gente não deve fazer ato de fé, isso é próprio das religiões. Esse tema foi publicado pelo jornal que se edita em Nampula, o *Wamphula Fax*, segundo disse também o *Savana* e disse que a doutora graça machel afirmou isso mesmo-diz o jornal. Partamos do princípio que disse, mas também podemos partir do princípio que não é bem assim porque nós sabemos que às vezes há umas certas deturpações, eu não estou a dizer que haja deturpações ou que não haja, só quero apenas dizer que não posso fazer um ato de fé cega naquilo que diz o jornal. Por outro lado, parece-me um pouco desagradável que isto aconteça, mas também me parece que a doutora Graça Machel com a personalidade da senhora, o ela tem com os diversos cargos que ela tem tido, membro sênior da Frelimo, membro do Conselho de Estado que não devia limitar-se a fazer o papel dos jornalistas que às vezes dizem há tráfico disto há tráfico daquilo, etc. Parece-me que devia dizer os nomes. Eu acho que a um dirigente não se pede que venha dizer no meu ministério ou aqui e acolá há gente que faz isto etc, etc. A mim parece-me que devem dizer aquilo que se passa ou então acionarem os mecanismos dentro do partido para resolverem esses problemas porque eu não sei se isso existe ou não existe, a não ser que eu também faça um ato de fé cega na senhora Graça Machel e eu isso também não faço!

Apresentadora - LOCV - ainda há tempo para mais um comentário para uma notícia também reportada no jornal *Savana*, de um jornalista que foi acusado de extorsão, que já esteve na cadeia civil, passou pela BO e agora está na cadeia da Machava. Por que é que o acusado não pode aguardar julgamento em liberdade condicional?

Sonora (entrevistado) - isso não se trata propriamente de uma notícia, trata-se de uma lucral que o *Savana* na sua coluna...uma coisa que se coloca na última hora para fechar o jornal; quer dizer, as coisas são muito inexatas. Mas aquilo que me pareceu perceber é que é um jornalista que foi preso porque foi encontrado a subornar alguém para publicar notícias. O jornal diz a coisa assim por meias palavras. O que me parece é que este jornalista, ou seja, quem for, tem direito a um processo, e, pelos visto, segundo diz aqui, mas numa linguagem um pouco leve, diz aqui que este jornalista está na cadeia, tem passado de cadeia para cadeia. Ora, o jornalista tem direito a um processo; a sua prisão devia ter sido convalidada pelo juiz, não sei se foi convalidada ou não foi convalidada, por outro lado, não me parece a mim que neste caso haja razão para continuar a mantê-lo em prisão, se se trata desse fato, portanto, estou apenas na teoria, porque para se manter em prisão são necessárias fundamentalmente três coisas: que ele contribua para que a paz jurídica, o ambiente social se perturbe, que ele possa voltar a cometer o mesmo fato, e, nada disso me parece que seja normal. Portanto, ele goza de presunção de inocência, ele como pessoa tem direito à liberdade e a liberdade só lhe pode ser tirada depois de elisão de todos esses problemas. Mas o jornal também não pe suficientemente claro para eu poder ir mais além.

Apresentadora - LOCV - muito obrigado Augusto Carvalho. Foram os comentários do jornalista e também jurista, sobre assuntos que foram noticiados ou reportados em semanários do nosso país. Foi mais um *Com a Imprensa*, ou melhor, o primeiro!

Com esse tipo de estratégia pressupomos que o Jornal Nacional pretende se isentar de possíveis problemas de censura por parte de quem controla a emissora, neste caso, o governo. Essa característica tem sido constante nas estratégias do Jornal Nacional ao buscar fundamentar suas informações com base nos saberes dos entrevistados, que por sinal são predominantemente membros do governo instituído.

Na reportagem sobre a poluição, em ambos os telejornais há uma figurativização da ordem dominante que é colocada no centro dos eventos-notícia. Através de seu estilo oficialista e com inúmeras reiterações, nessa reportagem sobre a poluição da praia de Bilene o Jornal Nacional limita-se a descrever o acontecimento e reforça a figura do governo enquanto autoridade possuidora de competências: do *querer*, do *saber*, do *fazer* e do *poder*. Esse procedimento estabelece, ao mesmo tempo, aquilo que Landowski (1992) designa de “oposição binária-governante/ governado. O primeiro como sujeito competente e o segundo como sujeito julgador”.

Um aspecto comum nos dois telejornais é o fato de apresentar o governo como autoridade política instituída no país, que é reconhecida como legítima e o

povo como simples telespectador que assiste o desenrolar dos acontecimentos. Sabemos que essa forma de conceber o telespectador como passivo não corresponde à experiência prática do cotidiano, pois em relação a esse assunto a pesquisa de Silva (1985:60) refere que existem condições favoráveis à construção de consciência crítica pelo telespectador face à mídia e, sobretudo ao telejornalismo. Para isso, o autor aponta o grau de interferência de outras fontes, além da televisão na formação da representação da realidade, como uma das variáveis fundamentais. “Quem pode confrontar os valores e estereótipos da TV com os de outras instituições sociais ou pessoas tem mais oportunidade de duvidar, criticar e rejeitar o que vê no televisor”.

Além dessa variável, Silva (*idem*) enumera também o grau de conhecimento que a pessoa tem a respeito de cada assunto retratado na tela e o conhecimento do meio de comunicação e de acesso a ele como outros fatores importantes para a construção da consciência crítica pelo indivíduo.

Com base na leitura da pesquisa de Silva (*idem*) percebemos que o cenário, o ambiente e a realidade vivida pelos membros de duas comunidades do interior de São Paulo e de Natal em que o autor desenvolveu o estudo de audiência do Jornal Nacional (Globo), são parecidos com a das comunidades e vilas moçambicanas onde a população assiste à televisão e não tem acesso freqüente a outros tipos de meios de comunicação de massa por lá não existirem.

Essa experiência mostrou na prática que apesar de não terem acesso aos meios de comunicação de massa com freqüência, aqueles trabalhadores desenvolviam senso crítico em relação à televisão e seus programas, o que nos leva a afirmar também que não se pode ignorar ou subestimar a capacidade crítica do telespectador moçambicano. Apesar de grande parte não possuir conhecimentos acadêmicos sobre as dinâmicas da televisão e do telejornalismo em particular, desenvolvem consciência crítica nas relações sociais e mais ainda, no contexto comunitário em que a maioria assiste à televisão por não possuir televisor em casa. Nesse ambiente são inevitáveis os comentários e discussões em torno das informações veiculadas na mídia.

Com suas estratégias repetitivas, o Jornal Nacional, apesar de pertencer a uma emissora pública, acaba por se distanciar do enunciatário. Muitas vezes esse poder político fala a partir de seus escritórios, dos seus postos de serviço e não de

lugares onde a população está presente fisicamente e vive sua dificuldade de natureza variada.

A forma do Jornal da Noite tratar as notícias é carregada de certa carga de sensacionalismo. Na reportagem sobre a poluição pode-se ver como esse telejornal procurou mostrar o governador mergulhando na água que se suspeitava estar poluída. Esse procedimento pode criar dúvidas no telespectador em relação ao problema e aos riscos decorrentes do contato com a água poluída, uma vez que ainda não se tinha certeza da ausência de poluição por algum produto químico.

Outro sujeito instaurado na enunciação do Jornal é a universidade pública, Universidade Eduardo Mondlane (UEM), como sujeito que possui a competência do *saber fazer*, pois realiza estudos laboratoriais. Na enunciação, esse sujeito também reforça os resultados da ausência de produtos químicos na água da praia de Bilene e confirma a versão do governo de que a poluição foi provocada por causas naturais.

Já de outro lado, o Jornal da Noite aproveita fatos contraditórios do próprio governo para apresentar a existência de possíveis problemas nas versões apresentadas pelas diversas fontes consultadas: “Djalma Lourenço foi a Bilene como um turista qualquer com a clara intenção de desmentir a existência de qualquer poluição nesta praia”. Nesse trecho, o enunciador do Jornal da Noite quis elucidar a tentativa do governador desmentir a existência de poluição em defesa dos interesses da província que dirige porque o problema estava trazendo conseqüências negativas para a economia da sua província pela interdição da praia naqueles dias.

Através de uma intercalação de falas, o Jornal da Noite segue uma seqüência rítmica: apresentador ao vivo no estúdio/ *off* / sonora (entrevista com o governador na praia) outro *off*/ sonora/ passagem/ sonora (entrevista com o ministro do ambiente em outro local) *off*. Essa seqüência possibilita um entrecruzamento de informações dadas pelas diversas vozes envolvidas no acontecimento.

Outro aspecto que merece ser focalizado nessa análise é a relação entre o sujeito e o objeto de valor que se apresentam em cada telejornal. São as mudanças de estados que mostram como os sujeitos estão colocados em relação ao objeto de valor.

No Jornal da Noite, a colocação e a retirada de agentes de discurso se intercala na reportagem que mostra as contradições na fala de ambas as

autoridades de escalões diferentes, mas que fazem parte do mesmo elenco governamental.

De um lado, o Jornal da Noite explicita qual era a intenção do governador ao mergulhar na água: “Djalma Lourenço foi a Bilene como um turista qualquer com a clara intenção de desmentir a existência de qualquer poluição nesta praia”. De outro, o Jornal da Noite mostra o seu posicionamento face ao problema da poluição através de suas marcas textuais que projetam ao telespectador a imagem de um enunciador que tem opinião formada em relação ao tema.

A organização textual e discursiva do Jornal da Noite deixa transparecer também o fato da emissora não querer se comprometer com as possíveis conseqüências da emissão de opinião própria, por isso, delega essa responsabilidade à fonte, o governador, que mergulha na praia e defende seu parecer: “... nessa água aqui eu não estou a ver nada de poluição até que me provem por A+B que a água está poluída. Eu continuo a manter o que sempre disse”.

Em outro momento da enunciação, o Jornal da Noite, em *off*, mostra as divergências entre o discurso do Ministro do Ambiente que contradiz o do governador: “... já o Ministro da Coordenação Ambiental contraria a opinião do governador da província de Gaza e reconhece que a substância pode criar algumas complicações menos graves aos banhistas”. E segue a fala do ministro: “cria alguma irritação à pele, mas é apenas essa questão de alergias que podem aparecer”. Depois desse depoimento, o repórter faz outra pergunta ao ministro: “É perigoso nesse caso para a pele?” E respondeu: “segundo a análise que nós temos, não é assim muito perigoso, mas para os peixes realmente naquela asfixia imediatamente eles morrem”.

Para finalizar, o repórter apresenta em forma de crítica o que podemos chamar de sanção, que pesa sobre a atitude do governador: “... mesmo assim, o governador da província de Gaza incentiva o turismo nacional e estrangeiro a regressar a esta praia, uma das mais visitadas no sul do país”. Vemos aqui, mais uma vez, a marca do enunciador do Jornal da Noite, que emite sua opinião sobre o assunto em foco.

No Jornal da Noite, além desses agentes do discurso já mencionados, encontramos outros como: o repórter que aparece (na passagem) e testemunha os fatos em nome da emissora como se destaca na cabeça da notícia. “A STV esteve

no local, acompanhou tudo e conta-nos de seguida o que viu”. É claro que há uma de instalação do agente (STV-repórter); do espaço (praia); do tempo passado (viu) e presente (conta-nos). Nesse “conta-nos de seguida o que viu”, se instala um outro agente do discurso, o repórter, que presentifica o acontecimento no *aqui* e *agora* para o enunciatário que está assistindo ao telejornal no momento da enunciação.

O Jornal Nacional também foi à praia de Bilene e reportou o problema, mas em suas organizações textuais essa presença fica subentendida, implícita, através das imagens apresentadas que mostram a água poluída e as casas dos turistas vazias.

As instalações de pessoa, espaço e tempo em abundância no telejornal criam um efeito de sentido de realidade, pois, quanto mais dados do mundo (neste caso da poluição da praia de Bilene), vistos como “reais”, forem trazidos para o telejornal, mais este formato televisual se parece com a realidade. Sobre esse procedimento característico do telejornal, Fiorin (1996:46) argumenta que “serve, em geral, para criar um efeito de sentido de realidade, pois parece que a própria personagem é quem toma a palavra e, assim, o que ouvimos é exatamente o que ele disse”.

Ana Cláudia Oliveira⁴⁴ analisa o desempenho discursivo do telejornal. Para a autora distingue-se um telejornal cujo enunciador assume que ele faz a notícia daquele outro cujo enunciador, por sua vez, dá a notícia; tem-se, no primeiro caso, um telejornalismo que traz para o interior do texto o “mundo” em que ele é um dos atores entre os demais, enquanto, no segundo caso, o telejornal é um observador dos outros atores.

Em todas as reportagens, tanto do Jornal Nacional quanto do Jornal da Noite, verificam-se reiterações que buscam confirmar a competência do enunciador, que se apresenta como uma instância que tem o poder de cobrar responsabilidade dos governantes. Mais do que isso, com seus procedimentos de “manipulação”, o enunciador passa confiança para seu enunciatário. Isso comprova a tese de que

o sujeito da enunciação “produz” um discurso que manifesta efeito de sentido “verdade”. Faz-se presente aqui a manipulação do enunciatário pelo enunciador: sendo a verdade um efeito de sentido (um parecer verdadeiro), sua produção advém de uma ação de “fazer parecer verdadeiro”, isto é, do emprego pelo enunciador de recursos que levem a verossimilhança do discurso a ser aceita pelo enunciatário como verdadeira, a partir do acordo tácito, “em

⁴⁴ In Revista Nexos. ANO II, N°3. Pg. 157. Ed. Universidade Anhembi Morumbi.

confiança”, que se instaura entre eles no discurso. (LOPES & HERNANDES, 2005:126).

Mas, como já dissemos anteriormente, o telespectador não é um sujeito passivo, por isso, nem sempre acredita em tudo sem questionar os fatos, as versões e as temáticas envolvidas nas notícias.

Percebemos, nessa reportagem da poluição da praia, que o Jornal da Noite investe na linguagem argumentativa para fazer crer seu enunciatário. A maneira de apresentar a notícia tende a criar efeitos de sentido de verdade que é reforçada pelo duplo testemunho da parte do destinador quando recorre a essa escolha textual, por exemplo: “a STV esteve no local, acompanhou tudo e conta-nos de seguida o que viu”, e por parte do agente (governador) que mergulha na água e afirma que não acredita na existência de poluição.

Esse testemunho do enunciador é uma tentativa de projetar credibilidade, que se pretende estabelecer com o enunciatário. Esse enunciador mostra que tem competência cognitiva e profissional e seu objetivo primordial é *fazer crer* e, para isso, empreende todo tipo de investimentos argumentativos; vai até ao local do acontecimento e faz saber do problema ao seu enunciatário desde lá. Não se trata apenas de mostrar o que é dito pelas autoridades desde seus escritórios e que é tomado como verdade única.

Algumas vezes, o Jornal Nacional também usa esse tipo de escolhas textuais e, às vezes, chega a ser enfático quando pretende mostrar a postura de algum membro do governo como aconteceu nesta notícia, em forma de entrevista, que relata sobre as mudanças no Ministério das Obras Públicas:

Apresentadora-LOCV- o Ministro das Obras Públicas está insatisfeito com o desempenho de certos quadros do seu setor. O Ministro Felício Zacarias anunciou que está para breve mais uma vaga de mudanças de quadros ao nível do Ministério das Obras Públicas e Habitação.

Off 1- repórter (nota coberta) - um ano depois da tomada de posse do novo governo, alguns setores do Ministério das Obras Públicas e Habitação não estão a corresponder á nova dinâmica de governação e de gestão de bens públicos. O fato faz sentir-se também em algumas províncias. O Ministro Felício Zacarias, insatisfeito, lança aviso aos técnicos de várias áreas do Ministério das Obras Públicas e habitação para mudança de atitude.

Repórter- mudança. Está na segunda ainda, Ministro das Obras Públicas?

Ministro- eu estou a curtir a segunda ainda.

Repórter-terceira, quarta...

Ministro-há-de vir.

Repórter-está satisfeito com o desempenho de seus quadros, seus técnicos?

Ministro-se há mudanças para vir é porque ainda não estou satisfeito.

Off 2- repórter (nota coberta) - sobre a nova vaga de mudanças em perspectiva, o Ministro das Obras Públicas e habitação, Felício Zacarias recusou-se a entrar em pormenores.

Repórter-daqui a quanto tempo?

Ministro-Ah! Isso não posso estar-te a dizer. Estou-te a dar as cartas na mão já.

Off 3- repórter-(nota coberta) - depois da tomada de posse, o Ministro das Obras Públicas e habitação operou mudanças na gestão ao nível da administração de estradas, do fundo de fomento habitacional e em alguns serviços da APIE (Administração Pública do Imobiliário do Estado).

Esse exemplo mostra, por um lado a atitude do Ministro que não está disposto a divulgar o tipo de mudanças que ainda vai proceder no ministério que dirige. Por outro, mostra também o esforço do Jornal Nacional em dar a conhecer ao telespectador um assunto que é de uma área fundamental para a sociedade moçambicana, mas ao mesmo tempo, não consegue obter do Ministro informações necessárias ao esclarecimento da população.

Percebemos uma fraca participação de ambos os telejornais na prestação de serviço público ao telespectador, principalmente a partir da reportagem sobre a poluição da praia. Nem um nem outro telejornal ofereceu informações detalhadas sobre os riscos de doenças para quem fosse banhar-se na referida praia e tão pouco explicou sobre procedimentos médicos a quem já tivesse tido acesso àquela praia nos dias anteriores. Essa fraca prestação de serviço público, pelo menos nessa reportagem, revela-se pela ausência de fontes da área da saúde que pudessem dar explicações ao público, sobre o assunto que se tornara preocupação de todos os usuários daquela praia.

Lembramos que as entrevistas apresentadas pelo Jornal Nacional foram concedidas por autoridades das áreas do meio ambiente e de pesquisa científica da universidade pública, realizada dentro de escritórios da capital do país, o que cria certo distanciamento entre o enunciador e o enunciatário.

Nesse sentido, o Jornal Nacional ocupa um lugar de observador-narrador que coloca na “arena” outros atores, preferencialmente os governantes. As autoridades aparecem no centro dos noticiários da emissora pública de televisão sustentando a mesma posição.

Quanto à temporalidade, os procedimentos utilizados por cada telejornal são diferentes, embora em alguns aspectos haja semelhanças. O texto do telejornal constrói constantemente simulacros de realidade e cria no telespectador a sensação de que aqueles acontecimentos estão decorrendo no momento em que ele assiste ao jornal. Dessa forma o telejornal busca eliminar o hiato entre os tempos passado ou futuro do próprio evento.

Em se tratando de telejornal, no Jornal Nacional essa temporalidade não é bem explorada. Nessa reportagem encontramos uma insistência no tempo passado como podemos verificar nessas expressões: “... a poluição registrada há dias resultou...”; “... explicaram que não houve ação humana...”; “... garantiu...”; “... muitos turistas passaram a evitar a praia”; “algumas reservas (...) foram anuladas e isso não agradou aos operadores turísticos”.

Essa forma de tratamento de notícia parece se identificar mais com o estilo de jornal impresso do que do telejornal, pois aquele, normalmente chega às mãos dos leitores com considerável atraso por fatores de distribuição pelos pontos de venda.

No Jornal da Noite, a temporalidade é usada através de uma mistura de tempos, passado-presente e, em certas frases, o futuro também, como identificamos em alguns trechos da reportagem: “... o governador de Gaza desmente que existia poluição...”; “... foi àquela praia e deu um mergulho...”; “...a STV esteve no local, acompanhou tudo e conta-nos de seguida o que viu”; “Djalma Lourenço foi a Bilene...”; “...por isso, diz não haver motivo para tanto alarido, pois essas águas estão tão turvas como de outras diferentes praias...”; “...reconhece que a substância pode criar algumas irritações...”; “... o governador da província de Gaza incentiva o turismo...”.

Percebemos, em ambos os casos, que há uma preocupação em unir os dois tempos, o do evento, que é o tempo do enunciado e o da enunciação, já que as reportagens são gravadas e editadas anteriormente.

4.7 Enquadramentos e escolhas de foco nas notícias

O conceito de enquadramento é relevante para a identificação dos focos temáticos e dos modos da construção discursiva do Jornal Nacional e do Jornal da Noite, auxiliando na compreensão da abordagem que os telejornais imprimem às notícias e permitindo detectar as concepções que fundamentam o noticiário no seu todo.

Esse aspecto não pode ser discutido sem levarmos em consideração que ambos os telejornais, além de constituírem instâncias construtoras de sentidos, também oferecem esses sentidos a partir de modelos de interpretação, próprios de um contrato midiático e de uma estrutura organizacional de que fazem parte.

No telejornalismo, o enquadramento é entendido como um tipo de representação midiática que é eleito a partir de escolhas verbais e não verbais que direcionam o telespectador a uma determinada compreensão e interpretação dos eventos noticiados.

Ao escolhermos analisar esse aspecto essencial em qualquer mídia, sobretudo televisiva, partimos do princípio de que auxilia a compreensão da narrativa jornalística e das estratégias discursivas de cada telejornal em estudo. Lembramos que esta pesquisa não inclui estudos de audiência e recepção, apenas se propõe analisar e compreender os procedimentos discursivos mobilizados pelas duas emissoras para estabelecer o contrato midiático com seus telespectadores.

O enquadramento de uma notícia é o foco, o dimensionamento, seja pela ampliação ou pela redução da sua importância. Na apresentação de uma notícia, por exemplo, as entrelinhas podem estar na angulação da câmera no momento em que o repórter cinematográfico captura a imagem do entrevistado; na escolha do local de entrevista ou mesmo nas escolhas pelo jornalista do vocabulário, da entonação da voz, nas expressões faciais e gestuais, entre outros aspectos que ele considerar relevante enfatizar naquele momento, que lhe permitam elucidar o acontecimento para o telespectador.

Em televisão, sobretudo tratando-se de telejornal, essas nuances enunciativas são essenciais para a produção de efeitos de sentido. Nessa linha de pensamento, os profissionais e a emissora direcionam o telespectador para determinadas linhas de percepção do acontecimento. A escolha de um tipo de enquadramento e não de outro, prenuncia e justifica o modo pelo qual os profissionais ou a emissora pretendem representar um determinado fato ao seu público.

Com base no método de observação e de comparação dos telejornais que constituem o *corpus* desta pesquisa constatamos que há diferenças na escolha do tipo de enquadramento no Jornal Nacional e no Jornal da Noite. Para análise foram escolhidas algumas reportagens diferentes e outras coincidentes em ambos os telejornais, por exemplo, as que se referem à poluição das águas da praia de Bilene e ao informe do Procurador Geral da República. Com isso, nosso propósito é conhecer as semelhanças e diferenças nas escolhas das estratégias de construção das notícias pelos telejornais e suas respectivas emissoras.

No Jornal Nacional, a notícia sobre a poluição das águas da praia de Bilene teve um enquadramento oficialista, puramente factual, sem muitas discussões nem debates entre o governo e a comunidade. As fontes citadas na reportagem são apenas entidades governamentais (Ministérios de Pescas, Turismo e do Meio Ambiente) e os Pesquisadores da Universidade Eduardo Mondlane (pública), que deram entrevista em conferência de imprensa. Todas elas situam-se na capital do país e nenhuma autoridade provincial e local foi ouvida.

A reportagem relata apenas procedimentos técnicos que foram realizados em laboratórios de análise da água que não constataram graves perigos para a saúde humana. Outro foco destacado na notícia foi o econômico e o turístico, apontando a insatisfação dos operadores turísticos pelos prejuízos causados pela catástrofe natural, por ter ocorrido nas proximidades das festas da páscoa e da mulher moçambicana.

Em toda reportagem, o enquadramento escolhido foi o de consenso, portanto sem mostrar possíveis conflitos entre os intervenientes do discurso, as entidades já citadas.

Fazer um enquadramento é seleccionar alguns aspectos no vasto escopo da realidade que se pretende representar, e destacá-los, enfatizá-los para que sejam de acordo com o tipo de efeitos de sentido que se pretende criar no telespectador. Parece que o Jornal Nacional tinha a intenção de mostrar que o problema de poluição era apenas causado por fatores naturais e não por interferência humana como se cogitava. Com essa versão, nenhuma autoridade corria o risco de ser questionada sobre suas responsabilidades perante o problema.

Em seus noticiários, a TVM tem optado por enquadramentos favoráveis ao governo e seu partido em quaisquer situações seja em épocas de campanhas políticas ou não. Dessa forma, o enquadramento pode ter em vista a promoção de

alguma figura política, de algum cargo governamental ou mesmo de alguma interpretação sobre o fato relatado.

O Jornal da Noite noticiou o mesmo fato alguns dias depois do Jornal Nacional. Pressupomos que isso já revela uma escolha. Talvez a equipe precisasse de mais tempo para reunir os detalhes sobre o enquadramento a ser dado, uma vez que, esse problema envolvia não só autoridades de nível de competência nacional, como também os de competência provincial - o governador, o administrador, além da própria população diretamente afetada pelo problema.

Merece ser mencionado o fato do Jornal da Noite ter escolhido um enquadramento espetaculoso, pelo fato de ter mostrado o governador mergulhando na praia de Bilene. Equiparamos esse fato a um espetáculo por esse tipo de estratégia não ocorrer sempre no país. Esse procedimento discursivo já mostra a tendência do Jornal da Noite em apresentar as notícias em forma de espetáculo. Falaremos, a seguir, sobre a noção do espetáculo.

O enquadramento representado pelo Jornal da Noite é gerador de tensão, pois o governador como autoridade local revela uma posição diferente da de todas as outras autoridades de âmbito nacional, aquelas citadas pelo Jornal Nacional, que confirmavam a existência de poluição provocada por fatores naturais: vendavais que deixaram cair muitas folhas das árvores à beira da praia. E para confirmar a fala, o Jornal da Noite mostra imagens do governador mergulhando na água, o que pode significar um confronto entre autoridades.

Desse episódio podemos fazer duas interpretações sobre as possíveis razões da escolha desse enquadramento pela emissora. A primeira é que o enfrentamento público entre duas autoridades que pertencem ao mesmo séquito governamental traria vantagens para a emissora, no aumento de audiência, já que há muitos anos se esperava que isso acontecesse, para benefício da ampliação do debate em torno dos problemas do país e para a construção do senso crítico pelos telespectadores.

Essa maneira de mostrar as vozes dissonantes, opiniões e pontos de vista divergentes ou não, mas, envolvidas com o acontecimento, é característica geral dos telejornais, mas em Moçambique isso não se fazia presente pelo menos durante os cerca de 20 anos em que só se tinha uma única emissora de televisão e, ainda, sob controle do governo.

A segunda interpretação é que podia ser que da parte do governador houvesse intenção de se autopromover utilizando-se da televisão, e ainda de um

canal concorrente da emissora pública. Essa atitude do governador e da emissora nos remete à noção de espetáculo que para Helena Weber (2000:29), essa noção atribuída à política e à televisão - campos diferenciados e paradoxalmente dependentes - é utilizada como a mais adequada ao tipo de dramatização que podem desencadear através de suas estratégias particulares de comunicação. Para a autora,

política e televisão são dois poderosos discursos marcados pela passionalidade da argumentação e da persuasão, através do caráter ilocutório da comunicação política, exigindo do receptor apoio, compreensão e votos, e da ubiqüidade solidária da televisão ratificação, via programação, seu apoio incondicional ao sistema vigente, às fugas e fantasias individuais. No entanto, a interdependência e a cumplicidade desses dois discursos residem na sua necessidade de explicitar seus compromissos sociais.

Essas interferências entre televisão e política acontecem, com freqüência, em Moçambique. No relatório anual do MISA (2006:59), Celestino Vaz Tomás afirma que um dos traços que denuncia a cumplicidade da TVM e o poder político constatou-se nas últimas eleições presidenciais e legislativas. O autor refere que “na TVM embora a Lei permite o Direito de Antena para os demais partidos políticos, o silêncio em relação às atividades políticas dos partidos políticos de pouca expressão era a chave de ouro. O critério de noticiabilidade era mais depurado”.

A tendência de intensificação dessa relação de cumplicidade entre televisão e política, sobretudo em períodos de campanhas eleitorais, é criticada por Sartori (2001:51) ao revelar que

a televisão condiciona de modo pesado o processo eleitoral, quer na escolha dos candidatos, quer na forma deles conduzirem a disputa eleitoral, quer finalmente em fazer vencer quem vence. Além disso, a televisão condiciona, ou pode condicionar de modo marcante, o governo, isto é, as decisões no nível do governo: o que o governo pode ou não pode fazer e decide fazer na realidade.

Portanto, embora esse fato do mergulho do governador em água supostamente poluída não se trate de campanha política, por ter sido fora do período eleitoral, já é um exemplo que mostra a tendência de uma prática de troca de favores, se é que assim podemos definir, entre televisão e política, pois existem interesses recíprocos que são colocados na balança. De um lado, está a política partidária que precisa mostrar sua ação, honrar os votos e ser vista para além de

suas promessas. De outro, as emissoras que criam eventos ou se servem de determinados eventos para angariar índices elevados de audiência à sua programação.

Na atualidade, a política partidária sobrevive através da mídia e, não raramente, vive colonizando os discursos desta porque se ficasse distante da mídia não conseguiria ganhar aquela visibilidade que tanto pleiteia. É com essa tática que a política consegue provocar pautas, chamar a atenção das câmaras, inventar entrevistas, para conseguir ocupar o centro dos noticiários diários nos telejornais.

O Jornal Nacional deu um enquadramento mais geral, tratou de mostrar a ação de autoridades nacionais (os deferentes ministérios envolvidos), enquanto o enfoque do Jornal da Noite privilegiou mais o enquadramento provincial, ao trazer à tona a opinião do governador local.

Nesse caso do mergulho do governador mostrado pelo Jornal da Noite, e mesmo na mobilização de um grupo de personagens do governo de âmbito nacional, tentando justificar o problema ambiental como sendo decorrente de mudanças climáticas e ambientais, tudo indica que houve intencionalidades em cada uma das partes (emissoras e poder político), local e nacional, pelo que as reportagens sugerem nas entrelinhas, como por exemplo, nessas escaladas que já vimos anteriormente:

Jornal Nacional-LOCV - os acusados do caso BCM e Cardoso podem ser julgados este ano.
 Afinal a poluição da praia de Bilene foi obra da natureza.
 Boa noite! Está a começar o Jornal Nacional na noite de quarta-feira.

Jornal da Noite-LOCV - Boa noite! O governador de Gaza desmente que existia poluição na praia do Bilene. Para provar Djalma Lourenço foi àquela praia e deu um mergulho. A STV esteve no local, acompanhou tudo e conta-nos de seguida o que viu:

Nesse aspecto, discutir as formas de enquadramento do Jornal Nacional e do Jornal da Noite é tentar desvendar como cada telejornal mobiliza suas estratégias discursivas para conquistar o público telespectador.

Outra reportagem que elegemos para análise de aspectos de enquadramento utilizados em ambos os telejornais diz respeito ao informe do Procurador Geral da República (PGR), Joaquim Madeira, que apresenta anualmente à Assembléia da República. Para isso, o Jornal da Noite adotou um enquadramento mais didático, isto é, conduziu as reportagens sobre o tema de maneira mais esclarecedora para o seu

público. Preparou o telespectador com antecedência, explicando o que aconteceria e de onde falaria o procurador e até sobre os possíveis assuntos que seriam tratados no relatório. Para isso, o repórter foi até à Assembléia da República e mostrou o lugar que ocuparia o procurador durante a leitura do relatório.

O Jornal da Noite explorou mais os efeitos da câmara para mostrar o lugar e o salão vazio. O apresentador anunciou a entrada para o terceiro bloco de notícias:

Apresentador - LOCV - estamos de volta ao Jornal da Noite. É já amanhã que o procurador da república irá prestar o seu informe anual sobre o estado da justiça e da legalidade à Assembléia da República. O nosso colega Arsênio Henriques traz-nos do parlamento mais detalhes do que poderá vir a ser o informe do procurador geral da república, Joaquim Madeira.

Repórter - Caro telespectador! É a partir deste pódio onde o procurador da república, Joaquim Madeira vai esta terça-feira prestar o informe anual sobre o estado da justiça e da legalidade no país. Há muita expectativa em torno do assunto, pois, espera-se que o procurador geral fale dos chamados “casos quentes”. Mas, uma coisa é certa, provavelmente Joaquim Madeira não toque em nenhum desses casos alegando segredo de justiça, tal como tem acontecido nos anos anteriores. O documento de cento e quarenta e cinco páginas já depositado aqui na Assembléia da República versa sobre sete pontos desde a organização interna, controle e legalidade, criminalidade e administração da justiça e vários outros pontos. Porém, a diferença entre o informe do procurador da república e a prestada pelo Chefe do Estado é que a de Joaquim Madeira tem lugar a debate e enquanto que a do Chefe de Estado não dá lugar a debate. Portanto, esta terça-feira Joaquim Madeira, provavelmente apresente a informação e na quarta-feira aconteçam já os debates entre as duas bancadas, a Frelimo e a Renamo - União eleitoral.

Nessa reportagem, há um movimento de câmara de entrada e saída do repórter do foco e em outros instantes fazendo uma imagem geral do ambiente da sala da Assembléia. A câmara abre em plano geral e fecha no repórter em pé no pódio, por alguns instantes, e abre de novo mostrando de cima para baixo o cenário vazio do salão. Esse procedimento cria tensão, expectativas e dúvidas sobre o que será o dia seguinte, quando o relatório for apresentado e discutido pelos deputados.

Quando o repórter termina a passagem⁴⁵, o apresentador comenta ao vivo, do estúdio, como se estivesse falando naquele momento com o repórter, enquanto na verdade, a passagem foi gravada anteriormente. Esse enquadramento dá a

⁴⁵ Gravação feita pelo repórter no local do acontecimento, com informações a serem usadas no meio da matéria. É o momento em que o repórter aparece na matéria para destacar um aspecto dela ou fazer conexão com outro assunto.

sensação de que a entrada do repórter naquele momento também era ao vivo e confunde o telespectador que não está familiarizado com as estratégias das transmissões televisivas.

No fim da passagem, o apresentador, ao vivo, agradece ao repórter pela contribuição.

Jornal da Noite - apresentador-LOCV - muito obrigado Arsênio Henrique com essa peça-reportagem a antever aquilo que vai ser o informe do procurador geral da república, Joaquim Madeira.

Em seguida o apresentador aproveita para fazer uma conexão entre assunto e a presença de convidados no estúdio para a entrevista relacionada ao mesmo tema:

Jornal da Noite - apresentador - LOCV - e a propósito desse assunto convidamos aqui para os nossos estúdios, duas personalidades e felizmente chegou há momentos aqui nos nossos estúdios o doutor Franguz, que é deputado da bancada parlamentar da Frelimo e aguardamos a qualquer momento a chegada do deputado da bancada da Renamo, Máximo Dias, que também foi convidado pra este tema tão importante que é o informe do Procurador Geral da República, Joaquim Madeira.

O que se pode notar é que além de um enquadramento didático e simples do tema, o Jornal da Noite deixou clara a sua opinião de que se especulava que o relatório fosse seguir o mesmo rumo que o do ano anterior, pois deixara de focar assuntos conotados de “casos quentes”. Sobre essa postura de ocultamento da verdade, o governo tem recebido muitas críticas, pois essas tendências são apontadas como um entrave para a ampliação do debate dos problemas que afetam a sociedade moçambicana.

Nesse sentido, é pertinente a crítica do antropólogo Adriano Biza, na avaliação anual sobre o estado da liberdade e da imprensa em Moçambique, ao afirmar que embora a liberdade de imprensa e o direito à informação tenham sido um fato, o seu exercício ainda não corresponde às necessidades e expectativas de parte das forças vivas do conjunto da sociedade civil e/ou não política, cujos feitos raramente são objeto de cobertura devido ao privilégio que se dá às dinâmicas protagonizadas pelos atores políticos, em simultâneo com o sensacionalismo, (*in* MISA, 2005: 80).

Vejamos agora como a mesma notícia do informe do Procurador Geral da República foi tratada no Jornal Nacional. Desde o início percebemos que teve um tratamento de destaque no dia.

Jornal Nacional - apresentador-LOCV - (escalada) - o Procurador Geral da República, Joaquim Madeira, propõe a reestruturação da polícia de investigação criminal.

Autoridades de Sofala incineram mais de cem toneladas de produtos alimentares deteriorados importados pelo Programa Mundial de Alimentação. Boa noite! Lançados os grandes títulos-bem vindo ao telejornal!

Apresentador-LOCV - o Procurador Geral da República defende a reestruturação da Polícia de Investigação Criminal (PIC). Na sua informação anual à Assembléia da república, Joaquim Madeira disse que a PIC tem não tem facilitado a instrução preparatória dos processos relativos aos chamados “casos quentes”

Off 1- em 45 páginas, o Procurador Geral da República fez a radiografia da fiscalização da legalidade em Moçambique relativa ao ano 2005. Joaquim Madeira disse que o trabalho do Ministério Público ficou profundamente marcou por exigüidade de meios humanos para o controle da legalidade e o desempenho. Cada magistrado está para cerca de cento e onze mil moçambicanos. Joaquim Madeira fez saber que 58 distritos moçambicanos não dispõem de procuradores. Madeira disse que a partir desses dados pode adivinhar-se o que se passa nesses pontos do país, em termos de observância da lei.

Sonora (com procurador) - (...) não há possibilidades de sossego quando há crime e apontamos para alguns aspectos de manifestação do crime e outras questões relacionadas com tipos de comportamentos que nós consideramos que devem ser punidos por lei e ainda não estão tipificados.

Off 2 - apresentador - o informe anual do Procurador Geral da república não mencionou os processos dos chamados “casos quentes”, mas em relação aos processos autônomos do denominado “caso Cardoso”, o caso de Siba Siba Macuacua e outros, o magistrado disse que no momento crucial da investigação foram desperdiçadas as pistas. A Polícia de Investigação Criminal (PIC) foi a instituição mais visada no informe anual do Procurador Anual da República, Joaquim Madeira, hoje na Assembléia da República. A considerada peça importante instrução preparatória, a PIC é acusada apática e com praticas corruptas envolvendo algumas patentes superiores. O procurador Geral da república disse ser urgente a reestruturação da Polícia de Investigação criminal.

Sonora (Procurador) - é necessário e aí está, o entrosamento entre aquilo que são os processos quentes e a investigação. Quando a investigação é pronta, quando a investigação está ao serviço do Ministério Público, a contribuição é dinâmica, muitos desses processos poderiam ter sido esclarecidos de alguma maneira. É por isso que eu disse que sem a reorganização desta Polícia de Investigação Criminal, nós poderemos estar a adiar indefinidamente a situação da Justiça,

por um lado, e por outro lado, continuamos a culpar o Ministério Público por não fazer omeletes porque não tem ovos. Portanto, de fato a função da investigação, praticamente é indispensável à ação do Ministério Público.

Nota Pé⁴⁶ - (apresentador) - a informação prestada hoje pelo procurador vai amanhã ser objeto de debate na Assembleia da República.

A partir dessa apresentação vemos algumas diferenças nas estratégias escolhidas e nos enquadramentos e mesmo no conteúdo da notícia. O enquadramento do Jornal Nacional privilegiou o relatório do procurador, entrevistando-o para obter mais esclarecimentos sobre os assuntos não mencionados no documento. A fala do procurador reforça e explica a posição do Ministério que dirige e os problemas internos. Já, ao noticiar o fato no dia anterior ao da apresentação do informe, o Jornal da Noite se limitou em falar das possibilidades do que seria o mesmo e o ambiente em que decorreria:

Jornal da Noite - apresentador-LOCV - o nosso colega Arsênio Henriques traz-nos do parlamento mais detalhes do que poderá vir a ser o informe do procurador geral da república, Joaquim Madeira.

Como se pode ver, foi uma especulação que pode ser considerada sensacionalista, em vista a criar expectativas no telespectador. Além disso, o Jornal da Noite exagerou ao retratar com toda certeza, passo a passo, como decorreria a sessão. Não pensaram, por exemplo, que poderiam acontecer imprevistos no momento do informe que obrigassem a mudanças de costumes, de lugar de onde o procurador tem falado, ou até mesmo de mudanças de protocolos, por exemplo. Mas, pelo contrário, essa fala do repórter revelou quase uma certeza com os mínimos detalhes:

Jornal da Noite - repórter - é a partir deste pódio onde o procurador da república, Joaquim Madeira vai esta terça-feira prestar o informe anual sobre o estado da justiça e da legalidade no país. Há muita expectativa em torno do assunto, pois, espera-se que o procurador geral fale dos chamados “casos quentes”. Mas, uma coisa é certa, provavelmente Joaquim Madeira não toque em nenhum desses casos alegando segredo de justiça, tal como tem acontecido nos anos anteriores.

⁴⁶ **Nota pé:** nota ao vivo, lida pelo apresentador ou repórter ao final da matéria, com informações complementares.

Vale apontar aqui a constatação de falta de ética profissional no Jornal da Noite, pois essa passagem do repórter foi gravada com antecedência, mas no momento da exibição do telejornal foi inserida como se fosse *ao vivo*, o que fez parecer que a entrada do repórter estivesse acontecendo naquele mesmo instante de transmissão do telejornal.

A fala e as realizações dos membros do governo são sempre ressaltadas, sobretudo no Jornal Nacional, como pudemos conferir especificamente na reportagem sobre a poluição da praia de Bilene e sobre o informe do Procurador Geral da República. Embora o Jornal da Noite privilegie também as fontes governamentais, tem focado sua atenção na existência de contradições na fala dos membros do mesmo governo através do cruzamento de vozes dissonantes sobre o mesmo assunto. Esse tipo de construção discursiva pode abrir espaço para a discussão sobre os problemas do país e abrir possibilidades do telespectador construir sua própria opinião com base na diversidade de informações e de fontes apresentadas pelos telejornais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possibilitou-nos ampliar a visão e o conhecimento das dinâmicas e características peculiares do telejornalismo, sobretudo no contexto moçambicano, em que são poucas pesquisas dessa natureza. Nesse panorama, o estudo se mostrou exigível não só em razão da emergência da televisão que está ganhando espaço e aceitação na vida da população, mas pelo impacto que esse meio de comunicação de massa e seus programas têm tido por seu caráter de articulação dos discursos numa sociedade caracterizada pela diversidade étnica, lingüística e cultural, no ambiente democrático em que se vive desde a década de 90.

Nosso objetivo principal foi compreender as estratégias discursivas mobilizadas pelos dois telejornais da rede pública e privada, ditos Jornal Nacional e Jornal da Noite, respectivamente, como forma de estabelecer o contrato midiático com seus telespectadores para garantir a audiência.

Analisamos o processo da evolução dos meios de comunicação em Moçambique, através de uma breve revisão da história da imprensa, no sentido mais amplo. Constatamos que o desenvolvimento da rádio, dos jornais e de revistas caminhou *pari passu* com as transformações políticas e sócio-econômicas do país. Distinguímos quatro etapas: a primeira, no século XIX, do estabelecimento dos primeiros jornais impressos no período colonial, que serviam os interesses da metrópole (Portugal), que ditava suas regras à imprensa da colônia. A segunda etapa compreende a época do surgimento da imprensa africana de combate, em 1909, que durou até à década de 1950. A terceira etapa é a da imprensa no período pós-independência (1975 a 1990), usada pelo governo para a mobilização das populações com foco na integração das regiões que compõem o país. Nesse período, toda a atividade da mídia era controlada pelo governo, sob a égide do partido único, altura em que foi criada, a TVM, em 1979. Até então, a tônica do discurso ideológico do partido no poder girava em torno da construção da unidade nacional. Os meios de comunicação de massa foram utilizados como estratégias para a propagação desses ideais nacionalistas. A quarta etapa compreende o período dos anos 1990 até a atualidade.

Em 1990 entrou em vigor a primeira constituição democrática, que ampliou os direitos políticos e sociais e que culminou com o estabelecimento do sistema multipartidário de governação e de eleições livres para a presidência e o parlamento. Essa conjuntura proporcionou a criação da Lei de Imprensa nº 18/91 de 10 de agosto e conseqüentemente no surgimento de veículos de comunicação de iniciativa privada. Abriu-se, assim, espaço para a disputa pela audiência entre as emissoras de televisão, independentemente de sua natureza pública ou privada.

Dentro desse cenário analisamos os telejornais concorrentes do horário nobre em Moçambique sob o ponto de vista de suas estratégias discursivas a partir da abordagem de Fairclough e Laclau, que defendem o entendimento do discurso dentro do seu contexto de emergência. Assim, assumimos o conceito de *discurso* como prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas porque todo o objeto é constituído como um objeto de discurso, na medida em que não é dado fora das suas condições de emergência. A produção social de sentido é estruturada sob a forma de totalidades discursivas.

Com base nessa linha de abordagem buscamos compreender a inter-relação entre os conceitos de discurso, por um lado, e os de hegemonia e ideologia, por outro, na tentativa de descobrir como essa tríplice relação se dá na prática nos telejornais supracitados, especificamente nas estratégias discursivas que constituíram o foco desta pesquisa.

Pela análise comparativa percebemos algumas semelhanças, independentemente de sua natureza pública ou privada entre os telejornais no que concerne: (1) a sua constituição em nova arena pública - através da ampliação dos meios de comunicação. As atividades antes desenvolvidas apenas pelo rádio e pelos jornais passaram a serem realizadas também pela televisão. Os telejornais cumprem, em parte, a função de produção e difusão de conteúdos informativos pelo seu caráter de agendamento, ao trazer à tona assuntos de interesse público, além de apresentar as vozes de diversas esferas ou instituições sociais que compõem a sociedade moçambicana; (2) a construção de mapas de conhecimento sobre a diversidade cultural e dos problemas sociais do país e do mundo. Através das produções diárias, embora de forma deficitária, por não alcançarem grande parte da população, principalmente a do meio rural, constituem espaço de experimentação do coletivo social de construção de uma idéia de nação, de percepção de país

caracterizado por grupos sociais diversos; (3) a utilização de uma linguagem de sedução, de manipulação (no sentido semiótico do termo) e de persuasão. Sua finalidade é chamar atenção do telespectador e fazê-lo acreditar de que as informações transmitidas contêm a verdade absoluta sobre os acontecimentos ou fatos. No entanto, essas nem sempre são suficientes para se ter uma visão completa da sociedade, porque essas informações são editadas, recortadas e direcionadas a partir de certas intencionalidades e de certos interesses. Mas isso não tira a possibilidade de uma postura crítica por parte do telespectador que não se coloca como um mero reproduzidor de conteúdos midiáticos. Além da intertextualidade com outros veículos de comunicação de massa, as relações interpessoais e a discussão em torno das versões que os telejornais apresentam podem proporcionar ao telespectador o desenvolvimento do senso crítico e a construção de seu próprio ponto de vista em torno dessas questões; (4) a polarização elite/massa nas organizações textuais. Utilizando-se de uma linguagem que contribui para a manutenção do *status quo* do sistema vigente, legitimando o discurso hegemônico da classe dominante constituída por governantes, políticos e representantes das grandes corporações empresariais, acadêmicos das instituições de ensino superior, principalmente. A opinião das massas populares tem espaço e tempo reduzidos na composição das notícias.

Em nossa análise de uma semana dos telejornais pudemos constatar que a agenda política, as atividades do governo, as figuras do poder político e econômico são mais privilegiadas tanto no que concerne ao noticiado como às fontes de informação, em ambos os telejornais. Encontramos repetição de conteúdos e de fontes, ausência de fontes da sociedade civil organizada, como ONGs, e poucas fontes dissonantes. Essa tendência pode trazer implicações no tocante ao papel do telejornalismo visto enquanto espaço público em que as diferentes representações políticas e sociais poderiam se fazer presentes para também defenderem suas idéias, já que se trata de um país democrático.

Pela diversidade étnica, lingüística, cultural e de formações políticas, no contexto da democracia que se vive no país, a ampliação das fontes de informação possibilitaria ao telejornal uma maior abrangência sobre a realidade cultural, dando mais visibilidade aos problemas locais, nacionais e mundiais, assim como na discussão sobre assuntos de interesse público. Dessa forma, o telespectador

captaria as forças em conflito, os discursos dissonantes, sua origem e suas intencionalidades.

São perceptíveis algumas diferenças entre os dois telejornais: (a) em termo de política editorial o Jornal Nacional da TVM pauta-se por uma organização textual e discursiva linear, caracterizada por uma linguagem mais burocratizada, principalmente nas notícias que falam sobre o elenco governamental e suas atividades. Recorre a um tom comedido que visa evitar possíveis erros ou até mesmo evitar o comprometimento dos editores em relação ao conteúdo das notícias. Por outro lado, o Jornal da Noite, da STV, adota um estilo de linguagem não linear que mostra a divergência de opiniões entre os agentes do discurso perante um mesmo acontecimento, principalmente quando se trata de fontes governamentais. (b) em termos da abordagem das informações e suas fontes - o Jornal da Noite delega, algumas vezes, ao povo suas perguntas para questionar aos membros do governo. Essa estratégia visa isentar os seus profissionais de possíveis problemas que possam surgir em decorrência de emissão de opiniões internas. Já o Jornal Nacional recolhe as informações no momento da cobertura do acontecimento, a partir de perguntas diretas às suas fontes e relata as respostas mostrando o contexto em que os agentes do discurso estiveram inseridos.

Outros aspectos analisados dizem respeito à publicidade e aos principais anunciantes nos telejornais. A TVM e a STV enfrentam o mesmo desafio de equilibrar, em sua programação diária a relação custo-benefício. Sendo assim, a inserção de comerciais nos intervalos dos telejornais é fundamental, pois se constitui em uma das fontes de obtenção de receitas.

Pela exigüidade do seu orçamento a televisão pública vê-se obrigada a incluir comerciais em sua programação, uma vez que as verbas anuais recebidas do orçamento geral do Estado⁴⁷ não são suficientes para cumprir com todos seus

47 Segundo o Plano Econômico Social (PES-2007), em 2006, a TVM beneficiou de um subsídio adicional de cerca de 8.9 milhões de meticais para fazer face ao pagamento de compromissos assumidos internacionalmente, nomeadamente a quotização URTNA, CBA, SABA e o aluguer do segmento especial. a TVM prevê, em 2007, um resultado negativo de tesouraria na ordem de 96.4 milhões de meticais, representando uma diminuição de 43 por cento em relação a 2006, enquanto que as receitas estimadas cobrirão apenas 46.8 por cento do total das despesas. Para o mesmo período, esta empresa pública de televisão deverá realizar investimentos de expansão e capacitação operacional calculados em 86.7 milhões de meticais. Por seu turno, a empresa Transportes Públicos de Maputo prevê despesas calculadas em 115.2 milhões de meticais, para um total de receita de 51.9 milhões de meticais. (notícia disponível no site do Governo de Moçambique: www.govmoz.gov.mz acesso em 13/09/2007).

encargos. Com esse caráter misto de funcionamento existe a possibilidade de a produção diária e a definição das prioridades da emissora serem afetadas pelo fato de que os anunciantes podem se julgar no direito de interferir na programação e isso pode trazer sérias conseqüências, por exemplo, na produção jornalística. O Jornal Nacional, que dura em torno de uma hora com quatro blocos, um terço deste tempo é dedicado à publicidade.

Existem três perfis de telejornais, de acordo com apresentação e orientação editorial: o telejornal que se pauta pelo modelo de *teatralização*, que é aquele que forja a aproximação com o público por emissão de opinião e estilo próprio (ancoragem); o modelo *didatismo-pedagógico* cujos comentários são restritos a especialistas e âncoras; o modelo de *descrição*, que apresenta as notícias como testemunha dos fatos, o que aproxima a equipe do momento em que o fato ocorre e, ao mesmo tempo, permite o distanciamento em relação aos atores envolvidos porque “narra” a notícia. (Fausto Neto, 2002).

Na semana analisada observamos que ambos os telejornais apresentam em suas organizações textuais e discursivas alguns aspectos dos três perfis, com predomínio do modelo de descrição, mas ainda se mostram tímidos quanto à apresentação dos acontecimentos e dos personagens. Há predomínio do discurso indireto, as imagens mostram o plano geral do cenário e, muitas vezes, as informações são apresentadas em uma única versão.

Poucas vezes são convidados especialistas ou comentaristas das áreas em questão e os relatos limitam-se à descrição dos acontecimentos sem mostrar os detalhes do cenário ou dos personagens envolvidos na notícia. Assim, a função de prestação de serviço público que ambos os telejornais poderiam oferecer ao telespectador fica em parte deficitária.

Apesar disso, reconhecemos o papel da TVM como uma emissora pública no que diz respeito à produção de conteúdos informativos que têm possibilitado o conhecimento do país e sua diversidade cultural e do contexto da África Austral, além do esforço de expandir e modernizar outros emissores pelo país. Nesse sentido destaca-se também a inclusão das línguas nacionais nos noticiários locais.

Em suma, cabe-nos lembrar que o terreno de discussão sobre o papel da televisão e do telejornalismo, em particular, é vasto pelo fato desse veículo ser emergente no cenário moçambicano, por sua expansão em alta velocidade e pelo impacto no contexto das comunidades locais. Notamos o crescimento significativo de

redes de televisão privada de sinal aberto e a cabo pertencentes a emissoras de âmbito nacional e internacional. Isso pode abrir espaço tanto para o surgimento de monopólios de meios de comunicação através do domínio das grandes corporações transnacionais e da imposição de seus conteúdos culturais em detrimento de programas nacionais, quanto para uma maior concorrência quanto à qualidade dos programas disponibilizados.

Pesquisar em e sobre Moçambique na área da imprensa, em geral, ainda constitui um grande desafio no que se refere à exigüidade de fontes bibliográficas nacionais e ao acesso às informações que em princípio seriam de domínio público. Nossa pretensão é que esta pesquisa sirva de objeto de interlocução com outros pesquisadores que se proponham a ampliar o estudo das dinâmicas do telejornal em Moçambique enquanto gênero televisual cuja atividade é fundamental na atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail (1992). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência*. São Paulo: HUCITEC
- BARROS FILHO, Clóvis (1995). *Ética na Comunicação: da informação ao receptor*. São Paulo: Editora Moderna.
- BECKER, Beatriz (2005). *A linguagem do telejornal: um estudo da cobertura dos 500 anos do Descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: E-Papers Ed.
- BERGER, P.; LUCKMAN, T (1995). *A construção social da realidade*. 12. ed. Petrópolis: Vozes.
- BOLAÑO, Cesar Ricardo Siqueira (2004). *Mercado brasileiro de televisão*. São Paulo. EDUC.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. (2002) *Além dos meios e mensagens*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- BUCCI, Eugenio; KEHL Maria Rita (2004). *Videologias: ensaios sobre televisão*. São Paulo: Boitempo.
- CHAMBOTE, Raúl Meneses (2006). *O exercício do poder político à luz da constituição nos Estados em África: o caso de Moçambique*. Monografia de Licenciatura. Maputo: ISRI.
- CHAUÍ, Marilena (1981). *O que é ideologia*. São Paulo: Ed. Brasiliense
- COHN, Gabriel. (1973) *Sociologia da Comunicação: teoria e ideologia*. São Paulo: Pioneira.
- DE FLEUR, Melvin L.; BALL-ROKEACH, Sandra. (1993) *Teorias da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- DIAS, Hildizina Norberto. (2002) *As desigualdades sócio-lingüísticas e o fracasso escolar: em direção a uma prática linguístico-escolar libertadora*. Maputo: Promédia.
- DOWBOR, Ladislau... [et al.] (2000) *Desafios da comunicação*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- FAIRCLOUGH, Norman (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed. UnB
- FIORIN, José Luiz (1997) *Elementos de análise de discurso*. São Paulo: Contexto.
- _____ (2002) *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo: Atual.
- FRY, Peter (org). (2001) *Moçambique ensaios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

- SARTORI, Giovanni (2001) *Homo videnstelevisao e pos-pensamento*; trad. Antonio Angonese. Bauru, São Paulo: EDUSC.
- GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph (1979). *Dicionário de Semiótica*. Tradução de Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Cultrex.
- GRUPPI, Luciano (2000). *O conceito de hegemonia em Gramsci*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal.
- HALL, Stuart. (1992) *.A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A ed.
- HARVEY, David. (1992) *Condição pós-moderna* 5ª ed. São Paulo: Loyola
- HERNANDES, Nilton (2006) *A mídia e seus truques. O que jornais, revista, Tv, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público*. São Paulo: Contexto.
- KUNCZIK, Michael. (2002) *Conceitos de jornalismo, norte e sul: manual de comunicação*. São Paulo: Edusp.
- LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal (1985). *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics* London: Verso.
- LACLAU, Ernesto (2002). *Misticismo, retórica e política*. Fondo de Cultura Económica de Argentina.S.A. 1ª edição.
- LANDOWSKI, Eric. (1992) *A sociedade refletida*. São Paulo: Cultrex.
- LEAL FILHO, Laurindo (1997). *A melhor TV do mundo: o modelo britânico de televisão*. São Paulo: Sumus.
- LIPOVETSKY, Gilles (2005). *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia da Letras.
- LOFORTE, Luís. *TV e Rádio: uma análise comparativa*. In: Relatório Anual do MISA, 2005. Disponível em www.misa.org.mz. Acesso em 22 de janeiro de 2007.
- MACHADO, Arlindo (2003). *A televisão levada a sério*. Senac. SP
- MAGODE, José (1996) *Moçambique: etnicidades, nacionalismo e o Estado-transição inacabada*. Maputo: José Magode Editor.
- MARCONDES F. Ciro. (org) (1988) *A linguagem da sedução conquista das consciências pela fantasia*. São Paulo: Perspectiva.
- _____ (1988) *Televisão: a vida pelo vídeo*. São Paulo: Moderna.
- _____ (org) (1985) *Política e imaginário nos meios de comunicação para massas no Brasil*. São Paulo: Summus.

MASSINGUE, Maria Cremilda. (2000) *A imprensa, o Estado e a democracia*. Maputo: Promédia.

MAZULA, Brazão. (1995) *Educação, cultura e ideologia em Moçambique: 1975-1985*. Lisboa: Afrontamento.

MELO, José Marques (1979). *Comunicação, Opinião e Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes

MÉSZAROS, Istvan (2005). *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo

MIGUEL, João (2003). *Televisão e espaço público em Moçambique: o público e o privado*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: Unisinos.

MINEAGUEAU, Dominique (2004) *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez.

NETO, Antonio Fausto; PINTO, Milton José (orgs.) (1996) *O indivíduo e as mídias*. Rio de Janeiro: Diadorim Editora.

NETO, Antonio Fausto (1991) *Mortes em derrapagem: casos Corona e Cazuza no discurso da comunicação em massa*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora

NGOENHA, Elias Severino (1998). *Identidade moçambicana: já e ainda não*. In. *SERRA, Carlos Identidade, moçambicanidade, moçambicanização*. Maputo: Livraria Universitária. UEM. p. 17-34.

OLIVEIRA, Ana Cláudia (1998). *Estética del telegiornale. Identità di testata e stili comunicativi*. In *Nexos - Revista de Estudos de Comunicação e Educação*. ANO II, Nº3. Ed. Universidade Anhembi Morumbi.

PRADO, José L. A et all (orgs) (2005) *Zizek crítico. Política e psicanálise na era do multiculturalismo*. São Paulo: Hacker Editores.

RIBEIRO, Fátima; SOPA, António (1996). *140 anos de imprensa em Moçambique*. Maputo: AMOLP. p. 139-143.

RODRIGUES, Adriano Duarte (1997). *Comunicação e Cultura*. Lisboa: Presença.

_____ (1990). *Estratégias da Comunicação*. Lisboa: Ed. Presença. 2ª edição.

ROSSI, Clóvis. (1980) *O que é Jornalismo*. 1ªed. São Paulo: Brasiliense.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2006) *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez Editora.

SAÚTE, Nelson (1996). *O arremedo do regime. Breve análise comparativa de títulos de primeira página do Notícias*. In: RIBEIRO, Fátima; SOPA, António. 140 anos de imprensa em Moçambique. Maputo: AMOLP. p. 153-169.

SERRA, Carlos (org). (1998). *Identidade, moçambicanidade, moçambicanização*. Maputo: Livraria Universitária.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. (1985) *Muito além do jardim botânico*. São Paulo: Summus.

SQUIRRA, Sebastião. (1993) *Boris Casoy: o âncora do telejornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes.

THOMPSON, John (1995). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes.

TOMÁS, Celestino Vaz. *Visão crítica dos media moçambicanos*. In: Relatório Anual do MISA, 2005. Disponível em www.misa.org.mz. Acesso em 22 de janeiro de 2007.

TRAQUINA, Nelson (2003). *O estudo do jornalismo no Século XX*. São Leopoldo: Ed.Unisinos.

TRIVINHO, Eugênio (2001). *O mal-estar da teoria: a condição da crítica na sociedade tecnológica atual*. Cidade: Ed. Quartet.

VASCONCELOS, Leite *Algumas reflexões sobre a imprensa pós-independência*. In: RIBEIRO, Fátima; SOPA, António. 140 anos de imprensa em Moçambique. Maputo: AMOLP

VATTIMO, Gianni. (1992) *A sociedade transparente*. São Paulo: Boitempo.

WEBER, Maria Helena. (2000) *Comunicação e espetáculos da política*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS.

WERTHEIN, Jorge R. (org.). (1979) *Meios de comunicação: realidade e mito*. Cidade: Ed.Nacional

WOLF, Mauro (2003). *Teorias da Comunicação de Massa*. São Paulo: Martins Fontes.

Páginas eletrônicas

www.ine.gov.mz- site do Instituto Nacional de Estatísticas de Moçambique

www.tvm.co.mz- site oficial da Televisão de Moçambique

www.stv.co.mz- site oficial da Soico Televisão

www.misa.org.mz- site do Instituto de Comunicação da África Austral

www.amep.org.mz-site da Agência Moçambicana de Empresas de Marketing, Publicidade e Relações Públicas.

www.sida.org.mz - portal sobre HIV/SIDA em Moçambique

www.gabinho.gov.br - site do Gabinete de Informação

Outras fontes

ESTATÍSTICAS BÁSICAS DE MOÇAMBIQUE (2004). Publicação do Instituto Nacional de Estatística.

ANEXOS

1- Duração das transmissões das televisões públicas segundo tipos de programas: 2003-2005

| Programas | Tempo de transmissão (horas) | | | Estrutura Percentual | | | Variação (%) | |
|-----------------------|------------------------------|-------|-------|----------------------|-------|-------|--------------|-----------|
| | 2003 | 2004 | 2005 | 2003 | 2004 | 2005 | 2004 / 03 | 2005 / 04 |
| Ano | 2003 | 2004 | 2005 | 2003 | 2004 | 2005 | 2004 / 03 | 2005 / 04 |
| Total | 6 077 5 | 914 6 | 733 6 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | -2,7 | 13,8 |
| Noticiários | 1 449 1 | 619 1 | 790 1 | 23,8 | 27,4 | 26,6 | 11,7 | 10,6 |
| Cultural | 51 | 46 | 59 | 0,8 | 0,8 | 0,9 | -9,8 | 28,3 |
| Infanto Juvenil | 668 | 666 | 1 030 | 11,0 | 11,3 | 15,3 | -0,3 | 54,7 |
| Divulgação Científica | 291 | 297 | 288 | 4,8 | 5,0 | 4,3 | 2,1 | -3,0 |
| Desportivo | 632 | 789 | 689 | 10,4 | 13,3 | 10,2 | 24,8 | -12,7 |
| Recreativo | 199 | 225 | 280 | 3,3 | 3,8 | 4,2 | 13,1 | 24,4 |
| Publicidade | 257 | 191 | 215 | 4,2 | 3,2 | 3,2 | -25,7 | 12,6 |
| Educativo | 317 | 331 | 389 | 5,2 | 5,6 | 5,8 | 4,4 | 17,5 |
| Mulher | 68 | ... | 37 | 1,1 | .. | 0,5 | .. | .. |
| Regilioso | 221 | 57 | 101 | 3,6 | 1,0 | 1,5 | -74,2 | 77,2 |
| Musica Variada | 204 | 90 | 128 | 3,4 | 1,5 | 1,9 | -55,9 | 42,2 |
| Musica Africana | 55 | 80 | 64 | 0,9 | 1,4 | 1,0 | 45,5 | -20,0 |
| Música Moçambicana | 265 | 327 | 336 | 4,4 | 5,5 | 5,0 | 23,4 | 2,8 |
| Filmes | 1 150 1 | 056 1 | 155 1 | 18,9 | 17,9 | 17,2 | -8,2 | 9,4 |
| Outros | 250 | 140 | 172 | 4,1 | 2,4 | 2,6 | -44,0 | 22,9 |

Fonte: www.ine.gov.mz acesso em 21 de setembro de 2007

2-Duração das transmissões das televisões privadas segundo tipos de programas, 2003-2005

| Programas | Tempo de transmissão (horas) | | | Estrutura Percentual | | | Variação (%) | |
|-----------------------|------------------------------|-------|--------|----------------------|-------|-------|--------------|-----------|
| | 2003 | 2004 | 2005 | 2003 | 2004 | 2005 | 2004 / 03 | 2005 / 04 |
| Ano | 2003 | 2004 | 2005 | 2003 | 2004 | 2005 | 2004 / 03 | 2005 / 04 |
| Total | 7 000 | 7 681 | 15 247 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 9,7 | 98,5 |
| Noticiários | 944 | 1 251 | 4 471 | 13,5 | 16,3 | 29,3 | 32,5 | 257,4 |
| Cultural | ... | ... | 82 | - | - | 1 | - | - |
| Infanto Juvenil | 781 | 514 | 859 | 11,2 | 6,7 | 5,6 | -34,2 | 67,1 |
| Divulgação Científica | ... | ... | 93 | - | - | 1 | - | - |
| Desportivo | 16 | 98 | 726 | 0,2 | 1,3 | 4,8 | 512,5 | 640,8 |
| Recreativo | 395 | 333 | 2 173 | 5,6 | 4,3 | 14,3 | -15,7 | 552,6 |
| Publicidade | ... | ... | 322 | - | - | 2 | - | - |
| Educativo | ... | ... | 354 | - | - | 2 | - | - |

| | | | | | | | | |
|------------------------|-------|-------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Mulher | 723 | 812 | 1 115 | 10,3 | 10,6 | 7,3 | 12,3 | 37,3 |
| Regilioso | 2 324 | 2 337 | 2 629 | 33,2 | 30,4 | 17,2 | 0,6 | 12,5 |
| Musica Variada | 807 | 1 223 | 854 | 11,5 | 15,9 | 5,6 | 51,5 | -30,2 |
| Música Africana | ... | 120 | 27 | - | 2 | 0,2 | - | - |
| Musica Moçambicana | 103 | ... | 91 | 1,5 | - | 1 | - | - |
| Filmes | ... | 240 | 364 | - | 3 | 2,4 | - | - |
| Outros | 907 | 753 | 1 087 | 13,0 | 9,8 | 7,1 | -17,0 | 44,4 |
| Origem dos Programas | 7 000 | 7 681 | 15 247 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 9,7 | 98,5 |
| Programas Nacionais | 4 072 | 5 130 | 7 647 | 58,2 | 66,8 | 50,2 | 26,0 | 49,1 |
| Programas Estrangeiros | 2 928 | 2 551 | 7 600 | 41,8 | 33,2 | 49,8 | -12,9 | 197,9 |

Fonte: www.ine.gov.mz acesso em 21 de setembro de 2007

3-Tempo de transmissão de emissões da radiodifusão pública, 2003-2005

| Programas | Tempo de transmissão (horas) | | | Estrutura Percentual | | | Variação (%) | |
|--------------------|------------------------------|--------|--------|----------------------|-------|-------|--------------|---------|
| | 2003 | 2004 | 2005 | 2003 | 2004 | 2005 | 2004/03 | 2005/04 |
| Ano | | | | | | | | |
| Total | 98 937 | 98 355 | 97 669 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | -0,6 | -0,7 |
| Programa p | 1 424 | 1 423 | 1 628 | 1,4 | 1,4 | 1,7 | -0,1 | 14,4 |
| Musica Variada | 13 406 | 13 356 | 8 515 | 13,6 | 13,6 | 8,7 | -0,4 | -36,2 |
| Musica Africana | 11 069 | 11 032 | 11 251 | 11,2 | 11,2 | 11,5 | -0,3 | 2,0 |
| Musica Moçambicana | 20 258 | 20 172 | 21 643 | 20,5 | 20,5 | 22,2 | -0,4 | 7,3 |
| Recreativo | 6 852 | 6 839 | 6 399 | 6,9 | 7,0 | 6,6 | -0,2 | -6,4 |
| Educativo | 6 669 | 6 665 | 6 876 | 6,7 | 6,8 | 7,0 | -0,1 | 3,2 |
| Noticiários | 14 468 | 14 330 | 16 714 | 14,6 | 14,6 | 17,1 | -1,0 | 16,6 |
| Publicidade | 8 827 | 8 577 | 9 320 | 8,9 | 8,7 | 9,5 | -2,8 | 8,7 |
| Cultural | 4 809 | 4 807 | 4 366 | 4,9 | 4,9 | 4,5 | 0,0 | -9,2 |
| Mulher | 2 803 | 2 802 | 1 906 | 2,8 | 2,8 | 2,0 | 0,0 | -32,0 |
| Regilioso | 35 | 35 | 431 | 0,0 | 0,0 | 0,4 | 0,0 | 1131,4 |
| Desportivo | 2 727 | 2 726 | 3 694 | 2,8 | 2,8 | 3,8 | -0,1 | 35,5 |
| Divulgação | 1 263 | 1 263 | 1 061 | 1,3 | 1,3 | 1,1 | 0,0 | -16,0 |
| Outros | 4 327 | 4 327 | 3 865 | 4,4 | 4,4 | 4,0 | 0,0 | -10,7 |

Fonte: www.ine.gov.mz acesso em 21 de setembro de 2007

AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE AFILIADAS À AMEP

1. Banana
2. Clear Channel Independent Mozambique Lda

3. Destino Lda
4. Cityad Lda
5. DDB-Moç
6. Elo Gráfico Lda
7. Exp Momentum Lda
8. Ferro & Ferro-Agência de Publicidade
9. Graphíssimo-Agência de Publicidade
10. Extra Publicidade
11. Golo-Agência de Publicidade Lda
12. Imagem Global Lda
13. JBdeB-Imagem & Comunicação
14. Ogilvy
15. Publicita-FCB
16. MRDesign
17. Primedia Outdoor Moçambique Lda
18. RGB FILMS
19. Papaia Produções Lda
20. Visão Publicidade
21. Publicidade Lda

RESUMO DA HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE

Moçambique situa-se na costa oriental da África Austral, tem 11 províncias: Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Tete, Zambézia, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza

e Maputo Província e Maputo Cidade. Atualmente as estimativas do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE) para 2006 a população total é de 19.888.701 habitantes.

A história de Moçambique é muito anterior à chegada dos portugueses nos finais do século XV. Na altura que ali aportaram existiam no norte de Moçambique, duas comunidades relativamente bem organizadas: o Reino de Monomotapa e os Centros Suahilis.

No século XVI os portugueses estabeleceram-se naquela região, que foi sempre considerada estratégica na rota do caminho marítimo para a Índia. A presença portuguesa confinou-se na faixa do litoral, principalmente em dois pontos estratégicos: Sofala e Ilha de Moçambique, tendo em ambos criado feitorias e fortalezas.

Ao longo do século foram construídas outras feitorias-fortalezas de menores dimensões, como a de Sena (1531), Tete, Quelimane e Inhambane. Mas entre todas, a da Ilha de Moçambique, criada por Vasco da Gama na sua segunda viagem à Índia foi, sem dúvida, a mais importante. Nesta Ilha surgiu uma verdadeira cidade cosmopolita. A administração das possessões portuguesas em Moçambique esteve até meados do século XVIII sob a administração do governador da Índia.

PROCESSO DE EXPLORAÇÃO ECONÔMICA COLONIAL

A exploração do interior de Moçambique pelos portugueses foi muito lenta, e limitou-se quase sempre à procura de Ouro, no reino do Monomotapa. Os principais produtos de comércio eram o marfim, o cobre e os escravos. No finais do século XVI e princípios do século XVII foram para este efeito fundadas novas feitorias.

Várias ordens religiosas cristãs (jesuítas, dominicanos, etc) iniciaram nesse século a cristianização das populações, mas com resultados muitíssimo limitados.

A chegada do primeiro navegador português a Moçambique (1498), Vasco da Gama e o controle efetivo com a dominação do Estado de Gaza no sul do país, embora apenas na década de 20, a administração colonial tenha passado a assumir um real controle do território.

A economia colonial sobreviveu durante muitos anos na base de uma dependência de dois sistemas: o trabalho migratório e a agricultura coerciva, mesmo depois da abolição formal das culturas e do trabalho forçado. O colonialismo

português introduziu mecanismos impeditivos do crescimento de uma burguesia negra, agrícola ou comercial.

FOCOS DE RESISTÊNCIA ORGANIZADA

No final do século XIX, sentindo-se ameaçadas as tribos do norte de Moçambique reuniram-se para resistirem ao colonialismo português:

Suahílis-foram no contexto da Costa Oriental de África, os grandes negreiros. Exportavam-nos para tudo quanto era lugar (Arquipélago dos Camores, Madagáscar, Mascarenhas, Zanzibar, Golfo Pérsico, América do Norte, América do Sul, etc). Compravam-nos em Moçambique aos ajauas e bisas; atacavam os macuas para os fazerem escravos. Centros suahílis como Angoche, Quintangonha, Sancul e Sangage eram na segunda metade do século XIX, os maiores locais de exportação de escravos da Costa Oriental de África.

Chicungas, antigos escravos-guerreiros dos Senhores dos Prazos (Vale do Zambeze), formaram uma república militar independente, na Maganja da Costa (1862-1898), onde praticaram em larga escala a escravatura das populações moçambicanas.

Namarrais (ou Lómèus), por volta de 1865, cerca de dez mil abandonaram os Montes Namuli após os ataques dos Angonis-Guangaras, estabelecendo-se na região da Macuana. Praticaram em larga escala a pilhagem de caravanas e o tráfico de escravos. Os portugueses só conseguiram vencer-los volta de 1913, pondo fim a uma longa prática de atrocidades. Entre os heróis Namarramais, destaca-se o negreiro Mocuto-Muno.

Macuas (Norte de Moçambique). Os macuas foram uma das tribos africanas que mais foi devastada pelo tráfico negreiro. Contudo, as coisas não são igualmente assim tão simples: os seus chefes tribais estavam igualmente envolvidos no comércio de seus súbditos. Quando na segunda metade do século XIX sentiram em perigo o tráfico negreiro uniram-se aos Suahílis, Narramais e outros para se oporem à colonização portuguesa e ao que ela significava, no contexto do tempo: o fim do tráfico de escravos. Entre os heróis da resistência macua destaca-se o negreiro Muepala-Muno.

O Império de Gaza (Sul de Moçambique), formado em meados do século XIX, praticava o tráfico e a escravatura das populações. Gungunhana foi o último

importante imperador da região a resistir contra a colonização portuguesa e é considerado um dos símbolos da nacionalidade moçambicana.

MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

A reação à dominação colonial havia sido marcada por vários tipos de contestação, através da literatura, arte e greves de trabalhadores, movimentos que assumiram aspectos mais radicais com o desenvolvimento dos movimentos nacionalistas em finais da década de 50 e inícios da década de 60. Os movimentos de libertação irrompem por todo o continente africano após a 2ª Guerra Mundial.

As primeiras organizações de libertação, em Moçambique formam: a **MANU** (1959), **UDENAMO** (1959), **UNAMI** (1961). Em 1962 essas organizações fundem-se numa única frente de combate fundada no exílio na Tanzânia: **FRELIMO (FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE)**, sob a direção de Eduardo Mondlane, então funcionário da ONU. Este movimento iniciou a luta armada de libertação nacional em 1964, que terminou em 1974, culminando com a proclamação da Independência Nacional no dia 25 de Junho de 1975. Nessa empreitada o partido no poder sempre teve apoio político, ideológico e militar da antiga União Soviética e de outros países de regime comunista. Em 1977, a Frelimo adotou a ideologia marxista-leninista como seu fio-condutor dos destinos da nação.

Com a independência alcançada, Moçambique ficou livre politicamente, mas, continuou dependente de mão-de-obra especializada e do apoio financeiro, provenientes, sobretudo dos países comunistas.

Nos anos que sucederam a independência houve a passagem de uma sociedade colonial para uma sociedade socialista de partido único e de medidas adotadas pelo próprio partido, ainda na década de 1980, à transição em direção a uma economia de mercado capitalista e à criação de instituições de caráter democrático ocidental.

Para dar conta da crise econômica provocada pela guerra de desestabilização, e pelas sucessivas secas que reduziram a nada a atividade econômica do país que é a agricultura, o governo traçou um plano de reabilitação econômica recorrendo à ajuda internacional. “Pouco a pouco, o socialismo cedeu lugar a uma ordem política e econômica mais liberal, assegurada pela promulgação de nova constituição da república em 1990” (FRY, 2001:16).

Em 1992 terminou a guerra civil que há 16 anos envolvia o governo e a oposição política. Dentro do processo da democracia, foram realizadas duas eleições gerais para presidente da república e de deputados, ambas vencidas pelo partido no

poder, a Frelimo. O atual governo do país e do seu antecessor tem traçado políticas e metas de desenvolvimento do país. Isso acontece não só em Moçambique como também em todo continente africano como forma de erradicar a pobreza absoluta da maioria da população, mas, pelo menos até agora, os resultados se mostram pequenos diante de inúmeros problemas que a população encontra no seu cotidiano.

Outros dados

- Presidente da República: Armando Guebuza
- Área: 799.390 km²
- População (2007): 20.366.795 habitantes
- Clima: Inter-tropical
- Capital: Maputo
- Língua oficial: Português
- Línguas nacionais: mais de 27
- Moeda: Metical (Mt)
- Governo: Parlamentar

Indicadores Sociais

| | |
|------------------------------------|-------|
| Taxa de analfabetismo (%) | 53.6 |
| Esperança de vida ao nascer (anos) | 47.1 |
| Taxa de natalidade (per 1 000) | 40.5 |
| Taxa de mortalidade (per 1 000) | 16.4 |
| Mortalidade Infantil (per 1 000) | 107.9 |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística,2007

| População | 2007 |
|-------------------|-------------|
| Total | 20.366.795 |
| Homens | 9.842.760 |
| Mulheres | 10.524.035 |
| Províncias | |
| Niassa | 1.055.482 |
| Cabo Delgado | 1.683.681 |
| Nampula | 3.861.347 |
| Zambézia | 3.880.184 |
| Tete | 1.593.258 |
| Manica | 1.400.415 |
| Sofala | 1.715.557 |
| Inhambane | 1.444.282 |
| Gaza | 1.362.174 |
| Maputo Província | 1.098.846 |
| Maputo Cidade | 1.271.569 |

Fonte: Insti
Mapa de M

